

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A colonização do oeste paulista como síntese da formação socioeconômica
brasileira: um estudo da criação de Marília-SP**

Pesquisa desenvolvida como forma de avaliação
da disciplina Trabalho de Graduação Individual
II.

Professor orientador: Anselmo Alfredo

LETICIA SARMENTO KLEIM

São Paulo

2024

Índice de gráficos e tabelas

Tabela 1 - Movimento da Comarca de Marília nos dois anos

Gráfico 1 - Número de prédios existentes em Marília desde 1929

Gráfico 2 - Número e Valor Locativo dos Prédios Urbanos

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1 - Apontamentos do materialismo histórico dialético	6
Capítulo 2 - A formação econômica e social do capitalismo brasileiro	20
Capítulo 3 - O caminho para a colonização do oeste paulista	43
Capítulo 4 - Estudo da formação de Marília-SP	62
Considerações finais	81
Referências Bibliográficas	83
Anexo 1 - transcrição da entrevista	85

Introdução

A formação socioeconômica brasileira deve ser entendida tendo como base uma visão crítica do capital. Para esta pesquisa, o processo de compreensão deste processo histórico, em breve síntese, passaria por reunir elementos para compreender como a propriedade privada, especialmente da terra, tem sido um elemento estruturante, não apenas do capitalismo brasileiro, mas que aqui encontra peculiaridades que merecem ser exploradas. Partimos então do entendimento de que o modo de produção capitalista, que se expressa e também é determinado pelo espaço, se utiliza de outras formas sociais fundantes para continuar se reproduzindo, dentre elas a forma jurídica dá sentido à propriedade da terra e do trabalho.

Ao mesmo tempo, passa por entender o processo histórico de formação da classe trabalhadora brasileira e o papel que o espaço tem na disciplina do trabalho e na condução deste processo de formação do modo de produção. Movido pelo objetivo de compreender como esse processo se deu de forma material, e no espaço geográfico, buscará compreender o papel que a propriedade privada desempenha na distribuição do espaço e a conformação do modo de produção no território. A pesquisa pretende, então, aprofundar-se na confrontação entre a forma de ocupação do espaço e a conformação do trabalho.

Mesmo o estudo sendo focado na realidade brasileira, não pode desconsiderar o contexto internacional, isso porque o modo de produção capitalista opera de forma mundial e os processos de produção, exploração e dominação muitas vezes extrapolam as fronteiras nacionais e configuram dinâmicas multinacionais para assegurar a apropriação e valorização do capital. A pesquisa se centra em uma visão que compreende que o Brasil deve ser entendido como um país da periferia do capitalismo, e que estabelece uma relação subordinada aos países do centro do modo de produção.

Esta breve contextualização é importante para conseguir, desde já, destacar que os efeitos dessa configuração global tem um reflexo material e cotidiano na vida dos trabalhadores brasileiros, que pode ser sentido desde o período colonial. Isso significa dizer que as formações categoriais do capitalismo no Brasil são determinadas por essa posição e precisam ser estudados como tal, em especial quando se fala da formação do trabalho assalariado. O que se pretende demonstrar na pesquisa é como esse processo é marcado pela negatividade, pela expansão da crise, com o intuito de alimentar a acumulação de capitais em outros países, isto é, que o acúmulo de riquezas mesmo pelas elites brasileiras não serve para o aproveitamento ou desenvolvimento das forças produtivas do país, mas para ser transferido a outros atores globais, o que implica em um crescimento pela dívida.

Para levar adiante o estudo deste processo de formação do modo de produção, a pesquisa está situada no contexto da expansão da franja pioneira no oeste do estado de São Paulo. A partir da crise mundial de 29, que afetou também o capital brasileiro, em especial os fazendeiros e produtores de café, a alternativa encontrada para a continuação da ampliação de sua acumulação é a sua expansão pelo território. Esse processo, que funcionou como uma colonização do oeste paulista, alinhou o negócio de loteamento e venda de terras, com o prolongamento da ferrovia e a formação de cidades ao longo do caminho. Assim como o trabalho vai se formando nesses locais de forma crítica, marcado pela espoliação e pela violência extra-econômica.

Essa relação campo-cidade, que vai se delineando no interior paulista, ajudaria a desvendar a questão da propriedade privada, tanto dos meios de produção e da terra, como do próprio trabalho e produtos do trabalho, contribuindo para a compreensão da relação de exploração do trabalho que se funda nesse percurso. A problemática da pesquisa será investigar o processo de formação das cidades do oeste paulista, em especial da região do “Nova Alta Paulista”, a partir da operação de duas companhias que tiveram grande influência na colonização dessa região através do agrário, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização - CAIC e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro - CPEF.

Embora não seja propriamente parte da região da Alta Paulista, porque sua colonização e fundação remontam a poucos anos antes da década de 1930, a investigação a partir da cidade de Marília pode trazer elementos importantes para compreender como esse processo de expansão e colonização se deu. O município foi criado por lei em 24 de dezembro de 1928, a partir de três patrimônios próximos do Alto Cafezal, e sofreu impacto direto com a proibição da plantação de novos cafezais em 1932, uma vez que o binômio ferrovia-cafezal tinha dado impulso a criação da cidade. A literatura indica que o caminho do desenvolvimento de Marília a partir disso foi a partir da diversificação da cultura, além da chegada de indústrias para a cidade, e sua configuração como um pólo do desenvolvimento no oeste paulista. A pesquisa deverá tratar de confrontar essa versão com o percurso teórico descrito acima, comparando inclusive com o processo de formação posterior de cidades ainda menores nas seguintes estações ferroviárias.

Os seguintes capítulos se ocuparão de, em primeiro lugar, trazer um panorama do método materialista histórico dialético para compreender o processo de acumulação primitiva do capital e como aplicar em contextos não-europeus. Já o segundo capítulo vai deslocar totalmente estas discussões para o percurso do pensamento brasileiro sobre a formação social e econômica do país, passando pelas questões sobre o momento de configuração do modo de

produção. O terceiro capítulo é um mergulho em um recorte geográfico e temporal determinado, ao analisar o caminho percorrido para chegar na colonização do oeste paulista a partir da crise do capital em 1929. E o último capítulo, vai procurar aproximar estas considerações com o exemplo específico da ocupação da cidade de Marília.

Capítulo 1 - Apontamentos do materialismo histórico dialético

Buscar compreender o processo pelo qual se formam e estabelecem as relações capitalistas no território brasileiro nos ajuda a compreender de maneira conjunta a formação do trabalhador, as relações de produção e reprodução do capital, assim como a produção do espaço por este mesmo capital. O olhar para como este processo se deu na história do país, é mais do que um retorno ao ponto inicial dessa discussão, mas a tentativa de encontrar, na gênese deste processo, o seu próprio sentido que assim, no ajude a compreender como as relações sociais e a conformação no espaço afetam a realidade que vemos hoje. Este não é um movimento simples ou mesmo que se pretende realizar de maneira exaustiva nesta pesquisa, mas se trata de uma tentativa de compilar os diversos olhares para a formação do capitalismo no Brasil e ter uma base teórica que possa auxiliar no entendimento do recorte espaço-temporal escolhido para este trabalho.

O primeiro desafio deste exercício se dá justamente por escolher, ou melhor, identificar o momento em que se pode dizer que as formações sociais pré-capitalistas são colocadas em uma situação tão crítica a ponto de dar espaço para o avanço das formas sociais típicas do modo de produção capitalista. A escolha das palavras “avanço” e “espaço” não são aleatórias, já que dizem respeito a dois aspectos relevantes para este estudo, que serão aprofundados ao longo do texto. Com a primeira quer-se reconhecer que o modo de produção capitalista não foi criado aqui, mas foi empurrado para cá. As relações sociais do modo de produção capitalista que aqui se engendram são exportadas de outros lugares do globo que, em um estágio elevado de desenvolvimento das forças produtivas, avança para as localidades da periferia desse sistema. E por outro lado, este avanço é uma conquista de espaço, considerando a importância que o espaço tem em ser produzido e produzir ele mesmo ao menos as condições de reprodução dessas relações.

Ao longo de todo o volume 1 d'O Capital, Marx se dedica a explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, suas categorias e sua lógica. De um sistema que aparenta ser um sistema de troca de mercadorias por seus equivalentes, monetários, de produtos e outros, mas que mascara relações de exploração por meio da tríade trabalho, terra e capital. Já o passado do capitalismo constitui uma ruptura que, a partir dela, constitui uma realidade histórica. Quando pensamos nesse processo de transição para o modo de produção capitalista, não se trata de uma narrativa da história para Marx, mas uma relação contraditória entre lógica e história. Se nos “Grundrisse”, Marx define um registro de uma história da humanidade, antes, durante e depois do capitalismo, é a negação da humanidade do homem.

Em “O Capital”, a história é uma potência econômica, se trata de uma realidade social que dá luz à história.

Marx chama atenção para o fato de que a própria história é histórica, isto é, que ela se inicia com o capitalismo e vai terminar junto com ele. Não no sentido do fim da história, como defende Fukuyama, mas, ao contrário, pensar que a consciência histórica é uma consciência do homem moderno que, mesmo ao observar as formações pré-capitalistas, empresta esta lógica que é determinante da história do capitalismo. Partindo do entendimento de que a consciência histórica é uma consciência estritamente moderna e, não constitui uma forma de pensar a história, a leitura das formações pré-capitalistas devem se dar sobre o marco de entender como estas rumaram para a sua destruição, seu caminho para o capitalismo. A unidade feudal, camponesa, escravista romana, são tratadas por Marx para entender sua destituição e sua desagregação.

Levando para uma discussão entre lógica e história, em que uma informa e define a outra, chegamos a contradição entre começo e princípio. O começo, por ser uma categoria dialética, já traz em si o fim e por isso está inserido nesta espiral. O princípio, contraditoriamente, se separa dessas categorias e o antecede, não temporalmente, mas na lógica, nesse sentido, é a lógica que informa a história. Da mesma forma, a acumulação primitiva é esta contradição entre começo e princípio.

A acumulação primitiva é definida como o momento de formação do capital, isso significa que as categorias do modo de produção capitalista não estão totalmente definidas, ainda que haja um motor na acumulação, que é distintiva do capitalismo. São as três categorias clássicas que estão em formação: a classe trabalhadora (categoria trabalho), proprietários da terra (categoria renda da terra), classe dos proprietários dos meios de produção (o capitalista). E nesse sentido se diferencia por exemplo da reprodução do capital que corresponde ao momento em que essas categorias já estão consolidadas. Marx estabelece que o marco dessa transformação é a expropriação do trabalhador dos meios de produção e a criação dessas categorias como tal:

“O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtos diretos em trabalhadores assalariados”¹

¹ MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 786.

Desse modo, é primitiva porque está formando as categorias do capital, ao mesmo tempo que, ao falar de acumulação, já está se tratando de capital. Por isso Marx chama atenção para a lógica da acumulação, que se põe como consciência e que leva a explicitada contradição.

Por isso, mesmo que o capítulo dito histórico n'O Capital, é o texto em que Marx vai fazer não uma análise historicista da formação do capitalismo, mas vai negar a historicidade como uma lógica que transcende o capital. Não à toa este capítulo se chama "A assim chamada acumulação primitiva" e não apenas "Acumulação primitiva".

É verdade, no entanto, que ele trata de um processo específico, a transição do feudalismo para o capitalismo, focado nos países europeus ocidentais. O que poderia trazer algumas limitações para a análise desta pesquisa focada na realidade brasileira, mas, pelo contrário, será utilizado aqui no intuito de entender a forma crítica com que os países colonizados, e mais especificamente o Brasil, se inserem nesse processo histórico que é mundial e também lhes afeta diretamente. Além disso, enquanto o processo de formação do capital, só há uma acumulação primitiva, que aconteceu no mundo todo, ainda que a realização da riqueza acumulada esteja concentrada geograficamente nos países centrais. Não são várias acumulações, como um lapso histórico da modernização.

Marx destaca que esse é um processo muito violento, marcado com "traços de sangue e fogo". Um dos movimentos que mais expressa essa violência é a expropriação de terras dos produtores rurais e camponeses, que é também a base de todo o processo. Por meio deste processo "grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres"² A formação de capital não vai se dar por formas capitalistas de produção, não explora trabalho assalariado, mas uma violência extra econômica. Ao passo que acumulação primitiva traz categorias que são do capital porque uma é a outra. A violência não é da acumulação primitiva, mas do capital que está presente nas duas formas e se dá quando não há o convencimento do trabalho: na terra será pela expropriação que é roubo, no trabalho se realizará pelas chamadas leis sanguinolentas e muitas outras formas. Porém isso não significa que estamos observando outros modos de produção, como por exemplo, o feudalismo dentro do capitalismo, como será visto a diante sobre a discussão do caráter da escravidão no colonialismo.

² Ibidem, p. 787.

Em seguida, Marx explica que o poder de um senhor feudal, assim como o de qualquer soberano, não se fundamentava apenas na extensão de seu registro de rendas ou nas riquezas acumuladas. Sua autoridade e influência estavam intrinsecamente ligadas ao número de súditos sob seu domínio, pois era essa base populacional que realmente sustentava seu poder. Esse número de súditos, por sua vez, dependia diretamente da quantidade de camponeses que possuíam autonomia econômica, ou seja, daqueles que eram capazes de se sustentar e produzir de maneira independente, garantindo, assim, a força e a estabilidade do domínio feudal.

Mas, para a formação do capitalismo, é fundamental que a propriedade da terra seja distinguida como uma fonte de renda exclusiva do proprietário. Em um resumo, Marx destaca as formas com que a propriedade da terra foi sendo incorporada ao capital e assim possibilitando a transformação do modo de produção:

“O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos de acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre.”³

Além desse movimento, o autor discute outro processo igualmente violento de despojamento da classe trabalhadora. Este processo envolveu o controle e a transformação dos trabalhadores em indivíduos "livres" para o assalariamento, ou seja, forçados a vender sua força de trabalho. Esse despojamento foi acompanhado pela implementação das chamadas leis sanguinárias, direcionadas contra os expropriados, e pelas leis que visavam à compressão dos salários, todas destinadas a reforçar a submissão e exploração da classe trabalhadora.

“Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.”⁴

Neste trecho, Marx destaca que as relações econômicas capitalistas exercem uma "coerção muda", uma força silenciosa e impessoal que assegura, por exemplo, a existência de uma superpopulação relativa. Essa superpopulação desempenha um papel crucial na manutenção de um certo equilíbrio entre oferta e demanda de força de trabalho, o que permite comprimir os salários ao nível mais baixo possível. No entanto, Marx também reconhece que,

³ Ibidem, p. 804.

⁴ Ibidem, p. 808.

em certas circunstâncias, essa coerção econômica por si só não é suficiente. Nessas situações, especialmente durante o processo de acumulação primitiva, torna-se necessário recorrer à violência extraeconômica para garantir a subjugação e exploração dos trabalhadores.

“A violência extra econômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada”⁵.

Com esses elementos, é possível compreender que a formação do proletariado livre está fundamentada em uma disciplina imposta de forma brutal, onde a intervenção do Estado, especialmente através de sua força policial, desempenha um papel crucial. Essa coerção violenta aumenta o nível de exploração do trabalho, criando as condições necessárias para a acumulação de capital. No entanto, o foco de Marx vai além da simples formação do proletariado; ele está interessado em desvendar a origem dos capitalistas. Nesse contexto, Marx esclarece que os capitalistas se distinguem dos grandes proprietários fundiários. Enquanto os capitalistas são aqueles que contratam trabalhadores assalariados, os grandes proprietários fundiários, por sua vez, arrendam suas terras para esses capitalistas e recebem, seja em produto ou em dinheiro, o equivalente à renda da terra⁶.

Para a criação do capital industrial, é fundamental entender como a revolução agrícola desempenhou um papel crucial na formação de um mercado interno, indispensável para o desenvolvimento desse capital. O processo, já mencionado, que expulsa os trabalhadores do campo, não apenas remove a população rural de suas terras, mas também provoca o "condensamento do proletariado industrial". Com isso, esses trabalhadores perdem seus meios de subsistência, que, por sua vez, se transformam em capital variável, e as matérias-primas que antes usavam se convertem em capital constante⁷. Despojados de seus meios de vida, os trabalhadores rurais criam, involuntariamente, um mercado interno, pois "essas matérias-primas e meios de subsistência convertem-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra o seu mercado nas manufaturas"⁸. Assim, a revolução agrícola não apenas reorganiza a estrutura social e econômica do campo, mas também fornece as bases para a expansão do capital industrial.

⁵ Ibidem, pp. 808/809.

⁶ Ibidem, p. 814.

⁷ Ibidem, p. 816.

⁸ Ibidem, p. 818.

Esse processo inicia-se com a cisão entre a agricultura e a manufatura, marcando o primeiro passo para a formação do modo de produção capitalista. A destruição da indústria doméstica rural, que separa os trabalhadores dos meios de produção, cria as condições necessárias para o surgimento de um mercado interno, essencial para o capitalismo. No entanto, essa cisão só atinge sua completude e a total captura do mercado interno com o advento do capital industrial, e não apenas com a manufatura. Para entender plenamente esse desenvolvimento, é crucial considerar o papel da colonização, incluindo a colonização das Américas:

“A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o comércio da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.”⁹

Embora essas ações tenham ocorrido em momentos distintos e de maneiras diferentes nas diversas partes do globo, envolvendo os países europeus de forma variada, há uma importância central no papel desses Estados. Eles combinaram o uso da violência com a dívida pública como mecanismos de expropriação de riquezas, facilitando a acumulação de capital em larga escala.

“Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (p. 821).

Com isso Marx indica, não somente que a violência esteve na raiz desses processos, como que ela se relaciona com a acumulação primitiva e todos os elementos trazidos anteriormente, em especial a formação de um mercado em que os produtos pudessem ser escoados e retornar à Europa como capital. As colônias desempenharam um papel crucial para consolidar as manufaturas europeias em ascensão, oferecendo um mercado garantido para os produtos que viessem a comercializar e possibilitando a própria acumulação ampliada, já que exerciam o monopólio sobre esses mercados. A riqueza de fora da Europa era saqueada, isto é, obtida através de pilhagem, escravidão e roubo, para serem então enviados às metrópoles europeias, onde poderiam ingressar no processo de produção e serem convertidos em capital.

⁹ Ibidem, p. 821.

Antes da indústria, quando a produção era majoritariamente manufatureira, dependia de uma supremacia comercial para possibilitar o avanço das forças produtivas em direção ao industrial. O que se inverte com a industrialização já que a supremacia das indústrias se reflete em um domínio comercial. Sendo assim, no período de formação do capitalismo, o sistema colonial tem o papel central de fornecer a supremacia comercial.

“A dívida pública torna-se uma das alavancas mais perigosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária”¹⁰

Durante o período de colonização e acumulação primitiva, o sistema internacional de crédito, fundamentado nas dívidas públicas, desempenhou um papel central ao ser utilizado para ocultar, em certos casos, as verdadeiras fontes da acumulação primitiva. Esse sistema, aliado a um regime tributário protecionista, permitiu a aceleração artificial de todo o processo de transição para o capitalismo.

E para resumir este processo de acumulação primitiva e formação do capitalismo, Marx resume, destacando o aspecto da história e a lógica do capitalismo:

“Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. (...) A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalhador próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre”¹¹

Se a expropriação das massas populares constitui como a pré-história, o capital aparece de uma maneira específica, a forma histórica. Através de suas categorias podemos explicar somente essa sociedade e esse modo de produção. Portanto, o “trabalho livre” surge no capitalismo, derivado desta especificidade categorial, da sua exploração dentro do processo de produção de capital. Logo, o capitalismo é histórico e é nele que surge o histórico.

¹⁰ Ibidem, p. 824.

¹¹ Ibidem, p. 831.

E além, Marx passa a descrever como mesmo o modo de produção capitalista, pela tendência crescente de se condensar e restringir a poucos magnatas e capitalistas vai criando os limites e armadilhas da sua própria existência, e que vai negar a sua própria formação, “a negação da negação”¹². E indica que a superação dessa negação é menos dificultosa do que a sua formação, porque, “trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”¹³.

É importante notar que, na análise de Marx sobre a acumulação primitiva apresentada em O Capital, o foco recai sobre a experiência da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, um processo que foi coordenado com a colonização e outros eventos globais, dos quais Marx menciona apenas alguns. Neste sentido, nos alinhamos com o objetivo colocado por Anselmo Alfredo em seu livro “Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço” de “desvendar esta necessidade contraditória” de utilizar a leitura clássica de Marx para interpretar uma realidade diferente da que ele observava, isto é, o capitalismo inglês.

Uma das primeiras contradições que o autor coloca é o limite colocado pela realidade internacional na perspectiva da realidade nacional. Ou melhor de que “a forma de ser do capitalismo periférico se faz como condição identitária e contraditória de uma unidade posta pela valorização mundial do valor”¹⁴. A contraditoriedade do capitalismo periférico está no duplo efeito de ser a “reposição mundial da valorização do valor” ao mesmo tempo que alimenta uma acumulação interna. Considerando esta diferença, a periferia não aparece como a unidade e necessidade da valorização do valor que é universal, mas como uma afirmação da racionalidade do capitalismo pela ilusão do desenvolvimento. A crítica da economia política, por não observar este mecanismo, tornou-se uma economia política do desenvolvimento.

Um esforço para pensar a acumulação primitiva em outros contextos, mas refletindo as mesmas contradições, foi realizado por Henri Lefebvre em sua tese de doutorado, “O Vale do Campan”, publicada originalmente em 1963.

Ao estudar as comunidades agropastoris nos Pirineus, região sul da França, Lefebvre não deixa de pensar as ciências humanas, avançar em questões da sociologia histórica e colocar em trabalho categorias que ele mesmo já vinha pensando e aprimorando em pesquisas anteriores, como por exemplo sua compreensão da relação campo-cidade e a construção da

¹² Ibidem, p. 832.

¹³ Ibidem, p. 833.

¹⁴ ALFREDO, Anselmo. Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013, p. 23.

crítica da renda da terra¹⁵. O que esta produção de Lefebvre mais tem a contribuir com a pesquisa aqui feita é poder a partir do caso concreto, da realidade das comunidades entender a sistematização da teoria social, tomando em conta o processo histórico que se insere, destacando a importância que o conceito da totalidade tem para o pensamento lefebvriano, partindo de Marx e Lênin.

“Enfim, poder-se-ia vislumbrar a sistematização de uma teoria social sobre a análise das comunidades camponesas, com base no movimento dialético, a qual compreende a realidade efetiva dessas comunidades como condições objetivas de uma formação social, sem perder de vista o sentido do processo histórico, como realização desse mesmo tempo. Ou seja, constrói uma análise em que o estudo das comunidades se estabelece na compreensão da relação contraditória destas para com a reprodução social determinada (esta última) pelos sentidos da terra e renda da terra que passam a se estabelecer como centralidade (novas necessidades).”¹⁶

Em seu texto, Lefebvre deixa evidente a sua escolha pelo materialismo dialético como método para interpretar a realidade que se coloca ao pesquisador. E afirma que o que caracteriza o pensamento científico é a existência de um objeto e da objetividade na maneira de abordá-lo. É como destaca no trecho a seguir:

“[...] não existe ciência sem objeto e sem objetividade; toda teoria histórica e sociológica que quer ser uma ciência deve estabelecer a realidade de seu objeto e definir o método que permita abordar este objeto. O materialismo dialético responde a esta dupla exigência do pensamento científico. Estabelece a objetividade econômica sem hipostasiá-la; situa a realidade objetiva da história mas já a supera”¹⁷

A pesquisa de Lefebvre não vai se resumir a recontar a história dessas comunidades, embora traga fontes primárias e elementos que serviriam para tanto. Mas vai além disso. Inspirado no pensamento dialético, o pesquisador terá o papel de desvelar as contradições e críticas que existem nesse processo de modernização. O trecho acima é referenciado por Silva em seu artigo¹⁸ para destacar como no caso da comunidade estudada por Lefebvre há, na verdade, uma negação da positividade, o estudo de uma situação de permanente conflito.

Lefebvre destaca que o camponês só existe na luta permanente contra o Estado, para tentar impor e manter o domínio do uso comum das terras. A formação do Estado se dá na

¹⁵ SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015, p. 26.

¹⁶ Ibidem, p. 27.

¹⁷ LEFEBVRE, Henri. O Vale do Canpam. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 111.

¹⁸ SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015

destituição da comunidade, ao passo que a comunidade busca a organicidade diante das ameaças que sofre. A efetividade da negatividade faz com que o comunal seja reduzido à representação e reafirma a potência do Estado como momento social oposto ao comunal¹⁹.

Tomando por base este embate entre Estado e comunidade fica evidente quando observamos que dentre as principais contradições internas observadas por Lefebvre no Vale do Campan está a questão da propriedade e o embate entre os costumes e o direito. E ele relata uma tentativa de incluir as práticas comunais como parte do direito. A dialética se evidencia porque, ao tentar legitimar as práticas comunais como um ramo do direito, já está, por si só legitimando o direito que representa em última instância a destruição das comunidades pela modernização. Silva resume, o que aparece também como a dialética da continuidade e descontinuidade no pensamento de Lefebvre:

“Assim, observa-se um movimento dialético em que a necessidade de garantir em direito comunal o que era prática comunal (costumeira) transparece na legitimação de uma institucionalidade que, ao mesmo tempo, garantia da comuna, faz dela a fundamentação de um Estado, ou seja, daquilo que se a contrapõe porque no direito representa o que já não mais é o comunal – fundamentando a presença de homens e cargos no e do Estado que têm no comunal, contraditoriamente, a sua efetividade moderna. Por conseguinte, como direito comunal. Este, ao garanti-la em direito escrito, ao mesmo tempo em que a afirma, destitui a comunidade.”²⁰

O autor coloca uma contraposição entre o que é comunal e o que é estatal tendo o direito como ponto de inflexão no processo de transição entre um e outro. No comunal as questões, os embates e as relações sociais de produção são gerenciadas entre os próprios indivíduos envolvidos, com base na organicidade e nos costumes que foram sendo construídos. Além disso, o domínio das terras é entendido de outra maneira, não na forma da propriedade exclusiva e absoluta de alguns, que a adquirem pela compra. Esses dois pontos diferem da construção do Estado, e o direito tem um papel fundamental nisso que está dado pela sua forma mais essencial: a forma jurídica.

O jurista soviético Evgeni Pachukanis enfrentou a questão sobre como a forma jurídica é uma das formas sociais que possibilitam a existência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Marx apresenta a sociedade capitalista como um aparente mundo de troca livre de mercadorias. Em que os sujeitos vão ao mercado com o intuito de trocar

¹⁹ Ibidem, p. 32.

²⁰ SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015, p. 38

livremente suas mercadorias por equivalentes em caráter de igualdade. É preciso um sistema que fundamente essa situação de liberdade, igualdade e propriedade, ao mesmo tempo que mascara o fetichismo, a apropriação e a exploração que estão na raiz deste modo de produção. Como afirma o autor:

“Os possuidores de mercadorias livres e iguais que se encontram no mercado o são somente na relação abstrata de compra e venda. Na vida real eles são ligados uns aos outros por relações variadas de dependência”²¹.

A mediação da forma jurídica é essencial neste processo para que a troca de mercadorias possa ocorrer seja dada como uma relação jurídica contratual fundada em uma igualdade pela propriedade e uma ilusão jurídica. Pachukanis enfrentou esta questão, para compreender como a forma jurídica descreve esta ideologia e como ela é forma constitutiva do direito para a personificação da igualdade jurídica. A relação econômica aparece como uma relação entre pessoas, e a personificação é uma das formas da contradição.

“Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica.”²²

Já que o trabalhador, aquele que não tem a propriedade privada dos meios de produção, precisa vender a sua força de trabalho em troca da sua subsistência. E até esta relação de troca em que há uma parcela de trabalho não pago apropriado como mais valor, também precisa estar protegida por uma forma de relação igualitária e equivalente. Este é o papel da forma jurídica: transformar os sujeitos em sujeitos de direito, iguais e proprietários, seja de mercadoria, da sua força de trabalho ou dos meios de produção.

A sociedade capitalista é, na mesma medida que uma sociedade de trocas, um grande encadeamento de relações jurídicas que correspondem a uma relação existente entre proprietários de mercadoria. Entendendo a relação de troca sempre como uma troca de equivalentes, que lastreia seu valor na quantidade de trabalho existente em cada uma das mercadorias produzidas. Aí, se extrai um elemento central da forma jurídica: a equivalência. Márcio Naves, explicando a teoria pachukaniana vai afirmar:

“Portanto, o direito está indissociavelmente ligado à existência de uma sociedade que exige a mediação de um equivalente geral para que os trabalhos privados

²¹ PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)**. São Paulo: Sundermann, 2017, p. 178

²² MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 219.

independentes se tornem trabalho social. É a ideia de equivalência decorrente do processo de trocas mercantis que funda a ideia de equivalência jurídica”²³.

O Estado tem um papel central neste contexto. Além do direito ser enxergado como uma ferramenta do próprio Estado e não dos indivíduos, Pachukanis se aprofunda na questão do direito público, o que nos ajuda a compreender como Lefebvre aproxima e contrapõe o embate entre comunal e Estatal que acaba sendo soterrado com o direito.

Estas relações sociais que são tratadas pela forma jurídica não se baseiam em harmonia e ordem. Ao revés, trata-se de situações de conflito, que são silenciadas pela imposição de um estado de pacificação social. De modo que se torna necessária a existência de um poder externo, ou melhor, um fiador²⁴, que possa atuar de maneira impessoal para garantir a ordem das relações deste modo de produção. O Estado desempenha este papel, através do direito, o que lhe confere o poder de diferenciar as esferas do público e do privado. Ao que parece, Lefebvre coloca este conflito da transição do comunal para o Estado de direito justamente como este processo de consolidação do modo de produção capitalista com a expansão das trocas mercantis e a urgência de separação entre público e privado.

Apesar desta breve abordagem do assunto, já é possível identificar que estão dados os limites do direito pela própria forma jurídica. De modo que, nenhuma construção ou proposta de conteúdo pode ultrapassar a finalidade para a qual esta estrutura foi construída, qual seja, de mascarar a violência econômica impondo situações de desigualdade e exploração como um mundo de sucessivas trocas de mercadorias e relações jurídicas. Nem mesmo a saída de um direito costumeiro, construído a partir das tradições comunais passadas pela forma jurídica.

Com o perdão de realizar um salto histórico, geográfico e temporal, que é admitido considerando que este levantamento bibliográfico se faz com o intuito de informar a pesquisa situada em um momento mais avançado do capitalismo e no cenário brasileiro. Faz-se necessário mencionar outro autor de extrema relevância no tema, chamado Bernard Edelman que vai interpretar como a legalização da classe operária, é uma ferramenta de abafamento das contradições do capital, conformação e expansão do modo de produção, minimizando os levantes dos trabalhadores.

²³ NAVES, M. B. **Marxismo e Direito – Um Estudo sobre Pachukanis**. Tese (doutorado em filosofia) apresentada a Universidade de Campinas, 1996, p. 58.

²⁴ PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)**. São Paulo: Sundermann, 2017, p. 168.

A partir daí, a luta dos trabalhadores que se faz pela busca de melhores condições de trabalho, será ao longo do processo histórico sendo incorporada como uma luta por mais direitos trabalhistas. Ou por ver expressos na relação jurídica, as ressalvas que seriam necessárias ao trabalho. Isso significa dialeticamente melhorar as condições em que o trabalho será realizado, mas ao mesmo tempo que o direito captura as demandas e as aprisiona na forma jurídica, legalizando e reforçando a legitimidade do próprio sistema que se funda na exploração do trabalhador e contra a qual ele se coloca.

Retomando a leitura de Lefebvre sobre o contexto dos pirineus, Silva explica que para Lefebvre “a reprodução, portanto, é a posição do momento que, ao sintetizar passado e presente como processo, põe no comunal a condição fundante daquilo que o nega”²⁵. E ele conta esse processo em seu livro, com algumas evidências, como a interferência no tempo da produção e das pastagens, no percurso que será feito, depois como os pastores serão forçosamente transformados em agricultores que pagam impostos e produzem para o comércio, a expulsão da comunidade daqueles pobres que não conseguem pagar os impostos e a formação de um grupo de desapropriados que vão buscar trabalhos em fábricas recém-construídas.

A escolha deste texto pode parecer destoar do intuito desta pesquisa, mas aqui encontra ao menos dois pontos fundamentais do que se pretende investigar. Em primeiro lugar, sobre como pode se dar a convivência de elementos, categorias ou experiências de distintos momentos da consolidação e amadurecimento do modo de produção, ou melhor, a transição entre eles. Lefebvre mostra que essa coexistência não ocorre sem contradição, crise e negatividade. Mas ao mesmo tempo, relata, com base na experiência material, que elas não são impossíveis de ocorrer:

“Assim, no momento em que a terra participa diretamente como um patrimônio alienável, se mobilizam violenta e diretamente as antigas formas de produção como contradição imanente dessas novas formas. As enfeudações realizam-se como locação e, igualmente, a renda ligando o rendeiro à terra, com pagamentos em dinheiro, particular transição do modo de produção feudal ao capitalista.”²⁶

Mas em segundo lugar, o livro de Lefebvre instiga o pesquisador a procurar entender as contradições que explicam os processos históricos, incluindo a forma com que a terra é utilizada e compreender a constituição da propriedade privada dela como um processo com

²⁵ SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015, p. 38

²⁶ Ibidem, p.40.

seus diversos momentos e suas contradições internas. É como ele nos apresenta quando afirma que “contudo, como constituição incompleta, pois as contradições lógicas e históricas da formação da propriedade privada da terra comportam a contradição interna de uma formação incompleta”²⁷. Em uma síntese do livro publicada por Anselmo Alfredo encontramos menção semelhante que destaca que

“Os Pirineus franceses, onde se situa o vale de Campan, são expressão do percurso modernizante que resulta no próprio estado nacional francês, segundo as contradições expressas pelos conflitos de uma realidade comunal (...) A ruptura comunal funda-se na contradição entre ser e não ser e exige compreensão analítica que distingue, como momentos de uma só unidade, o ser de sua forma de aparecer”²⁸.

A questão da propriedade e o modo como ela se constitui está relacionada como um processo geral de formação do capitalismo. Falamos aqui do uso comum do território pelas comunidades tradicionais, que é ameaçado pela chegada de um Estado moderno, que pressiona, apropria, faz deslocar forçadamente, retira terras e impõe a modernidade. Ao mesmo tempo, quando se veem ameaçadas, buscam garantir, neste novo pacto, uma parcela de controle sobre a regulação social, contrapondo com o direito dos seus próprios costumes. E assim são utilizados como justificativa e argumento do mesmo estado que os destituiu.

Seria mais fácil visualizar isso em outros contextos se há um grupo homogêneo, resistente e articulado em que esses processos de negociação, exploração e contradições estão documentados. Não é assim no Brasil, especialmente com a escravidão. O seguinte capítulo tem como intuito trazer esta discussão para o contexto brasileiro, passando pelos autores do pensamento nacional que se dedicaram a interpretar e propor modelos de compreensão para este processo crítico de modernização do país, com especial atenção para a questão da propriedade da terra e a disciplina do trabalho.

²⁷ Ibidem, p.41.

²⁸ ALFREDO, Anselmo. O Vale do Canpam, tese de doutorado de Henri Lefebvre. [Orelha de livro]. O Vale do Campan: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp, 2011

Capítulo 2 - A formação econômica e social do capitalismo brasileiro

Para que fazer a crítica da formação econômica e social do capitalismo no Brasil, é preciso antes recuperar os trabalhos clássicos feitos sobre o tema, a fim de informar esta pesquisa e a construção de sua metodologia. Muitas vezes, como veremos com os autores tratados a seguir, a visão sobre as particularidades da realidade brasileira serão enxergadas como atraso, uma forma menos desenvolvida do capitalismo ou até mesmo a partir de categorias não/pré-capitalistas. Toda a crítica feita busca desvendar esta perspectiva, mostrando a formação do capitalismo brasileiro como negativa e baseada na dívida, porém, de maneira nenhuma, como algo apartado do capitalismo e dos processos mundiais.

Este percurso se inicia pelos estudos do colonialismo no Brasil, que é o momento em que o país se insere num modo de produção que internacionalmente está se configurando como capitalista. Há uma escola de pensadores que defendem uma leitura da formação do país que considera a existência de relações feudais de produção no período do Brasil colonial. Em contraposição a esta escola do pensamento, autores como Caio Prado Júnior irão construir sua teoria para desbancar esta visão e construir outra explicação para a organização social no período colonial. E que, ainda assim, serão sucedidos por outros autores que seguirão criticando e abrindo novas linhas do pensamento que propõe novas leituras.

José de Souza Martins, por exemplo, antagoniza com esses pensadores brasileiros que já se debruçaram sobre as “transformações da sociedade brasileira em face da crise do trabalho escravo”, como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Como ele mesmo apresenta, o pensamento de Caio Prado já é um questionamento a posicionamentos anteriores de pensadores que enxergavam relações de produção feudais ou semif feudais. Afirma:

“O historiador Caio Prado Júnior já havia, aliás, em vigorosas imprecisões, questionado a orientação dos que definiam como feudais ou semif feudais as relações de produção do campo. Indicava como, na verdade, relações do tipo parceria e colonato teriam se constituído em variantes de relações capitalistas de produção”²⁹.

Mergulhando na produção de Prado Júnior, observa-se que ele tem uma preocupação especial com o sentido da colonização, porque considera que esse mesmo determinará todo o processo de evolução da sociedade brasileira. E sobre isso afirma:

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e em seguida café, para o comércio

²⁹ MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979, p. 10.

européu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras.”³⁰

Sua leitura se centra principalmente em investigar a forma com que os europeus viam a colonização ao longo do continente e mais especificamente nas porções tropicais, o autor vai situar inclusive a escravidão como consequência desse mesmo sentido, e aliado a forma de produção baseado na grande propriedade de terras monoculturais. É como se extrai do trecho:

“Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América”³¹

Caio Prado reforça ainda estes como os elementos constitutivos não só da colonização, mas da organização agrária do Brasil no período colonial, são eles: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo; reunidos em uma mesma unidade produtora. “São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; de outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional.”³², afirma o autor.

Essa situação de subordinação ao continente europeu na produção e no comércio de mercadorias, para o autor, não é mantido somente pelas regras coloniais, já que mesmo com a independência essa situação se mantém. Ele afirma que é a natureza de uma estrutura da própria evolução econômica da colônia e para além dela. Para ele, as bases da economia brasileira são construídas pela infraestrutura de uma produção que serve para impulsionar o desenvolvimento externo, e apenas se volta para as questões internas com recursos de subsistência.

“Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um “mecanismo”, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos.

³⁰ PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, SP, Brasiliense, 1999, p. 26.

³¹ Ibidem, p. 116

³² Ibidem, p. 119.

Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos, e não conta com forças próprias e existência autônoma”³³.

O que coloca para o autor uma necessidade de fazer a leitura do processo que passavam os países colonizadores como condicionante do que poderia suceder no Brasil, e talvez aqui resida a principal preocupação de Prado Junior, com a impossibilidade do desenvolvimento, pelas limitações da metrópole.

Diferente do capital comercial, Caio Prado destaca que o capital industrial não se beneficia do monopólio dos mercados, pelo contrário, o ideal é o “comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja por quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados mundiais.”³⁴. Isso terá, segundo o autor, um impacto direto nos impérios ibéricos que se constituíram exclusivamente com base no monopólio do mercado de suas colônias e não tinham condição de se reinventarem, porque pecaram muito na falta de uma indústria desenvolvida. Como resultado, no século XVIII, em que esses conflitos estão agravados, tais impérios começam a se desagregar, no processo de independência de suas colônias.

O autor destaca que isso é o que passou no Brasil neste mesmo período com a fragilização de Portugal que não mais trazia benefícios como metrópole ao Brasil. E relata que a formação colonial será abalada desde o monopólio do comércio externo, os privilégios políticos e sociais e até a estrutura de classes e o regime servil. Completa dizendo:

“Finalmente é o conjunto todo que efetivamente fundamenta e condiciona o resto que entra em crise: a estrutura econômica básica de um país colonial que produz para exportar e que se organizara, não para atender a necessidades próprias, mas para servir a interesses estranhos. É na base das contradições geradas por este sistema que resultará a paulatina transformação do regime, em todos seus aspectos, de colônia em nação.”³⁵.

O autor entende também que esse processo não chegou a ser finalizado, nem mesmo no momento que escreveu esse livro, em 1945. Em parte está relacionado com o que o autor aborda mais adiante sobre o caráter da independência. Caio Prado Júnior afirma que, mesmo após a independência, o Brasil manteve muitos dos aspectos da estrutura colonial, sem grandes mudanças significativas na organização política e administrativa do país. Segundo ele, a independência não representou uma ruptura real, já que até a dinastia portuguesa continuou exercendo poder no novo império, com o herdeiro da coroa portuguesa sendo

³³ Ibidem, p. 122.

³⁴ Ibidem, p. 89.

³⁵ Ibidem, p. 90.

coroado imperador. Além disso, as estruturas administrativas permaneceram praticamente intactas, assim como as pessoas que ocupavam os principais cargos, e os métodos de governança pouco se alteraram. Portanto, para Prado Júnior, a independência não trouxe transformações profundas no funcionamento do país, que seguiu com a mesma lógica da era colonial.

No entanto, há uma questão que merece ainda mais atenção tratando desse processo, que diz respeito ao trabalho escravo. Caio Prado Jr. afirma:

“Seja como for, a participação dos escravos nos movimentos da época não terá vulto apreciável; e isto constituirá talvez o motivo principal por que a estrutura fundamental da economia brasileira, assente como estava no trabalho deles, não sofre abalos suficientes para transformá-la desde logo. Contudo, mesmo esta débil participação e até, na falta dela, a simples presença desta massa de escravos surdamente hostis à ordem vigente num momento de agitações e convulsão social, era o bastante para desencadear a crise do sistema servil e pôr em equação o problema da escravidão.”³⁶

Descrita pelo autor como “mola mestra da vida do país”, a escravidão sendo a base do modo de produção, não parece comportar um substituto no momento da independência. Indo além, percebe-se que o trabalho escravo se intensifica no primeiro momento do país independente. E com isso o autor passa a descrever como as ameaças contra o tráfico de pessoas escravizadas será sensível para o contexto assinalado neste período. Este ponto será central também para a leitura de José de Souza Martins sobre o tema, que ainda permite conectar com a questão da propriedade da terra.

Mas antes de passar para a análise do tema na obra de Martins, discorremos sobre o pensamento de Prado Júnior a respeito:

“Nestas condições compreende-se que qualquer golpe sofrido pelo tráfico terá necessariamente grande repercussão na estabilidade da instituição servil. Ora enquanto esta última era no Brasil mais uma questão doméstica, da sua economia interna e fora portanto do alcance de qualquer força ou ação exterior, o tráfico pelo contrário constituía assunto internacional que afetava a comunhão de todos os países e nações do mundo. A sua legitimidade e legalidade tornavam-se assim muito mais vulneráveis, pois envolvia interesses internacionais contrários e hostis. Desta forma, através da oposição internacional ao tráfico, será atingida a escravidão brasileira.”³⁷

Um grande passo em direção à abolição foi dado com a proibição do tráfico em 1850. Trata-se de um marco histórico que é reiterado e destacado na leitura de diversos autores que se debruçam sobre o tema e que mereciam uma análise mais detida, em especial por condensar também questões relativas ao direito, a categoria da forma jurídica e a formação do

³⁶ Ibidem, p. 103.

³⁷ Ibidem, p. 105.

trabalho assalariado. No entanto, estas reflexões não encontrarão espaço nesta pesquisa. Por ora, basta destacar que a aprovação desta normativa é resultado de uma pressão de anos realizada pela Inglaterra contra diversos países do mundo, restando apenas Portugal e Brasil, Prado Jr afirma que

“Com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. (...) A questão do tráfico africano terá representado naquela fase de desajustamento um papel de primeira ordem. Ela afetará o mais profundo do sistema colonial, a própria estrutura de base que nos legara o regime de colônia; e põe em xeque o conjunto daquela estrutura assente na produção extensiva de gêneros tropicais destinados ao comércio internacional.”³⁸

Caio Prado Júnior explica que a abolição repentina do tráfico negreiro gerou um impacto significativo na economia, já que essa atividade cessou de forma abrupta. Com isso, tanto as pessoas envolvidas no comércio de escravos quanto o capital investido nesse setor ficaram deslocados. Ele afirma que, em situações como essa, é comum que os investimentos e negócios sejam redirecionados para outros setores da economia. No entanto, isso também leva a um aumento da circulação de capital, o que, segundo o autor, resultou em um processo inflacionário logo em seguida.

Destaca, ainda, como após a proibição do tráfico africano diversas transformações sucederam na economia do país. Na agricultura há uma mudança importante de gêneros produzidos, com a consolidação da era do café. Geograficamente também se observa uma transformação no impacto desta nova produção para o desenvolvimento regional. A parte norte do país entra em decadência com a redução da produção de cana que está ligada a mudanças mundiais na produção do açúcar, além de questões climáticas que incompatibilizaram a chegada de imigrantes europeus em substituição do trabalho escravo.

Em contrapartida, o Sul do país toma a frente do desenvolvimento, com o início da produção do café pelo Vale do Paraíba, conectando regiões das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sobre o início da produção de café no oeste paulista, Caio Prado Júnior sinaliza que se trata de uma região pouco povoada e que passa a ser colonizada pela expansão dessa produção, o que traz transformações para a economia brasileira:

“Ainda resultará um importante efeito do deslocamento para oeste das principais lavouras cafeeiras, o que quer dizer da maior e quase única fonte de riqueza do país naquele momento. (...) Agora a situação já é outra: a orientação geográfica do oeste paulista não é para o Rio de Janeiro, mas para a capital da província, São Paulo, e através dela, para o porto de Santos. Data

³⁸ Ibidem, p. 112.

de então, e por tal motivo, o grande surto contemporâneo da cidade de São Paulo e do seu apêndice portuário e brecha para o exterior que é Santos.”³⁹

Este trecho destaca inclusive o recorte geográfico tomado por esta pesquisa. Embora tenha a pretensão de servir como um exercício de estudo sobre este processo que pode ser abstratização da formação da força de trabalho e da propriedade privada da terra no país. É também uma análise da sua expressão material e localizada geograficamente em uma porção do território. Caio Prado passa a colocar a importância de observar esse processo que chega ao oeste paulista, porque carrega todas as contradições desta transição.

Aqui, no entanto, cumpre aproveitar a pausa na leitura de Caio Prado Junior para compartilhar uma crítica ao seu pensamento que destaca os aspectos positivistas do mesmo. Sua teoria não rompe com o positivismo e desenvolvimentismo do pensamento social. Pelo contrário, segue reforçando o padrão de que a colonização representou um atraso no desenvolvimento do Brasil. Ou até mesmo, que exista uma linha linear de evolução e desenvolvimento das forças produtivas que foi impossível de ser seguida no país, porque este teve desde a sua formação subordinado ao crescimento da metrópole europeia.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a dialética não se constitui de modo sucessivo no tempo, mas os termos da contradição e os termos da realidade vão se constituindo de modo simultâneo. A visão positivista de Caio Prado se opõe a isto e será construída baseada na tese do atraso no capitalismo brasileiro, como se o desenvolvimento fosse dado com o desenrolar do tempo.

Como será explorado ao longo desta pesquisa, o colonialismo no Brasil é um momento do capitalismo mundial que corresponde à formação categorial do modo de produção, isto é, a acumulação primitiva. A acumulação primitiva está constituindo a formação categorial tanto no centro como na periferia, e sua relação se dá pelo comércio internacional. Sendo assim, faz sentido compreender que as atividades coloniais na América estiveram sempre voltadas para o exterior, porque são constitutivas dessa acumulação. A produção do engenho não se qualifica numa produção em si, mas tem um sentido externo, assim como todo o sentido da colonização.

E é por este mesmo motivo que essas realidades específicas não podem ser identificadas com uma realidade feudal, já que o sentido é dado pela mercadoria e o caminho é o da acumulação do capital. O fundamento de caracterizar como feudalismo não se sustenta, porque não tem o caráter fechado e autoritário constitutivo deste outro modo de produção.

³⁹ Ibidem, p. 119.

Mas também não se sustenta um pensamento segundo o qual a formação do Brasil carregava o mesmo potencial de desenvolvimento colocado pelas metrópoles europeias, o que foi retirado pelo sentido da subordinação. Esteve aqui sendo nutrido um momento da produção mundial que terá suas peculiaridades, em especial, figurar como a negatividade do próprio desenvolvimento.

Um dos pontos centrais para pensar esta questão, é o debate sobre o trabalho escravo no Brasil colonial e buscar responder como esta relação de trabalho pode ser compreendida. Em nota de rodapé, Prado Junior explora um pouco a sua concepção de que o capitalismo seria incompatível com a escravidão, o que fica mais evidente com a produção manufatureira e industrial:

“Em rigor, isto se dá também na agricultura. Esta matéria é muito complexa para ser discutida aqui a fundo. De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna.”⁴⁰

Pode-se discutir se a motivação do fim da escravidão se dá justamente pela incompatibilidade com o capitalismo, embora este, como modo de produção mundial, já estivesse em vigor durante todo o período no qual a escravidão consolidou no colonialismo nas Américas. No entanto, é digno de nota que mesmo com o fim do tráfico essa transição não se dá de maneira imediata para o trabalho assalariado. Ao lado da questão da abolição, é preciso observar as correntes migratórias para o país, principalmente originárias da Europa. A ligação entre esses dois fluxos é tanta que uma política de povoamento e colonização por europeus voltou a ser discutida somente com as pressões pelo fim do tráfico negro. Caio Prado narra este momento em que surgiu uma nova forma de colonização em que os colonos seriam fixados em fazendas e grandes lavouras trabalhando em um regime de parceria, mas subordinados. Destacando que “este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros.”⁴¹

⁴⁰ Ibidem, nota de rodapé 57, pp. 129.

⁴¹ Ibidem, p. 139.

Mas a coexistência entre trabalhadores livres e escravizados em uma mesma fazenda se mostrou incompatível, os proprietários e contratos firmados mostram o despreparo para lidar com esse tipo novo de trabalhador. De modo que a imigração foi paralisada neste momento, por volta de 1840 e retomada mais de trinta anos depois, em especial pelo aumento da produção de café. É como relata Prado Junior:

“Nesta fase que ora se inicia, a imigração no Brasil tomará um novo rumo. Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários.”⁴²

Nesse momento, em vez de ser chamada “colonização”, havia um esquema de “imigração subvencionada” em que o governo fazia a propaganda nos países europeus e subsidiava a vinda desses trabalhadores ao país, para que chegando aqui fossem distribuídos entre as fazendas que estavam precisando. Não havia mais o esquema dos contratos firmados diretamente entre proprietários e colonos.

O autor destaca que a mudança do sistema de parceria para o assalariamento não implicava em muitos dos problemas que se viam no primeiro. O salário era fixo, estabelecido por regras e normas gerais que não davam margem a dúvidas e questionamentos. Este foi um sistema largamente aplicado no oeste paulista e na produção de café. Tratando mais especificamente das formas de trabalho empregadas na lavoura cafeeira, o autor afirma:

“Na generalidade da lavoura cafeeira, em São Paulo em particular, adotar-se-á nas relações de trabalho um sistema que combina o salariado (um salário fixo anual, mais uma quota por ocasião da colheita e variável na proporção desta última), com o direito concedido ao trabalhador de utilização de certas áreas de terra em proveito próprio. Haverá ao lado deste tipo de trabalhador (o colono, como se chama), mas geralmente em número muito menor, o assalariado puro que será simples jornaleiro. Para todos a fazenda fornecerá residência mas não os instrumentos de trabalho. Estes aliás são muito simples, pois não passam da enxada; na cultura do café, que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinaria.”⁴³

Neste momento, que o trabalho escravo estava se dissipando no país, entravam trabalhadores livres e assalariados, Prado Junior enxerga o início de uma transição ao capitalismo. Que se baseava principalmente em outros movimentos. O autor argumenta que, apesar de alguns exageros e artificialidades no início, o Brasil começou a experimentar um progresso sólido e efetivo em termos econômicos, entrando em um novo estágio que

⁴² Ibidem, p. 140.

⁴³ Ibidem, p. 171.

desconhecia até então. O país passou a integrar o cenário moderno de atividades financeiras, e um incipiente capitalismo começou a surgir, ainda que de maneira modesta. A criação das primeiras companhias e sociedades marcou o início de um processo de concentração de capital, que, embora pequeno, representava um ponto de partida para uma nova fase econômica. Esse processo, segundo o autor, impulsionaria a expansão das forças produtivas do país, acelerando o ritmo de desenvolvimento. Projetos de grande escala, como ferrovias e empresas de navegação a vapor, começaram a surgir, e, mesmo que ainda de forma rudimentar, as primeiras manufaturas de maior porte foram instaladas. O comércio, em todas as suas modalidades, também se expandiu. No entanto, foi principalmente na agricultura que esse crescimento se destacou, especialmente na produção de café. Prado Júnior ressalta que o café, com grande demanda nos mercados internacionais, passou a contar com uma estrutura financeira, de crédito e comercial adequada, o que possibilitou sua expressiva expansão.

Este trecho final deixa clara a hipótese de leitura mais crítica de Prado Júnior que coloca em xeque o seu positivismo e desenvolvimentismo. O autor coloca suas esperanças neste momento de modernização do país, com um crescimento e impulsionamento das forças produtivas, mas que é imprescindível enxergar a criticidade e negatividade deste processo. De um pensamento que não considera o legado da escravidão e da colonização em termos de desigualdades sociais e raciais, e coloca a esperança na acumulação de capital, como a representação de uma melhoria de vida na ex-colônia, quando na verdade, esta acumulação se dá pelo endividamento e o crescimento segue sendo excludente e expropriatório.

O autor também levanta a questão de qual o resultado desse processo em termos das relações sociais de produção que se dão no campo que, embora argumente pelo surgimento de algum capital manufatureiro, segue sendo o cerne da economia brasileira. A respeito do regime de trabalho nas lavouras de café, José de Souza Martins se posicionou:

“O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador da sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária”⁴⁴

⁴⁴ MARTINS, José de Souza, *O Cativo da Terra*, SP, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979, p. 12.

O trecho acima destaca como Martins entendia que a transformação da mão-de-obra é pautada por uma necessidade de “mudar para manter”. Isto é, se aparentemente e pelas pressões internacionais como bem descritas por Caio Prado a respeito do tráfico negreiro e do processo de abolição como um todo, houve uma transição para o trabalho livre. Ela só ocorre para que a mesma unidade de grande propriedade monocultora para exportação pudesse continuar operando no país.

No entanto, o autor destaca uma diferença importante no que diz respeito à personificação do capital no burguês. Embora não se repute como o ponto de partida da análise, ainda assim destaca que entende de alta importância diferenciar o fazendeiro que incorpora a racionalidade do capital em parte do seu processo produtivo. Na verdade, segundo Martins, além da racionalidade da busca incessante do lucro, pouco se encontra no dia a dia da gestão da fazenda. E com base nisso afirma

“Isso basicamente indica que a racionalidade do capital personificada pelo fazendeiro esgotava-se no nível da circulação das mercadorias. Inferir-se, simplesmente, as relações de produção ou qualificá-las com base no capital personificado no fazendeiro, é um procedimento que necessariamente acoberta a real natureza do trabalho nas fazendas, levando quase inadvertidamente à definição das suas relações de produção como capitalistas”.⁴⁵

O autor entende, portanto, que o caráter capitalista enxergado no fazendeiro está mais relacionado com as relações que ele estabelece para fora da fazenda, com exportadores, comissários do café, do que com as relações de produção dentro da fazenda. De modo que ele relaciona esta transformação na lavoura de café com a crise do comércio de escravos e suas consequências, na esfera da circulação. Isso porque, Martins parte do entendimento de que o escravizado era, antes de mão-de-obra, uma mercadoria. Ao deixar de ser, a crise colocada nas fazendas de café é em relação ao abastecimento da força de trabalho.

Para resumir a posição do autor em relação ao trabalho escravo e sua leitura diante do processo produtivo, destaca-se o seguinte trecho:

“Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produzia, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. (...) A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial”⁴⁶

⁴⁵ Ibidem, pp. 13/14.

⁴⁶ Ibidem, pp. 15/16.

Essas relações comerciais, sejam posteriores a respeito do lucro médio que se espera extrair do trabalho, sejam anteriores quando o fazendeiro compra o escravizado como mercadoria; são para Martins, determinantes para entender o escravismo colonial que se subordina ao capital ao mesmo tempo que não se baseia em relações capitalistas de produção de maneira estrita.

Estes trechos nos ajudam a entender que pode haver a partir da visão de Martins uma concepção de uma dupla acumulação primitiva. Não somente aquela que se deu no centro do capitalismo, na Europa, mas outra que pudesse formar um capital próprio do país, que é o que vai sujeitar o trabalho que pode ser entendido parcialmente por relações não capitalistas de produção.

“A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.”⁴⁷.

Martins fecha o trecho acima dizendo que essa expansão do capital se valendo de formas não capitalistas de produção só é possível quando a “vanguarda da expansão capitalista está no comércio”⁴⁸. De modo que a universalização se dá pelo comércio de mercadorias e não necessariamente pelas relações de produção que têm as mercadorias como resultado.

Aqui nos alinhamos com a crítica desta leitura do autor sobre a crise do escravismo e sua passagem para o colonato que faz deste um modo de produção que, por não ser baseado em trabalho assalariado, seria um modo não-capitalista de produção. Isto é, defende a ideia de que o capitalismo poderia criar modos de produção não-capitalistas, como a produção do colonato e escravista. Enquanto ele defende que o capitalismo produz algo não capitalista, a questão talvez fosse reconhecer a contradição no âmbito das categorias e não construir um outro conceito de capitalismo, como ele propõe.

Não é uma contradição, pois não há negatividade, tendo uma potência negativa do capital. Ao contrário, o "não" é só uma nomenclatura, porque o que ele está defendendo é que

⁴⁷ Ibidem, p. 21.

⁴⁸ Idem.

a acumulação primitiva seria parte do capitalismo. Isso não é uma leitura dialética e nem ortodoxa. Seria mais uma contrariedade do que contradição.

Precisamos compreender a periferia como simultaneidade, e não como dois capitalismos. Há uma divisão internacional do trabalho e que constituem o capital mundial. Estuda-se a periferia para que ela revele as contradições do capital mundial e não fazer uma crítica para que a visão seja obtida a partir da forma.

O autor destaca como isso se relaciona inclusive com a proibição do tráfico de escravizados, mas depois aprofunda que teve um impacto muito forte no aumento do preço dos cativos a partir de então, o que onerava ainda mais os fazendeiros. Ao lado disso foi surgindo a estratégia de uma política de imigração de colonos europeus que pudessem substituir a mão-de-obra. No entanto, para que essa alternativa fosse viável, era preciso ter o controle da propriedade da terra. Martins destaca que nesse período havia uma grande quantidade de terras devolutas que poderiam ser facilmente apropriadas, de modo que os imigrantes ou libertos poderiam se tornar proprietários e assim afastados da condição de trabalhadores explorados, independente da relação constituída com o fazendeiro.

E explica que é nesse contexto que surge a Lei de Terras de 1850, para que essas terras só pudessem ser ocupadas mediante a compra. Ainda que isso não tenha sido cumprido amplamente, para imigrantes e libertos sim teve um impacto direto. “A impossibilidade de ocupação sem pagamento das terras devolutas recriava as condições de sujeição do trabalho que desapareceriam com o fim do cativo”⁴⁹

Esse processo de libertação do trabalho e apropriação das terras significa a substituição da centralidade da renda capitalizada no escravo pela renda capitalizada na terra. E isso tem um impacto direto na dinâmica do capital e na forma de ocupação do espaço. Martins explica que com isso o principal valor de mercado passa para a produtividade, isto é, os frutos que a fazenda pode produzir. Aliado ao fato de que os fazendeiros, como proprietários de terra, terão a preferência de escolha sobre os locais da produção, implica que eles poderão, por exemplo, decidir deslocar a plantação para terras novas, o que tem um impacto direto na fertilidade do solo e na produtividade das safras. E isso marca um processo de deslocamento das fazendas e investimentos no maquinário para o beneficiamento do café. A renda capitalizada do escravo que era investida nos traficantes agora vai para imobiliárias e grileiros; e o investimento em equipamento é feito por meio de empréstimos hipotecários. Ao lado do surto ferroviário, que vai se beneficiar da expansão territorial pela busca da renda

⁴⁹ Ibidem, p. 29.

diferenciada, o autor destaca que tem início a entrada subvencionada pelo Estado de imigrantes⁵⁰.

A respeito da ligação entre as legislações que limitavam o acesso a terra e a transição para o trabalho livre, Martins esclarece que:

“A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformação nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio da classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória da força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso”⁵¹.

No trecho acima, Martins chega a mencionar garantias legais e judiciais para a exploração da força de trabalho. Como tratamos mais acima de que existe uma forma jurídica que ampara a existência do modo de produção capitalista ao mascarar essas relações de exploração, cumpre pontuar aqui esta menção, que só poderá ser enfrentada de maneira mais completa diante das considerações de Jacob Gorender que serão apresentadas mais adiante. No entanto, desde já registra-se que o autor coloca em jogo a necessidade de uma estrutura jurídica que desloque o conflito entre fazendeiros e homens livres pelo domínio das terras para uma esfera aparentemente neutra e imparcial que a lei lhe confere. Ao mesmo tempo, essa nova conformação jurídica seria capaz de regular as relações de trabalho considerando os trabalhadores como sujeitos e não sujeitando trabalhadores ao trabalho forçado, como era até então com a escravidão.

Martins destaca a importância de conseguir separar o tratamento que recebiam os colonos imigrantes daquele que era destinado às pessoas escravizadas. Isso com o intuito de garantir a continuidade do trabalho do imigrante que tinha aversão ao cativo, quando este estivesse voltado para si. E o autor ainda destaca uma importância fundamental no sentido da liberdade para cada um desses. Ser proprietário da sua força de trabalho era a liberdade para o escravizado. Enquanto que para o imigrante ser proprietário apenas da sua força de trabalho era a sua prisão. Ainda assim, tanto para o fazendeiro quanto para o colono, ser livre era ser proprietário⁵².

⁵⁰ Ibidem, pp. 33/34.

⁵¹ Ibidem, p. 59.

⁵² Ibidem, pp. 60/61.

O autor ainda destaca como a convivência dessas duas formas de trabalho eram complexas, pelos antagonismos, mas também por suas coincidências. O que só será superado totalmente quando for abolido o trabalho escravo:

“A questão da relação entre a terra e o trabalho vai surgir plenamente neste oeste novo, depois de 1870, após o desaparecimento da renda capitalizada na pessoa do trabalhador, ao final de um processo demorado e complicado. Somente com esse desaparecimento, com a libertação do trabalhador da peia que o prendia ao capital comercial, é que se tornaria possível desvendar a importância do monopólio da classe sobre a terra no processo de formação não-capitalista do capital do café”⁵³(p. 62)

Esse processo só foi possível de ser realizado quando o Estado interviu para a formação de um contingente de mão-de-obra livre suficiente para a substituição do trabalho. Mais do que isso, trazendo esses trabalhadores, sem qualquer custo para os fazendeiros. Esses são os subsídios que garantem a formação do capital cafeeiro. Para que tivessem acesso a esse subsídio, os fazendeiros precisariam contratar novos trabalhadores, mais um fator que faz com que se abram novas fazendas. O autor destaca que desde 1880 já havia uma especulação teórica que foi se concretizar vinte anos depois⁵⁴ em uma forma de substituir as hipotecas feitas sobre os escravos. Será a propriedade da terra, pelo seu alto preço que vai assumir como equivalente de capital, por meio da renda da terra capitalizada.

“A fazenda produzia, a partir de relações não-capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital. Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café. Desse modo, é que na economia cafeeira a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva de capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção do café”⁵⁵

Neste trecho, o autor volta a reforçar uma visão de que houve uma forma especial de acumulação primitiva de capital no país, que se deu pela produção baseada em relações não-capitalistas, que deram conta de reunir o capital para garantir que as lavouras de café possam continuar se expandindo como uma indústria, e que a propriedade da terra tem um papel nesse processo pela incorporação e ampliação da área de plantio.

Embora fale em capital, o autor reforça que no caso da produção de café, mesmo sendo por meio do trabalho livre, o colonato não é uma relação de trabalho capitalista, isto é, assalariado. E por isso se diferencia em diversos pontos, que Martins explica:

⁵³ Ibidem, pp. 62.

⁵⁴ Ibidem, p. 69.

⁵⁵ Ibidem, pp. 74.

“No regime de colonato, a ausência do salário como forma dominante da relação entre fazendeiro e o colono, impedia que ambos vivessem integralmente a ficção da igualdade engendrada pela troca aparentemente igual de dinheiro por tempo de trabalho. Nesse processo, o trabalhador não aparece como explorado, embora o seja. No colonato o café surgia como o produto da propriedade na medida em que a renda territorial capitalizada era a condição da sujeição do trabalho.”⁵⁶ (p. 90).

Olhando para todo o processo produtivo na lavoura cafeeira, o autor explica que, na cafeicultura, a composição orgânica do capital era baixa, pois o principal foco da atividade não estava no processamento industrial do café, mas nas etapas anteriores, como o cultivo e, principalmente, a colheita. Assim, o trabalho realizado ao longo do processo agrícola acabava por agregar valor à mercadoria final, remunerando o capital investido no processamento do café. No entanto, a reprodução do capital nesse setor ocorria principalmente de forma extensiva, ou seja, pela expansão territorial. Essa expansão se baseava, em grande parte, na exploração da força de trabalho sob relações de produção que não eram propriamente capitalistas, mantendo características de sistemas anteriores ou paralelos⁵⁷.

Há um outro autor, entretanto, que segue uma linha ainda diferente dos dois anteriormente citados, ainda analisando este processo de colonização, expansão territorial do capital e a questão do trabalho escravo.

“A grande propriedade fundiária, assim avaliada segundo a relatividade das circunstâncias locais, representou elemento estrutural do escravismo em todo o continente americano. Contudo, os processos de sua formação não foram uniformes, em parte devido às políticas adotadas pelas potências europeias em suas respectivas colônias. Daí a conveniência de examinar as particularidades da formação do regime territorial no Brasil escravista.”⁵⁸

Jacob Gorender pautava a centralidade da questão fundiária para compreender a formação do capitalismo brasileiro. E coloca que o regime territorial do país no período colonial ficava entre a realidade das exigências do modo de produção e a legislação que seguia o modelo jurídico português do final do feudalismo. Por esse motivo, faz um mergulho mais profundo nesta questão que merece atenção desta pesquisa.

As capitanias hereditárias são uma instituição fundamental para entender a questão da terra naquele momento. Sobre isso, já apresentamos aqui as algumas faces do debate conhecido a respeito dos aspectos feudais das capitanias. Para autores como Caio Prado Júnior, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré e Manuel Correia de Andrade, os elementos

⁵⁶ Ibidem, p. 90.

⁵⁷ Ibidem, p. 92.

⁵⁸ GORENDER, Jacob. Regime territorial no Brasil escravista. Em *A Questão Agrária no Brasil* 2, p. 181.

feudais estão presentes em maior ou menor grau. Enquanto que Simonsen e Alexander Marchant defendem que teria um caráter originalmente capitalista. Já Gorender identifica como uma “manifestação peculiar de um tipo de empreendimento colonizador europeu da época do mercantilismo”, além dos privilégios que recebiam as companhias de comércio, que eram geridas pelo capital comercial. Apesar de reconhecer o caráter não tipicamente capitalista, identifica mais limitações que alguns autores dessa corrente já manifestaram.

Já a distribuição de terras por meio das sesmarias evidencia, segundo Gorender, que “(...) sob o aspecto jurídico, o regime territorial instituído no Brasil desde cedo se diferenciou profundamente do vigente em Portugal, pois se despojou de características feudais peculiares a este último”⁵⁹. Houve tentativas de aproximar o direito do sesmeiro ao que seria uma subenfeudação, mas se tornaram exemplos isolados que não tiveram sucesso para se expandir pela colônia.

Segundo Jacob Gorender, em oposição ao sistema de sesmarias, o acesso à terra para os colonos mais pobres se dava principalmente através da posse, já que eles muitas vezes não conseguiam lidar com os entraves burocráticos exigidos pelo regime sesmeiro. Em certos casos, o direito de posse prevalecia sobre as terras anteriormente concedidas a sesmeiros. Gorender descreve situações em que os sesmeiros chegavam a terras já ocupadas por diversas famílias e, de maneira abusiva, forçavam os ocupantes a comprar as terras que já cultivavam, pagar impostos ou, em muitos casos, eram simplesmente expulsos de forma violenta, recorrendo a esbulhos judiciais para legitimar essas ações.

O autor destaca que o crescimento das posses foi um fator importante para pressionar a abolição do sistema de sesmarias. Entre 1822 e 1850, a posse tornou-se a principal forma de acesso legítimo às terras públicas, um caminho aberto tanto para grandes proprietários quanto para pequenos colonos, permitindo uma apropriação mais ampla e, em certa medida, mais democrática das terras.

“A história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi amoldada aos interesses dos senhores de escravos, mesmo quando, sob certos aspectos, se lhes opunha a orientação do governo metropolitano. Da forma jurídica original se conservou na Colônia apenas o que convinha ao novo conteúdo econômico-social escravista.”⁶⁰

De forma geral, como demonstrada no trecho acima Gorender destaca que a sociedade escravista tinha um impacto tão grande que moldava inclusive o que interessava para a manutenção dessa forma de produção.

⁵⁹ Ibidem, pp. 187.

⁶⁰ Ibidem, pp. 209.

A existência e organização do espaço por grandes propriedades de terra é uma característica marcante da estruturação do Brasil colônia, mas não explica o sistema econômico. Gorender destaca que a associação latifúndio-feudalismo pode parecer um dogma, mas não se sustenta na realidade do país, que não tinha uma população camponesa densa e arraigada ao solo, de modo a possibilitar a produção e extração de renda feudal. Embora alguns colonos ainda imbuídos desses princípios tivessem tentado aplicar este regime em suas terras. A respeito disso o autor afirma:

“Não se pretenderia que o suposto feudalismo colonial reproduzisse todas as características e particularidades do feudalismo europeu. Deveria, contudo, apresentar os elementos essenciais da estrutura: o regime territorial senhorial e a economia baseada nas pequenas explorações autônomas de camponeses tributários e nas oficinas artesanais independentes. Inexistiu no Brasil uma estrutura articulada com tais elementos, porém qualquer pesquisador objetivo aí encontrará a presença dominante e incontestável da grande exploração cultivada por escravos, assentada sobre a grande propriedade fundiária alodial e alienável”⁶¹.

O autor coloca que no Brasil colônia a “função econômica principal e decisiva era, não a propriedade da terra como sucederia no feudalismo, mas a propriedade de escravos”⁶². O autor reforça a informação já trazida nesta pesquisa pela autoria de José de Souza Martins sobre a preponderância da propriedade de escravos naquela sociedade, e de que os empréstimos hipotecários, por exemplo, não estão embasados no preço de compra da terra, mas de escravos. Além disso, que a desvalorização do preço da terra dependia da decadência do escravismo, e não da disponibilidade deste bem. O que reforça que nessa sociedade não é a terra que vale acima de tudo, como era no feudalismo.

Mas por outro lado, Gorender demonstra em sua obra que o ponto central para compreender esta sociedade colonialista seria a plantagem. Jacob Gorender argumenta que a "plantagem" foi a forma dominante de organização econômica no escravismo colonial brasileiro. Ele afirma que essa estrutura, baseada no trabalho escravo, teve uma influência abrangente sobre outros setores de produção e sobre a vida social e econômica em geral, inclusive nas áreas que não eram diretamente escravistas. Inspirando-se em Marx, Gorender sugere que o modo de produção escravista colonial irradiava seu impacto para além do próprio sistema de escravidão.

O autor identifica elementos centrais que caracterizam a plantagem escravista. Em primeiro lugar, destaca a produção voltada para o comércio mundial, particularmente marcada

⁶¹ Ibidem, pp. 211.

⁶² Ibidem, pp. 212.

pela monocultura para exportação, coexistindo com a economia natural, voltada para o consumo interno. Além disso, enfatiza que a produção em grande escala sob comando único diferenciava a plantagem de outros modos de produção, como o feudalismo. Outro aspecto importante era a integração entre a produção agrícola e o processamento dos produtos dentro da própria plantagem. Por fim, Gorender menciona a divisão do trabalho, tanto quantitativa quanto qualitativa, como um fator essencial nessa organização econômica.

Essas foram características que segundo o autor corroboram para que a plantagem fosse a forma de produção mais viável na economia colonial, ainda que firmada sobre o trabalho escravo, tinha mais eficiência, inclusive nos produtos agrícolas que eram beneficiados. Ele explica:

“A plantagem escravista dispunha de vantagens consideráveis sobre as pequenas explorações e daí constituir-se na forma dominante de organização econômica. Graças ao elevado número de trabalhadores que concentrava, podia contar com a superioridade da cooperação simples sobre o trabalho individual e podia efetuar com relativa rapidez grandes colheitas. Simultaneamente com estas, era capaz de beneficiar o produto agrícola em tempo hábil e com menores perdas de matéria-prima. Podia, enfim, viabilizar no mesmo estabelecimento a divisão qualitativa do trabalho, integrando as várias fases da atividade principal e os ofícios correlatos. Compreende-se então que, embora empregasse o trabalho escravo, pouco produtivo sob o aspecto individual, conseguisse firmar-se como o eixo e a base da economia colonial.”⁶³ (pp. 161)

Aqui cumpre abrir uma discussão paralela com o que Caio Prado Junior traz a respeito de que a organização da produção na forma de plantation favoreceria a que essas terras e esse cultivo não sejam acessíveis ao pequeno produtor. Embora esteja tratando de um momento posterior, observe o que ele traz:

“Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo ‘plantação’ (a plantation dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, como veremos noutro capítulo, por trabalhadores assalariados. Contribuem para fixar este sistema de organização as mesmas circunstâncias assinaladas para as demais culturas brasileiras. Reforçam-nas aliás agora, a tradição já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de produção retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto.”⁶⁴.

⁶³ GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. Em *A Questão Agrária no Brasil 2*, pp. 161.

⁶⁴ PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, SP, Brasiliense, 1999, p. 120.

Parece, no entanto, que o autor inverte as determinações do modo de produção capitalista. Não será a organização da produção que determina o acesso à propriedade da terra. Mas o domínio e a exclusão na propriedade da terra que impossibilita a produção pelo pequeno produtor, e se vê refletida e fortalecida por uma determinada organização da produção na forma da plantagem.

Gorender traz uma comparação sobre a produtividade do trabalho da plantagem em comparação com a forma de trabalho dos camponeses. Ele afirma que na agricultura medieval o camponês, por ser dono dos meios de produção, estava interessado em desenvolver sua exploração familiar. O que se reflete também nas técnicas de produção que aperfeiçoaram o cultivo da terra, alcançando uma produtividade estável, por meio do sistema dos três afolhamentos anuais associados à pecuária.

No entanto, essa realidade não se aplicava na plantagem escravista. Ele caracteriza os escravizados como maus trabalhadores, em comparação com o camponês interessado, e a produção era especializada, de safras sucessivas, sem intercalar com a pecuária e tendente à monocultura. “Por último, a destinação comercial predominante, com tendência à monocultura, e as características do trabalho escravo impunham limites estreitos à economia natural coexistente e dificultavam seu florescimento no sentido da policultura do camponês medieval.”⁶⁵

Esses elementos podem indicar que a plantagem escravista seria um retrocesso no desenvolvimento das forças produtivas, mas Gorender pondera que na verdade ali estavam antecipados elementos da agricultura moderna capitalista, ainda que estivesse presa ou fosse avessa ao avanço da tecnificação. E argumenta que a plantagem escravista colonial, apesar de suas contradições, superou a agricultura familiar por conta de suas vantagens estruturais. Ele aponta que a grande escala de cultivo, o uso de grandes equipes de trabalhadores escravos sob um comando centralizado e a divisão do trabalho permitiram uma maior eficiência produtiva. Esses fatores deram à plantagem a capacidade de dominar a economia agrícola, especialmente em um contexto voltado para a produção em larga escala e para o mercado internacional, características que a agricultura familiar, com sua organização mais limitada e dispersa, não conseguia competir.

A questão da terra também está sob a atenção do autor que destaca que no continente americano havia grande disponibilidade de terras que poderiam ser apropriadas sem nenhum custo ou compradas a preços muito baixos e sem ônus de rendas, como seria no contexto

⁶⁵ GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. Em A Questão Agrária no Brasil 2, pp. 162.

feudal. Isso fazia inclusive com que os produtores fossem em busca de novas terras virgens, que seriam limpas de maneira brutal pelas queimadas, em detrimento de tentar recuperar terras cansadas.

Ao mesmo tempo, entende que as dependências do engenho que davam conta do processo de elaboração da matéria-prima estaria próximo de uma unidade fabril primitiva. Ainda que não propriamente mecanizada e baseada no trabalho assalariado, entende o engenho como o nível rudimental dos “mesmos princípios organizacionais de transformação da matéria-prima em grande escala, divisão do trabalho setorial (não apenas por tarefas) e técnica não-artesanal”⁶⁶.

Fazendo o balanço do impacto da plantagem escravista no progresso técnico do modo de produção, Gorender conclui que “Os aspectos negativos derivados do trabalho escravo foram compensados pelas vantagens organizativas da forma plantagem, Por sua vez, esta vingou, porque se adequava ao trabalho escravo”⁶⁷. Ao mesmo tempo, não adere totalmente à corrente de pensamento estadunidense que enxerga a total sinistria entre o desenvolvimento tecnológico e o uso de mão de obra escravizada, visto que enxerga no processo histórico que o trabalho escravo chegou a impedir o avanço e inclusive retrocedendo em relação aos demais concorrentes o que impulsiona a transição para o trabalho assalariado.

Da leitura dos autores acima mencionados extrai-se que o colonialismo no Brasil é um momento do capitalismo mundial que corresponde à formação categorial do modo de produção, isto é, a acumulação primitiva. A acumulação primitiva está constituindo a formação categorial tanto no centro como na periferia, e sua relação se dá pelo comércio internacional. Sendo assim, devemos entender que as atividades coloniais na América são constitutivas dessa acumulação.

A produção do engenho não se qualifica numa produção em si, mas tem um sentido externo, assim como todo o sentido da colonização. Nessas realidades específicas, não se pode identificar uma realidade feudal, pois o sentido é dado pela mercadoria e o caminho é o da acumulação do capital. O fundamento de caracterizar como feudalismo não se sustenta, porque não tem o caráter fechado e autoritário constitutivo deste outro modo de produção.

Ao mesmo tempo, como afirma Anselmo Alfredo, “o problema que se exponencia é a participação da periferia na unidade posta pela forma valor sem necessariamente expressar a formação categorial que o próprio valor põe como sua necessidade”⁶⁸. Isto é, na produção

⁶⁶ Ibidem, p. 167.

⁶⁷ Ibidem, p. 170.

⁶⁸ ALFREDO, Anselmo. Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013, p. 25.

colonial há formação de valor, entretanto este valor não será consumido e realizado no país, porém, irá ser apropriado pela metrópole europeia e constituir a forma da acumulação. O que implica, por exemplo, que “a unidade da forma valor centro-periférica fez da periferia a negatividade categorial como forma de ser das categorias que se formam no centro da reprodução capitalista e negativamente na periferia, necessariamente”⁶⁹

No Brasil o que ocorre não é a falta da acumulação, mas o seu oposto dialético a não-acumulação. A formação categorial do capital no Brasil só se dá na sua negatividade: do trabalho como exploração e do capital como reprodução ampliada; o que não se torna aparente. Sendo assim, essa diferenciação é essencial para o argumento que construímos, já que vai justamente ao encontro dos autores citados, que defendem e mostram que não existe um atraso na formação do capitalismo brasileiro, mas em decorrência da acumulação negativa da periferia, o centro poderia desenvolver a sua acumulação.

Pensando que a acumulação sempre terá dois pólos, um que acumula e outro que não acumula, por ser explorado para esta acumulação, entendemos que a formação do país não é uma deformação histórica, mas sim uma formação, que se realiza como formação categorial negativa. Essa formação nacional é moderna e demanda a necessidade de aumentar a exploração do trabalho, para compensar a falta de desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da exploração é tão acentuado que muda a qualidade, para um trabalho escravo. Assim não temos acumulação nacional, mas endividamento. Considerando que trabalho e capital são uma dupla dialética, Anselmo Alfredo explica:

“Se a acumulação interna não permitiu essa passagem - posta a diferença da produtividade entre as nações -, a negatividade categorial foi a determinação desta modernização. Internamente ao Brasil, portanto, as relações de produção aqui postas como negatividade categorial, revelam a formação categorial no centro, sendo a periferia-Brasil uma forma negativa categorial do trabalho e não o trabalho como a negatividade do capital.”⁷⁰

De fato, o colonialismo corresponde ao momento de acumulação primitiva, entendida a partir das bases teóricas do marxismo trazidas no primeiro capítulo como o momento em que capitalismo está se produzindo, as categorias não estão formadas. Neste momento, não existe trabalho assalariado, mas a violência como forma de produção do capitalismo. As leis sanguinárias, como forma de garantir o trabalho, vão se subordinando, isso porque não existe capitalismo, não existe igualdade jurídica e um contrato entre iguais, sujeito de direitos. Essa

⁶⁹ Ibidem, p. 26.

⁷⁰ Ibidem, p. 27.

violência é extraeconômica e explícita. Na escravidão ela é possível de ser observada, enquanto que na forma do colonato ela deixa de ser.

Fica evidente esse processo ao observar que o período do colonialismo no Brasil corresponde ao período de constituição da indústria europeia. Por isso, podemos dizer que ocorre acumulação primitiva, mas no âmbito da acumulação mundial. Diferente do que trouxe José de Souza Martins mais acima, sobre um dualismo entre centro e periferia, como dois processos diferentes, na Europa como um processo civilizatório e "correto". Discordamos desta visão do autor, onde haveriam várias acumulações, um processo que se dá no nível mundial de formação das categorias do capitalismo, ou seja, no Brasil ocorre produção de valor, a diferença é que ele vai se realizar na Europa.

Isto porque, esta visão de Martins vai ser extrapolada para uma leitura de que a lavoura de café permite a acumulação de capital por uma elite brasileira e que este será o impulso inicial da industrialização e da urbanização. O café mobilizou uma indústria, o complexo cafeeiro mostrou naquela realidade e desenvolveu outras produções como a indústria, para aumentar e desenvolver a produção do café e não superá-lo. Alguns autores têm se dedicado a investigar que essa indústria é na verdade uma oficina bem pequena, sem muita força de trabalho, vivo ou morto. Até 1937 não há entrelaçamento de ramos produtivos, tem o caráter de atender a demanda agrícola e não tem a condição de mobilizar um desdobramento para a industrialização nacional.

A década de 50 é o momento da construção de um “elo ilusório de construção de uma realidade industrial”⁷¹, é mais a criação de um “ethos sem trabalho”, que na verdade esconde a crise do trabalho. Isso significa que toda urbanização ou metropolização a partir desse processo serve ao trabalho no sentido de administrar esta modernização crítica, construir uma sociabilidade do trabalho, embora esta categoria estivesse em crise.

“A formação urbana das periferias como o locus de uma população prestadora dos mais diversos serviços não expressa necessariamente uma forma de baratear a realização ou produção de mais valia por se tratar de serviços pessoais e não empresariais. Mas expressa que a divisão social do trabalho resultada nesta urbanização foi posta como socialização negativa do trabalho”⁷² p. 31

Alfredo explica que o barateamento dos custos da reprodução social não é a motivação desta urbanização, mas o resultado de uma urbanização que parte de uma reprodução crítica da capital. Destacando que a negatividade do capital no Brasil e na periferia do capitalismo continua presente e determinando os caminhos da reprodução do

⁷¹ Ibidem, p. 30.

⁷² Ibidem, p. 31.

capital. Isso é, destacar que a reprodução periférica não é uma mera forma da reprodução ampliada do capital, mas uma forma particular que aprofunda a crise da reprodução do valor, a sua necessidade crítica.

Com base nessa análise, estão colocadas algumas das perguntas que norteiam esta pesquisa: como o trabalho livre vai se constituir neste contexto de negatividade ao substituir o trabalho escravo? Como se formam esses sujeitos de direito vendedores da sua força de trabalho? Como o capital se expande no território? E qual o papel que a propriedade da terra tem para facilitar ou garantir esse processo?

Sendo assim, as próximas páginas se dedicarão a contextualizar a pesquisa dentro de um recorte temporal um pouco mais avançado. Ao focar na ocupação e modernização de terras ainda não exploradas pelo capital, embora também denominadas como "colonização", pretende-se explorar como essas áreas refletem o processo de desenvolvimento e adaptação às novas formas de organização econômica, e chegar ao objeto concreto e determinado da pesquisa.

Capítulo 3 - O caminho para a colonização do oeste paulista

Condensando as discussões trazidas nos dois capítulos anteriores, Silvio Monteiro de Lima destaca que a Marx, no capítulo dedicado à acumulação primitiva mostra que a formação da periferia, ou o que futuramente seria entendido desta forma, seria seria como um

“momento necessário à formação de uma totalidade social pelo valor. Totalidade essa, fundada no caráter contraditório do capital (portanto, positivo e negativo) que, para superar as amarras do seu desenvolvimento pleno, se poria, negativamente, sob sua forma colonial, para que o processo de acumulação fosse levado a termo, positivamente, nas metrópoles”⁷³

Isso significa dizer que as colônias produziam valor que se realizava nas metrópoles, antes mesmo de ter relações sociais de produção capitalistas. E isso acontece para garantir um desenvolvimento positivo do modo de produção capitalista nas metrópoles. Mais do que isso, para que nas metrópoles houvesse trabalho assalariado, apropriação de riquezas e extração de valor, o capital se expande geograficamente e insere as colônias nesse processo global de produção de valor, mas sem que estas sejam integradas positivamente no mesmo sentido de desenvolvimento positivo. Ao contrário, as colônias vão ser colocadas negativamente em relação ao centro.

“O endividamento público e as crises advindas das dívidas contraídas no exterior, momentos que perpassariam a reprodução das economias periféricas modernizadas (como a brasileira), evidenciaram que, mesmo sob padrões produtivos industriais, a acumulação não se reverteria em favor dos países periféricos, permanecendo a negatividade do capital em sua periferia (não se tratando, portanto, de algo conjuntural)”⁷⁴.

Os pensadores desenvolvimentistas, como Celso Furtado, até chegam a reconhecer que as condições do subdesenvolvimento não são meramente laterais, mas a razão pela qual é possível garantir o desenvolvimento em outra parte do globo e por isso ajudam a compreender a reprodução total do capital mundial. Há uma dificuldade de que esta linha de pensamento não reforce uma separação entre duas realidades, e a crítica feita a eles destaca que não é possível isolar centro ou periferia porque eles são determinados pelas mesmas condições e um mesmo momento da reprodução da totalidade do capital.

Um olhar destacado para o desenvolvimento tecnológico, como se este determinasse as desigualdades espaciais e temporais, ou ainda de enxergar a técnica como condutora do

⁷³ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 87.

⁷⁴ Ibidem, pp. 87/88.

processo histórico “civilizador”, leva a uma concepção transhistórica, envolvida pelo invólucro moderno. Esta é uma das características que permite ao direito e a forma jurídica funcionar garantidor das relações de troca e mascarador da realidade social, porque, como se extrai do pensamento pachukaniano, o direito tido como imparcial e transhistórico não é possível de ser relacionado com a manutenção específica do modo de produção capitalista, como somente a crítica marxista foi capaz de desvelar.

E terá consequências inclusive na crítica que se faz a partir da Geografia:

“No entanto, a rejeição aos limites que o valor imporia ao pensar, envolvendo-o em seu invólucro moderno, e a atribuição de uma essencialidade humana, transhistórica, a toda e qualquer sociedade, inclusive à sociedade capitalista, onde essa essencialidade estaria obliterada pela lógica da valorização, enviesar a Geografia para uma crítica, não menos positivamente, onde o espaço, tomado como resíduo do humano, apareceria sob determinações temporais positivamente postas, sendo esse (o espaço), portador de um caráter superador onde se vislumbrar o passado e o futuro, mas não a simultaneidade, constantemente reposta, da valorização”⁷⁵.

O desafio colocado pelo autor é de como a Geografia pode descrever processos que não se dão de maneira linear, nem mesmo no espaço. Anselmo Alfredo, ao buscar compreender como pensamento marxiano em *O capital* se constrói, sem perder de vista a materialidade da realidade social, enxerga que esse processo se dá no pensamento para além da física. E afirma que “a simultaneidade espacial, o que seria uma hipérbole, se faz, portanto, como o modo possível de realização do impossível também porque resguarda, em sua efetividade, a ilusão do tempo como condição subjetiva da realização da objetividade do capital que deve, necessariamente, prescindir do tempo para a sua reposição.”⁷⁶ (p. 33)

E mais adiante completa que:

“Nesta determinação espacial, o tempo se põe como a crise a ser superada e sua ilusão como não crise tão somente se faz como fetiche do espaço, donde a própria ausência de uma crítica radical do moderno e da modernização se o fez como a condição objetiva do limite de nossa consciência que teve na economia política e sua via desenvolvimentista uma forma de expressão”⁷⁷

Isto é, partindo da determinação espacial, a questão do desenvolvimento e da modernização aparecem como uma luta contra o tempo, e mesmo na negação desta crise coloca um fetiche no espaço que dá lugar às visões desenvolvimentistas da economia política, porque não levam em conta a crítica radical do moderno e da modernização.

⁷⁵ Ibidem, p. 91.

⁷⁶ ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013, p. 33.

⁷⁷ Idem.

Silvio Monteiro de Lima critica ainda a lógica pela qual entende que o campesinato seria uma “fonte inesgotável de valor, à medida que ele produziria para o capital, mas não teria sua própria reprodução subsumida às determinações da valorização”⁷⁸. E com isso se diferencia daqueles que pensam que a manutenção do camponês sob o capital é apenas a resistência a não se submeter totalmente ao modo de produção. Diferente disso, entende que só existe no limite da crise de reprodução do valor. Sem fetichizar a relação com o campo, este não pode ser observado como totalmente apartado do capital, “um reduto irreduzível do humano”. Resume a sua crítica a compreender que

“sob a lógica do valor, o capital se revelaria como fundamento da propriedade camponesa, mas negativamente posto, porque não acumularia, sendo o sentido do seu não acumular a viabilização da acumulação geral do capital. O reflexo de tais relações de produção, sobre a divisão campo-cidade periférica, se observaria na incapacidade do urbano em subsumir o agrário, haja visto que tal subsunção somente ocorreria a partir da acumulação gerada no campo e espalhada para a cidade, passando-se à produção urbano-industrial”⁷⁹.

Alfredo explica que o barateamento dos custos da reprodução social não é a motivação desta urbanização, mas o resultado de uma urbanização que parte de uma reprodução crítica da capital. Destacando que a negatividade do capital no Brasil e na periferia do capitalismo continua presente e determinando os caminhos da reprodução do capital. Isso é, destacar que a reprodução periférica não é uma mera forma da reprodução ampliada do capital, mas uma forma particular que aprofunda a crise da reprodução do valor, a sua necessidade crítica.

E por isso que esses autores selecionam o oeste-paulista como centro de suas pesquisas:

“Sendo assim, buscaremos, a partir da colonização do oeste-paulista, analisar o caráter contraditório da modernização brasileira, situando-a na simultaneidade da crise mundial de valorização, mais especificamente, a partir do seu aguçamento evidenciado historicamente pela grande crise de 1929.”⁸⁰.

Como é sua leitura da realidade periférica em comparação com os processos de evolução das forças produtivas em escala global, esta escolha passa por compreender o momento histórico da centralidade do capital que não é mais a mesma do período colonial. Lima destaca que na passagem para o século XX, o centro da acumulação capitalista mundial

⁷⁸ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 99.

⁷⁹ Ibidem, pp. 99/100.

⁸⁰ Ibidem, p. 128.

passaria para os Estados Unidos. Isso está relacionado à evolução e ao alto desenvolvimento das forças produtivas deste país que fizeram a produtividade do capital aumentar ainda mais do que a média global. John Kenneth Galbraith mostra que esse desenvolvimento na década de 1920 se deu de forma desigual entre os departamentos da economia, uma taxa de crescimento maior para a produção de bens de capital do que dos bens de consumo. O que impõe também um problema de acumulação desigual e crítica.

O crescimento e desenvolvimento das forças produtivas coloca questões sobre a expansão desse capital ao mesmo tempo que constroi o caminho para a sua crise. A respeito disso, Anselmo Alfredo coloca que

“O nível de acumulação do capital produtivo, aqui meramente considerado como lucro, leva a economia norte-americana a estabelecer como problema aquilo que na verdade se põe como contradição da acumulação, de modo que a necessária expansão de investimentos internacionais se põe como resultantes dessas contradições”⁸¹

Conforme argumenta Silvio de Lima, a expansão do capital norte-americano evidenciou uma contradição fundamental no desenvolvimento capitalista global. A intensificação das trocas comerciais, essencial para o crescimento econômico, colidiu com a limitada capacidade das economias periféricas de participar desse processo de forma equitativa. A exploração histórica e as desigualdades de produtividade, resultantes da relação centro-periferia, impediram que essas economias acumulassem capital suficiente para desenvolver suas próprias indústrias e aumentar sua produtividade.

“Dessa forma, a expansão do capital norte-americano revelaria a contradição na qual consistira o desenvolvimento do capital em sua totalidade. A expansão do capital exigiria a intensificação das trocas, no entanto, tal intensificação esbarraria na capacidade das economias periféricas em salda-las, haja vista que, devido à diferença de produtividade, em relação às economias industriais, essas (as economias periféricas), foram espoliadas e não acumularam suficientemente para desenvolverem suas forças sociais produtivas, em termos de produtividade industrial” (p. 132).

Este processo de crise culmina com o período da crise de 1929, que altera diversas dinâmicas de relações comerciais e de produção ao redor do mundo. Nelson Werneck Sodré argumenta que a crise de 1929, embora tenha interrompido temporariamente a exploração

⁸¹ ALFREDO, Anselmo. Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013, p. 258.

imperialista do Brasil, desencadeou um processo de intensificação da acumulação capitalista interna. Esse momento, que marca o terceiro grande estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, foi caracterizado por uma profunda transformação nas relações de produção. No campo, a abolição do trabalho escravo e a concentração da propriedade da terra estabeleceram uma nova base para a exploração do trabalho, enquanto nas áreas urbanas a acumulação à custa do trabalho operário avançou de forma acelerada⁸².

O historiador ainda destaca como esse processo se relaciona com a realidade brasileira intermediado pela lavoura de café:

“A expansão da lavoura do café e a ascensão exportadora, em volume e em valor, marcam o avanço da acumulação interna de capitais: o café é a fonte originária dessa acumulação de que se vai gerar o capitalismo brasileiro. A expansão da lavoura cafeeira para Oeste é acompanhada pelo avanço tecnológico: o advento da máquina de beneficiar é paralelo ao avanço das ferrovias”⁸³

Nesse sentido, é possível aproximar-se com leituras já destacadas mais acima sobre o potencial do café como fonte de acumulação primitiva interna. E mais além, Sodré coloca como até 1850, o café utilizava pessoas escravizadas vindas de África e depois disso, deslocado de outras províncias, passa a ser possível pelo alto preço do café. Esse movimento de deslocamento interno que ajuda a criar um mercado de trabalho. E finaliza retomando os pontos centrais destacados por Martins:

“Aqui, a Lei de Terras, de 1850 – note-se: é a data da suspensão do tráfico negreiro –, proíbe a aquisição de terras devolutas a não ser por compra, isto é, pressupõe uma estrutura capitalista plenamente instalada. A área pré-capitalista, aqui, vai entrar consideravelmente a passagem do trabalho livre.”⁸⁴

Como já dito anteriormente, a Lei de Terras parece ser um momento chave para compreender os desafios desta pesquisa. Colocar a legislação como um “momento” faz referência ao que Bernard Edelman trouxe em seu livro sobre o “direito captado pela fotografia”⁸⁵ compreendendo que as formações jurídicas, embora não reflitam a realidade das formas sociais, com uma leitura crítica pode identificar o que ela tenta mascarar. Mas também porque o processo que culmina na aprovação da lei parece reunir em 1850, diversos elementos para compreendê-lo.

⁸² SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, pp. 99/100.

⁸³ Ibidem, p. 105.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ EDELMAN, Bernard, O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito. Coimbra, Centelha, 1976.

Ruy Cirne Lima ao se debruçar sobre a história territorial brasileira, nos mostra que há uma história da posse, das apropriações de terras devolutas e trocas:

“Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de sesmarias. (...) A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios –, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação”⁸⁶

O autor observa que a tendência pela formação de grandes propriedades já estava profundamente enraizada na mentalidade brasileira. Ele aponta que, apesar das restrições legais ou dos costumes contrários, a prática de compra e venda de posses, muitas vezes de forma irregular, se espalhou rapidamente. Mesmo que essas transações fossem tecnicamente ilegais, elas se tornaram comuns, refletindo a realidade econômica dos posseiros, que começaram a atribuir um valor de mercado às terras que ocupavam. Assim, o costume de comercializar essas posses contribuiu para consolidar a estrutura de grandes propriedades no país, independentemente das leis em vigor.

E afirma que

“A Lei de 1850, por conseguinte, embora reconhecesse, de plano, a aquisição da propriedade pela “posse com cultura efetiva” cuidou de corrigir os excessos havidos nesse particular, fugindo, porém, por outro lado de decretar uma expropriação em massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre a nossa economia e a nossa própria organização social”⁸⁷

A questão da propriedade da terra e seu regimento não pode ser explicada simplesmente como resultado de uma evolução natural ao longo do tempo ou como reflexo de uma característica psicológica da população. Na verdade, a explicação está profundamente ligada ao processo global do modo de produção, que determina a organização da sociedade e a forma como os recursos são distribuídos. A propriedade da terra é moldada pelas necessidades econômicas de cada época e pelas relações de poder e produção dominantes.

No entanto, essa questão aparece muitas vezes revestida de uma camada jurídica ou normativa, como se fosse resultado de meras decisões legais tomadas por juristas, legisladores, políticos ou monarcas em discussões sobre leis e regulamentos. Essa abordagem jurídica mascara o verdadeiro motor por trás dessas decisões, que é a dinâmica econômica e o

⁸⁶ LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas. 4ªEd. São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura, 1990, p. 51.

⁸⁷ Ibidem, p. 58.

modo de produção global. Assim, a regulamentação da terra se apresenta como uma questão técnica e legislativa, mas, em essência, está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e nas forças produtivas da sociedade, que ditam como a terra será controlada e utilizada. A concentração de grandes propriedades, portanto, não é uma simples preferência cultural, mas sim uma consequência das exigências do sistema econômico que vigorava, refletindo a necessidade de controlar grandes extensões de terra para a produção em larga escala e o comércio internacional, especialmente em economias coloniais baseadas na monocultura e no trabalho escravo.

Lima fará uma recapitulação histórica do processo legislativo que chega na Lei de Terras, destacando que desde 1842 já se discutiam propostas legislativas sobre sesmarias e colonização. No ano seguinte se apresenta a primeira versão de uma proposta que depois se tornaria a Lei de Terras. E afirma que a lei de 1850 traz pontos incorretos que ao mesmo tempo corrige pontos em aberto no regime de sesmarias e por outro lado traz uma “ratificação formal do regime das posses”⁸⁸.

O que pode inicialmente causar estranhamento no leitor, considerando que a lei é amplamente conhecida por ter impedido a aquisição de terras pela simples posse, é que, na realidade, ela também contém disposições que favorecem os posseiros. O autor explica que a lei traz “o reconhecimento incondicional da propriedade do posseiro, sobre o terreno ocupado com cultura efetiva (art. 8) e a faculdade assegurada da legitimação das posses de extensão maior – ‘adquiridas por ocupação primária’ ”⁸⁹. No entanto, de fato, o ponto central da lei está em relação ao que ela estabelece para o futuro, que é a proibição da aquisição de terras devolutas por um caminho que não seja pelo título de compra, assim como a autorização ao governo a realizar esta venda quando considerar conveniente.

“A Lei de 1850 deve, porém, sem dúvida, pela maior parte de suas disposições, incluir-se na classe das denominadas leis administrativas, isto é, das que não formulam regras de conduta para a nação, mas, ao contrário, servem de veículo para a vontade desta, quando lhe cabe manifestá-la sobre negócios da administração pública”⁹⁰

Embora fosse concebida como uma lei de caráter administrativo, a Lei de 1850 não produziu o efeito esperado. Conforme destacado, o governo não tinha controle efetivo sobre as terras devolutas, nem possuía um registro unificado dessas áreas. Isso criou uma lacuna significativa, que abriu espaço para uma série de regulamentações propostas e acaloradas

⁸⁸ Ibidem, p. 65.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Ibidem, p. 71.

discussões nas cortes sobre a aplicação e alcance da própria lei. A falta de um sistema administrativo eficiente e a ausência de fiscalização adequada permitiram que as terras devolutas continuassem a ser exploradas de forma irregular, muitas vezes beneficiando grandes proprietários que já controlavam vastas extensões de terra.

A Lei de Terras de 1850, como já explicado, veda a aquisição direta das terras devolutas, mas não impede que o próprio Estado passe a conceder essas terras, de uma forma mais flexível. Ela vai ser utilizada principalmente para a colonização. O que Ruy Cirne Lima chama de povoamento, já que o Estado pode justificar a sua destinação segundo a necessidade do serviço público que nesse momento era a colonização. Do ponto de vista jurídico, para ele é colocado um impasse: “As dificuldades na determinação da natureza jurídica da concessão de terras decorrem indubitavelmente, da incerteza de limites entre o direito público e o privado, nessa zona peculiar, de alienações de bens do Estado.”⁹¹.

Ao contrário do que se imaginava inicialmente, estudar esta legislação a partir do ponto de vista da sua aplicabilidade, e do processo legislativo que chegou a este resultado, apontou mais para uma leitura do momento de constituição do Estado brasileiro enquanto força administrativa. E nos ajuda a compreender que o país se encontrava em um período de transição para o Estado de direito como fiador das relações sociais, o que passa pela definição da propriedade privada da terra. Ainda assim, este não é um processo único e instantâneo, e o que parece se observar neste momento é uma crise que se coloca não como a inefetividade do direito, como poderia argumentar análises sociais que chegam até os dias atuais, mas dos acertos do modo de produção que se consolida no território de maneira crítica, dialética e não-linear.

O pensamento econômico nacional ao longo da história é bastante centrado em discussões em torno da inflação e câmbio, e as dificuldades geradas por uma economia predominantemente agrária que não permitiu uma acumulação suficiente para o desenvolvimento das forças produtivas industriais. Essa leitura reforça a dificuldade de estabelecer uma relação comercial com países de economias industriais, gerando um desequilíbrio na balança comercial e a desvalorização cambial.

Mas uma leitura a partir da teoria do valor mostra que a questão está fortemente ligada ao tempo social médio de produção. Enquanto as economias industriais têm alta produtividade pelo avanço das forças produtivas e com isso um tempo médio de produção reduzido, as economias agrárias com menor taxa de produtividade, exigem muito mais tempo

⁹¹ Ibidem, p. 87.

de trabalho que os produtos industriais. No entanto, essa matéria-prima agrícola não será remunerada pela totalidade do trabalho contido na mercadoria e assim é constantemente desvalorizada. Para compensar esse desequilíbrio será necessário recorrer a empréstimos internacionais que transferem valor da periferia ao centro do capital.

Estas reflexões são extraídas do texto de Silvio Monteiro de Lima que completa:

“Resultado da própria capacidade produtiva, a crise, sob realidades centrais do capital, se expressaria pela geração de excedentes que não poderiam ser reabsorvidos pelo processo de produção. Sendo assim, tais excedentes passariam a ser exportados sob todas as formas, dentre elas, na forma de dinheiro, servindo ao financiamento de exportações de nações dispostas a adquirir as mercadorias tornadas invendáveis, no âmbito das economias industriais. (...) Para que não nos desviemos da teoria do valor, o problema remeteria à formação de um tempo social médio de produção, estabelecido em nível mundial, onde o tempo de trabalho periférico comporia essa média, mas não a atingiria, o que resultaria na transferência de valor para as economias industriais”⁹²

Esse processo vai se tornando cada vez mais crítico, visto que o constante desenvolvimento das forças produtivas industriais no centro do capitalismo seguem em expansão, assim como a limitação do tempo de trabalho das periferias que poderia ser pago por este capital. O resultado é o aumento contínuo da inflação, aliado a uma desvalorização cambial que perde constantemente o seu poder de compra. Esta acumulação atinge níveis tão elevados que será necessário abandonar o lastro monetário em ouro, porque as reservas mundiais não seriam capazes de alcançar este ritmo. Da mesma forma, emissão de moedas sem lastro em valor representado também resultam inflacionárias. No Brasil, esta crise explodirá em relação ao café.

“A presença, predominante, no setor agroexportador nacional, de relações de produção como o colonato, a meação, e, posteriormente, o pequeno produtor, refletiram essa negatividade, por se constituir em formas de exploração do trabalho onde esse (o trabalho), se revelaria incapaz de reproduzir, simultaneamente, o capital e o próprio trabalhador”⁹³ (p. 144).

O autor explica assim a manutenção de formas de trabalho não assalariadas, ou melhor que o pagamento em dinheiro não seria suficiente para garantir a reprodução do trabalhador, tendo que fornecer moradia, área de plantio para subsistência. A negatividade das relações sociais sob o capitalismo periférico afeta também as condições da propriedade da terra, considerando uma realidade constituída pela espoliação para servir à metrópole.

⁹² LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016, p. 140.

⁹³ Ibidem, p. 144.

“Sendo a ‘renda da terra’ um sobrelucro, portanto, um excedente sobre o lucro médio, a mesma encontrar-se-ia condicionada ao tempo social médio, o que remeteria a necessidade de que a mesma resultasse de uma maior produtividade do capital, aplicado ao agrário.”⁹⁴

Se esta situação delicada é colocada de maneira crítica para as grandes propriedades de terra produtoras de café, a situação das pequenas propriedades é ainda mais delicada. Passam a surgir, depois de 1930, pequenas propriedades de terra cafeeiras na região do oeste paulista. Nestes casos, o que se observa é que “os preços pagos aos agricultores lhes conferiram lucros mínimos que somente lhes garantiriam a reprodução, à medida que retirassem parte de sua subsistência da própria terra onde produziriam para o mercado.”

E além disso, que os preços só foram mantidos pela interferência do Estado artificialmente retiram o produto de circulação para conter a desvalorização do produto no mercado mundial. Esse esforço, no entanto, não é capaz de responder à crise de 1929, porque nesse momento também deixam de se realizar os empréstimos advindos dos países industrializados e cessa também a sustentação artificial dos preços pelo capital internacional

Isto é, o processo se inicia com a necessidade, imposta pelo avanço do capital internacional, que exige melhora no setor pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que só poderia ser realizado através de uma prévia acumulação. Como esta acumulação não se deu, tampouco a modernização da produção, a continuidade das relações comerciais com o centro do capitalismo exigia maior produtividade do capital que será compensado pela expansão no domínio das terras, tornando a produção mais extensiva. Silvio de Lima defende que por mais que pareça que a expansão física do capital se dá por conta da acumulação, o caráter da negatividade do capitalismo na periferia mostra o contrário: “o capital, em sua peculiaridade periférica, se expandir criticamente (sem acumular), sendo a sua expansão física o resultado da não acumulação de valor (determinação metafísica, portanto)”⁹⁵.

Tentando compreender este cenário a partir da teoria do valor. Como o preço médio é formado pela repartição do tempo social médio da produção que é considerado tanto pelo capital industrial quanto pelas economias agrário-exportadoras, o resultado para estas últimas é a dificuldade de conseguir os níveis de produtividade determinados pelo tempo social médio de produção. De modo que se o preço médio do café fosse estabelecido dessa forma, esse capital nunca chegaria a se manter, porque ele recebe em troca um valor que é pensado para um tempo de produção determinado a uma produtividade muito mais alta do que a

⁹⁴ Ibidem, p. 145

⁹⁵ Ibidem, p. 154.

praticada, o que gera a desvalorização do valor. De modo que os preços são sustentados ilusoriamente pela política de endividamento social⁹⁶.

Deslocando a discussão para o cerne da pesquisa. O surgimento da pequena propriedade no Brasil está intrinsecamente ligado à crise do trabalho e à necessidade de garantir a reprodução do capital no setor agrícola. Diante deste cenário em que os produtores de café, em particular, enfrentam dificuldades em manter os níveis de produtividade exigidos pelo mercado, devido à queda dos preços internacionais do café e ao aumento dos custos de produção. A crescente dívida dos fazendeiros, agravada pela crise de 1929, os obriga a vender parte de suas terras, impulsionando o surgimento de loteamentos e a proliferação da pequena propriedade.

O autor define a pequena propriedade como aquela em que predomina o trabalho familiar, com eventual participação de meeiros ou parceiros, e onde a produção se destina tanto à subsistência quanto ao mercado. Os colonos, ao adquirir pequenas propriedades, buscam garantir sua subsistência e a de suas famílias, produzindo alimentos para consumo próprio e comercializando apenas o excedente. A pequena propriedade surge, portanto, como uma resposta à incapacidade do setor agroexportador em garantir a reprodução do capital, e à necessidade dos trabalhadores rurais de obter segurança alimentar e autonomia.

A pequena propriedade estaria no lugar de suprir a falta de capacidade de acumulação do setor agroexportador. Para esses pequenos produtores se tornar proprietários de terras não altera a forma de vida como colonos, ainda precisa tirar sua subsistência da produção na terra, gerenciando os custos de reprodução da propriedade. Parte da produção, por exemplo, é consumida in natura pela família e nem sequer chega ao mercado.

Está colocada, portanto, a necessidade de expansão do agrário por meio da frente pioneira que avança no oeste Paulista e no Paraná, como forma de colonização e reprodução crítica do capital, que ao mesmo tempo cria novos loteamentos e cidades para dar sentido a esta expansão. O surgimento das cidades do oeste paulista e norte do Paraná se deu de modo diferente do que se costumava observar, em um ritmo muito mais acelerado. Monbeig (1984) inclusive afirma que seriam “sementeiras de cidades”, e que não são somente a expressão da expansão agrícola.

Para Monbeig, após 1930 há uma ruptura na forma com que a expansão da fronteira seria feita na região. Isso porque, até então, seriam os caboclos que como guardião da terra teriam esse papel importante. Mas a partir desse momento o fazendeiro não mais necessitará

⁹⁶ Ibidem, pp. 157/158.

do apoio do caboclo nesse sentido, porque, influenciado pelo processo de modernização, a expansão da frente pioneira será feita pelo mercado de terras e pela garantia do direito de propriedade.

Assim, “a franja pioneira paulista é um momento determinado pelo trabalho socialmente útil, suprimindo as condições para uma “vida inútil”, i. é.,daquilo que se tornou contraproducente para a modernização e, portanto, identificado como algo a ser suprimido.”⁹⁷ E essa necessidade de um trabalho socialmente útil vem da imposição do mercado de terras. Porque, para acessar a terra enquanto mercadoria, o trabalho precisaria estar sendo remunerado em dinheiro, para que possa pagar o preço da terra.

A formação desse mercado de terras está relacionada com uma política de Estado. O processo de criação de um mercado de terras está intimamente ligado ao controle da coerção social pelo Estado. O Estado monopoliza a violência e o poder coercitivo, assumindo a responsabilidade de garantir que a propriedade privada seja protegida e inviolável. Com isso, o uso de violência para resolver disputas ou tomar posse de terras passa a ser punido, e as condições para o surgimento de um mercado de terras são estabelecidas. A partir desse ponto, o acesso à terra deixa de estar relacionado à ocupação ou uso de força, tornando-se exclusivamente uma questão de transações econômicas, em que a compra e venda de terras seguem as regras de mercado.

Fujicava ainda vai descrever que Getúlio Vargas e o seu projeto político autoritário do Estado novo teve um papel fundamental nesse sentido, inclusive para recrutar a população para esta “marcha para o oeste” que, mais do que expandir a ocupação dentro do território seria uma forma de suprimir da reprodução social aquilo que não estava inserido no sentido de contribuir para a formação nacional, e assim colocado como inútil. Esse é o papel que foi personificado no caboclo.

Além do investimento em infraestrutura feito pelo Estado, o sucesso dessa expansão exigia também a mobilização de força de trabalho em grande escala. Para isso, foi necessário o envolvimento direto do Estado, que promoveu políticas de imigração como forma de substituir a mão de obra escravizada.

Entretanto, as iniciativas de imigração para substituir os escravos não foram tão promissoras quanto se esperava. Os custos elevados para o transporte dos imigrantes, que eram cobrados assim que chegavam ao Brasil, criaram um sistema em que os trabalhadores

⁹⁷ FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 8

precisavam compensar esses adiantamentos com juros através de seu trabalho. Isso resultou em uma situação onde o trabalho livre acabou se assemelhando bastante ao trabalho escravizado, uma vez que os imigrantes enfrentavam exigências de alta produtividade, trabalho extenuante e restrições à sua liberdade, criando uma nova forma de exploração da mão de obra no campo.

Silvio de Lima também aborda a questão do caboclo em seu trabalho como mão de obra fundamental para a abertura da frente pioneira, mas também um trabalhador que se forma na mesma crise e endividamento que são o motor desta colonização. “As dívidas, decorrentes da mobilização da força de trabalho, estariam a substituir, negativamente, a subsunção real à mercadoria, substituindo-a pela legitimidade jurídica, dada ao fazendeiro para fixar os indivíduos à terra, por conta de suas pendências”⁹⁸.

Da mesma forma, é importante compreender a figura do caboclo pela sua contraposição com o senhor de terras, mas também com aquilo que ele deixa de ser por representar o avanço da modernização no espaço, mas também a negatividade deste processo que destitui de sentido outras ocupações e uso do solo. É como explica o autor:

“De tudo isto, trata-se de apreender que a oposição entre pioneiro e caboclo ou fazendeiro e caboclo define o que se conceitua com a categoria povoamento ao explicitar sua relação com a instalação de uma determinada forma de reprodução social. Daí que o povoamento é, ao mesmo tempo, despovoamento, pois se trata de se referir ao processo de ocupação econômica e, portanto, supressão daquilo que perde sua utilidade em relação ao processo de modernização, neste caso, supressão daquilo que é considerado nacionalmente inútil. É por isso que Waibel propõe que o sentido da formação nacional é operar um repovoamento como superação da realidade social posta como sertão.”⁹⁹ (p. 12).

Isso significa a expansão da força de trabalho e de uma forma de reprodução não da vida das pessoas, porque essa somente é considerada inútil por essa versão, mas da reprodução do Estado e sua formação. Tornar a expansão da fronteira como uma forma de acumulação nacional, substituindo por um trabalho que gere excedente que possa ser apropriado. O elemento geográfico desse processo se dá porque o Estado vai se empenhar em gerenciar políticas migratórias que levem ao deslocamento populacional desejado.

Mas o caboclo não foi completamente aliado deste processo de expansão da fronteira, isso porque essa era a forma de trabalho, ao lado dos migrantes nacionais, utilizada para abrir a fazenda, torná-la um meio de produção e assim entregar aos imigrantes estrangeiros para a plantação da lavoura. Nesse momento, o caboclo já não carrega mais a condição de posseiro,

⁹⁸ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016, p. 220.

⁹⁹ FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013, p. 12.

foi expropriado pela formação do mercado de terras. Caio Prado interpreta esse processo como precariedade, porque a expansão não ocorre em razão de um desenvolvimento da produção. Fugicava interpretando o autor explica que

“O aumento da produção se limitaria à ampliação da área de cultivo, numa procura de solos férteis, repercutindo no aumento da necessidade de mão de obra. Se a demanda por mão de obra cresce, conforme expande a atividade produtiva, segundo uma situação em que não se tem aumento da produtividade do trabalho, essa mão de obra, apesar dos brados de aumento de seu custo por parte dos empregadores, não se constitui significativamente como anteposição do capital na forma de capital variável, o que implica pelo menos em considerar que a sujeição do trabalho ao capital não se efetiva pelo pagamento do salário como única forma de reprodução da força de trabalho.”¹⁰⁰

O autor contrapõe também com a posição de Monbeig que enxerga o processo de outra forma. A ocupação não seria mais o fazendeiro que comanda o processo e estabelece regime de colonato, já que haveria uma “conquista do solo” mediada por empresas colonizadoras, de forma autônoma em relação à figura do fazendeiro. Não é mais um processo individual e personificado, mas associado ao capital, inclusive financeiro, que busca organizar o espaço para reproduzir seus investimentos. (p. 78).

A expansão do setor agrário no Brasil no final do século XIX não poderia ser realizada apenas pelo Estado. Ficou claro que seria necessário contar com o capital privado para incorporar novas terras e desenvolver a infraestrutura essencial para a circulação de mercadorias e a instalação de novas unidades produtivas no campo.

Nesse momento, o grande capital não se realiza na forma das fazenda do capital produtivo agrícola, mas como capital financeiro internacional que por meio do projeto de colonização determinará a organização do espaço. Fugicava afirma:

“Representa, pois, o deslocamento da atividade produtiva agrária para a imobiliária como forma hegemônica de reprodução do capital. Se isto se coloca do ponto de vista das inversões de grandes capitais, Monbeig aponta como sendo também a forma de investimento da poupança individual por parte das camadas médias urbanas, de modo que a formação de um mercado de terras, pela mediação de companhias de colonização, permite a inversão desta poupança na compra de terras ainda florestadas como investimento seguro.”¹⁰¹.

O tempo neste processo que se realiza pelo espaço, se embaralha, em especial quando falamos desse processo de modernização, já que muitas categorias vão se formando de forma simultânea. O preço da terra é a representação do capital que chega primeiro nos locais da

¹⁰⁰ Ibidem, p. 77.

¹⁰¹ Ibidem, p. 79.

expansão da franja pioneira, antes mesmo da constituição das categorias que vão colocar o capital para que seja efetivado.

“A consideração desta expressão negativa do tempo, como própria da modernização periférica, tem a seguinte relevância para a apreensão de nosso objeto de estudos, não se trata de uma realidade em que as categorias do capital não estão temporalmente postas, configurando alguma marginalidade ou mesmo um atraso, mas de apreender como estas categorias se efetivam simultaneamente ao capitalismo mundial e, por isso mesmo, se expressam negativamente na periferia, isto é, como expropriação.”¹⁰² (p. 82)

Como processo de formação do mercado de terras, títulos assegurados pelo Estado, é também fundado na especulação fundiária, com famílias de classe média que adquiriram terras no oeste paulista como forma de poupança. Isso significa que muitos não chegam a usar e efetivar a sua posse, nem era mais necessário garantir a sua posse com o manejo da violência que antes era necessário, já que passaria a valer e garantir o seu estatuto jurídico¹⁰³. Embora exista a figura de um administrador de terras, um zelador.

“Os negócios de terras eram, em grande medida, realizados por terceiros que revendiam terras adquiridas junto à Companhia. O pagamento pela terra, nesses casos, variava muito em função de acordos pessoais e informais, predominando (diferentemente das compras de terras efetivadas diretamente junto à CTNP) o pagamento a prazo. Daí que o preço das terras no interior da colonização planejada da CTNP, negociada por terceiros, irá colocar no trabalho familiar do sitiante a remuneração deste mercado de terras.”¹⁰⁴.

Empresas como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) tem uma relação direta com a expansão ferroviária pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) e o processo de colonização do oeste paulista. Com a crise de 1929, a CPEF passou a adquirir fazendas falidas e dividir as terras em lotes pequenos, para isso abriu o capital e constituiu a CAIC¹⁰⁵. A expansão do volume de cargas era um caminho necessário para manter as empresas ferroviárias, repondo seu capital e superar a crise. Por outro lado, o capital industrial das economias centrais não poderia pagar o valor dos produtos primários que vinham das economias periféricas, isso para garantir que se possa investir no desenvolvimento das forças produtivas (capital constante). Para manter a sua inserção no mercado não se paga pelo valor de troca daquela mercadoria lastreada no tempo social do

¹⁰² Ibidem, p. 82.

¹⁰³ Ibidem, p. 84.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 92.

¹⁰⁵ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016, p. 223

trabalho, mas pelo preço, de modo que o agrário paulista não teria como compensar suas perdas se não pela sua própria expansão do agrário¹⁰⁶.

O problema com os loteamentos, que não se mostrava um negócio rentável, estudos que se debruçaram sobre os relatórios dessas companhias mostram que desde o primeiro relatório da CAIC, está dada a impossibilidade de incorporação do preço da terra. “A produção do espaço se daria como reprodução expansiva do tempo social médio que, nessa expansão, enredar diferentes temporalidades na simultaneidade do processo de valorização”¹⁰⁷. E para compensar a sua incapacidade de acumular o suficiente para investir em sua produtividade, como fizeram os países centrais, a CAIC tentava compensar isso com outras produções como de adubo, numa tentativa de fixar os agricultores à terra, vítimas da espoliação, para fazerem cumprir o compromisso da dívida.

Sendo um trabalho que não atinge o nível médio de produtividade socialmente estabelecido, ele é apenas custo para o capital, e a propriedade da terra “seria a forma pela qual o capital transferiria esse custo aos agricultores”¹⁰⁸. Os problemas e a precariedade dessa colonização são exemplificados pelas construções de abrigos improvisados, doenças e a violência contra os posseiros que já haviam se instalado na região onde depois passou a se construir a estrada de ferro.

O autor argumenta que as relações de troca, ao parecerem baseadas na igualdade, encobrem a violência que as sustenta, tornando essa violência racional dentro da lógica moderna. A expropriação do mais-trabalho, ou seja, a apropriação do trabalho excedente dos trabalhadores, é mascarada pela presunção de que a troca de mercadorias ocorre em condições de igualdade. Esse “fetichismo” das trocas disfarça a exploração, fazendo com que a violência que permeia essas relações apareça de forma velada, como um aspecto racional e aceitável dentro da sociedade capitalista.

Entretanto, em situações onde essas trocas não podem se estabelecer de maneira regular, como devido a dificuldades no tempo médio de reprodução social, a violência extra econômica se torna um substituto dos contratos formais. Nesse contexto, o fetichismo que mascara a violência através das trocas desaparece, e a violência se manifesta de forma direta e explícita. Retomar aqui a contribuição de Pachukanis nos ajuda a compreender que, sem as relações econômicas estruturadas pelos contratos, a violência extra econômica, não mediada pela racionalidade das trocas, emerge como o principal meio de controle e coerção.

¹⁰⁶ Ibidem, pp. 230/231.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 234.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 239.

Silvio de Lima, que está analisando este processo aplicado à realidade da cidade de Adamantina descreve como as relações de troca, trabalho e violência vão se articulando nas franjas:

“Sendo assim, a origem da violência observada em áreas de fronteira, a exemplo da ‘Nova Alta Paulista’, estaria na inexorabilidade da expansão do capital que, movida pela crise, tornaria exíguo o tempo para que novas terras fossem postas a produzir, pois essa produção estaria, de antemão, comprometida com a remuneração de capitais mal parados, em busca de valorização. Os conflitos se intensificaram à medida que posseiros, grileiros e proprietários se tornassem, uns para os outros, obstáculos à valorização de terras, sejam essas compradas, griladas ou apossadas. Estando o capital como forma de consciência dos indivíduos, mas não estando suas relações sociais plenamente postas, a violência passaria a mediar as contendas. Sendo assim, a violência se faria presente em cada momento da vida fronteiriça, pondo-se a medida as relações mais corriqueiras, e instaurando uma cotidianidade onde estariam ‘todos contra todos’.”¹⁰⁹

A ideia de que a ausência do Estado resultaria no fim da violência é uma simplificação que cai em uma dicotomia enganosa entre o público e o privado, e sobre a suposta racionalidade estatal. A crítica aqui é direcionada à visão que vê o Estado como um agente racional e legítimo que controla a violência, em oposição a uma violência "irracional" e "ilegítima" que surgiria na sua ausência. No entanto, o argumento não pretende sugerir que a violência é um fenômeno exclusivamente capitalista, mas sim que, sob o regime do capital, ela se torna sistêmica, permeando todas as relações sociais. A violência, nesse contexto, pode se manifestar de duas formas: de maneira velada e racionalizada, através das trocas econômicas (o que Marx chamaria de "fetichismo"), ou de forma direta e explícita, como violência extraeconômica. E que o Estado, como colocado no primeiro capítulo, afirma seu papel de fiador das relações e conflitos entre indivíduos, mas é um agente que, seja pela forma jurídica ou por outros aparelhos ideológicos, serve à manutenção do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento da ferrovia é um exemplo que ilustra essa lógica. Seu avanço só ocorreu quando o capital necessário para sua implementação, vinculado à expansão da produção agrária, foi capaz de gerar lucros suficientes para remunerar os fretes. Isso explica o atraso na implementação da infraestrutura ferroviária: ela não se desenvolveu de forma autônoma, mas dependia de um capital pré-existente e das condições econômicas necessárias para torná-la lucrativa.

Esse cenário também evidencia que a fronteira, muitas vezes entendida como espaço de acumulação primitiva, não se configurava dessa maneira. O avanço sobre novas terras não

¹⁰⁹ Ibidem, p. 244.

era um processo de simples acumulação de riquezas a partir do nada, mas sim uma expansão que exigia um adiantamento de capital já formado para que a produção agrária fosse possível. Esse é um ponto crítico à visão de José de Souza Martins sobre a expansão agrária. Enquanto Martins fala em acumulação primitiva, o que se vê na prática é que o desenvolvimento das fazendas e da produção dependia de um capital já existente, tornando inadequada a ideia de uma "acumulação primitiva" nesse contexto. Assim, a lucratividade dos empreendimentos dependia da capacidade de gerar valor sob condições que permitissem a remuneração das forças produtivas, as quais estavam em constante evolução e transformação.

A franja pioneira tem um sentido de formação nacional, por sua reprodução social determinar o processo de acumulação nacional. É o funcionamento de um mercado de terras que constantemente antecipa a produção de valor e por isso está sempre expropriando o rendimento agrícola e seguindo para a próxima fronteira. A respeito disso, trouxe Fujicava:

“O mercado de terras representa, portanto, uma forma de expropriação antecipada do rendimento agrícola e que corresponde não apenas à reprodução do capital financeiro inglês posto como companhia colonizadora, mas também a reprodução lucrativa dos investimentos feitos na terra como meio de especulação. Soma-se a isso toda uma trama que envolve o pequeno produtor aos atravessadores imprescindíveis para a transformação do trabalho em mercadoria, fazendo com que ocorra também uma determinação desta forma particular de capital monetário sobre a produção de café.”¹¹⁰

Como mostra o excerto acima, esse processo, relacionado com a reprodução ampliada do modo de produção leva a compreender que:

“A expansão do agrário paulista, compreendida entre a década de 1930 e 1960 (período que coincidiria com a expansão fordista e a passagem à Terceira Revolução Industrial), se inseriria na simultaneidade da crise que se expressaria pela modernização periférica, como forma de se intensificar a transferência de valor para o centro do capital, a fim de compensar a incapacidade de sua indústria de produzir quantidades de mais-valia, suficientes, para pagar o desenvolvimento de suas forças produtivas (...)O trabalho se reproduziria como um custo, mas um custo ascendente, devido aos maiores níveis de espoliação promovidos pelo constante revolucionamento das forças produtivas no centro do capital”¹¹¹

O sentido da colonização do oeste paulista é portando o sentido da modernização periférica que condena o processo contraditório de expansão do capital movido pela produção em massa de mercadorias de modo a assegurar a reprodução ampliada do capital,

¹¹⁰ FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013, p. 94.

¹¹¹ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016, p. 257.

seja pela constituição do mercado de terras ou para servir à acumulação e transferência de renda para a industrialização.

Por outro lado, o lavrador que ocupa essa terra não o faz no sentido da valorização do dinheiro (D-M-D'), suas necessidades estão dadas no sentido da reprodução social, mediada pela produção de mercadorias (M-D-M). Apesar de parecer que a produção tem como finalidade a reprodução social das famílias de lavradores, o sentido geral é dado pela valorização do dinheiro, alcançando o nível de fetichismo daqueles que compram e vendem terras somente com o intuito especulativo (D-D'). Isso vai implicar inclusive em uma alteração na forma de dominação e exercício da posse que, deixa de ser mediada por uma violência truculenta e direta, e passa a ser mediada pelas categorias do modo de produção e da “modernidade”, tais como a propriedade privada da terra, mercadoria, lucro, renda, etc.¹¹²

Nas economias centrais, o processo da terceira revolução industrial que provoca o aumento da composição orgânica do capital, leva ao movimento de busca do valor na periferia, e aí a apropriação da renda da terra. Mas para isso, precisaria estar caminhando para a agroindústria intensiva de capital¹¹³ daí a participação estatal no financiamento da modernização agrária, que resulta em uma dívida com a totalidade do capital, movimentos migratórios do campo para cidade,

“Nesse sentido, a divisão campo-cidade, gestada em nossa realidade, revelaria o caráter particular que esse processo assumiria na periferia do capital, à medida que se fundamentaria na crise, e não na acumulação, como se observaria nas realidades de modernização clássica.”¹¹⁴.

Por este motivo a pesquisa será concluída no próximo capítulo com o exercício de interpretação de um dos exemplos de ocupação do oeste paulista ocorrido na cidade de Marília buscando articular a memória sobre esse processo na literatura, na legislação e nas experiências individuais com a explicação trazida para este processo.

¹¹² FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013, p. 102.

¹¹³ LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016, p. 266.

¹¹⁴ Ibidem, p. 269.

Capítulo 4 - Estudo da formação de Marília-SP

No ano de 1947, o professor Glycerio Póvoas¹¹⁵ escreve para o Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília uma monografia sobre a cidade de Marília. Em sua parte histórica, logo ao princípio descreve a ocupação da cidade como o resultado de dois fatores: o café e os bandeirantes modernos.

A história de Marília liga-se, portanto, à epopéia do café. Ela surgiu sob a influência irresistível da ambicionada rubiácea e também como consequência da expansão ferroviária do Estado. Foi ele principalmente, que arrastou para estas paragens a coragem sem par e a energia dos modernos bandeirantes¹¹⁶.

Já a Coleção de Monografias publicadas pelo IBGE que também trazia a descrição de aspectos físicos, sociais, econômicos e históricos sobre as cidades brasileiras. Nos encartes encontrados que tratam da cidade de Marília, referente aos anos de 1950, 1954 e 1967, os aspectos históricos destacados são três:

A história de Marília liga-se a três fatores essenciais: o surto cafeeiro, o desenvolvimento ferroviário do Estado e a migração resultante da guerra de 1914/18. Em 1926, era um simples distrito de paz. Hoje não é apenas grande e adiantado núcleo de população, senão, também, um dos mais ricos municípios paulistas.¹¹⁷

A fundação de Marília coincide com o período da crise de 1929, que chega ao Brasil em políticas de estado para proibir o plantio de café e evitar a sua super produção. Apesar disso, o café não deixa de ter uma importância central no desenvolvimento da região. De fato, foram iniciadas outras plantações para substituir o café, como algodão, amendoim e até a cana-de-açúcar. Mas isso não impediu a presença de cafezais.

Apesar de todo esse processo de substituição, a Sub-região de Marília continua se caracterizando, tanto dentro da região como um todo, quanto em relação ao Estado de São Paulo, como uma área produtora de café. Isto porque, paralelamente a esse processo de substituição de culturas, desenvolveu-se na sub-região a plantação de novos cafezais. Mas, enquanto o cultivo dos antigos cafezais é feito nos moldes tradicionais, os novos cafezais estão sendo introduzidos com técnicas modernas. Além do café, do algodão e da cana-de-açúcar, a Sub-região de Marília também se dedica à sericultura¹¹⁸

¹¹⁵ Cumpre destacar que o além de autor do livro, a família de Póvoas foi uma das primeiras a ser proprietária de terras na região. Compraram a propriedade de Cincinato Braga.

¹¹⁶ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p.17

¹¹⁷ IBGE. Coleção de monografias. Rio de Janeiro, 1954-1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7113> Acesso em 30 de novembro de 2023, p. 4.

¹¹⁸ SEADE. Região de Marília: capitalizações do campo e expulsão da população, 1940-1980. Fundação SEADE: São Paulo, 1983, p. 6.

Embora possa haver esta preocupação do pesquisador sobre como em um momento de crise do café, proibição e queima, fosse possível que a expansão da ocupação e da formação de novas cidades ainda se desse pelo binômio café-ferrovia. Está contradição nem chega a ser cogitada por aqueles que viviam esse momento e que escreveram desde um ponto de vista quase autobiográfico, a fundação da cidade. Dois autores que foram utilizados nesta pesquisa possuíam esse mesmo ânimo. Ambos professores, que escreveram livros que são enciclopédias do universo que circundava a região de Marília nas primeiras décadas do século XX. O primeiro, Glicério Póvoas, já citado na abertura deste capítulo, e o segundo, Balthazar de Godoi Moreira, que chegou a Marília para dirigir o Grupo Escolar de Marília em 1930, vinha de “uma das mais antigas famílias do norte do Estado”, como afirma em sua descrição em seu próprio livro, esta visão fica clara na descrição que faz da criação da cidade:

Por esses ou outros motivos, certo é que o povoado parece que surgiu, desde logo, sob a influência de uma boa estrela. A fama de suas terras altas, de setecentos metros e promissoras em extremo, ganhou o Estado. O Café estava no fastígio. A valorização canaliza amplos recursos para o interior, que uma febre de negócios agitava. Nada havia como ser plantador de café, possuir lavouras.¹¹⁹

Em síntese, a fundação de Marília é descrita da seguinte forma:

Em 1913, o Dr. Cincinato Braga, político paulista, adquiriu naquelas paragens 3 600 alqueires de terra, ao longo de uma picada que fora aberta pelo Cel. Carlos Ferraz, ligando Presidente Pena a Platina, e mandou plantar cerca de 10 000 pés de café no espigão que, anos depois, seria cortado por uma soberba avenida. Essa foi a razão pela qual a localidade ficou conhecida pelo topônimo de Alto Cafezal. Tal serviço esteve a cargo do Major Simões, considerado o primeiro homem civilizado que, como administrador, habitou a região.¹²⁰

Por este excerto fica evidente que o início da ocupação de Marília se deu ligada à produção de café, mais especificamente ao movimento de especulação fundiária praticada por famílias paulistas de classe média que adquiriam as terras como forma de poupança. Embora neste caso, a família de Cincinato Braga mais parece relacionada à elite paulista, porque nesse momento já havia consolidado uma carreira política na capital, ainda é possível observar como a compra esteve relacionada com essa motivação, visto que nunca chegou a habitar

¹¹⁹ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, p. 14.

¹²⁰ IBGE. Coleção de monografias. Rio de Janeiro, 1954-1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7113> Acesso em 30 de novembro de 2023, p.3

estas terras e essa informação não se encontra mencionada em nenhuma das várias bibliografias que se encontram disponíveis^{121 122 123}.

Monbeig inclusive descreve que a dinâmica da expansão da fronteira agrícola na região experimentaria uma mudança radical após 1930. Se antes os caboclos, como guardiões tradicionais da terra, lideravam esse processo, a partir da modernização, a expansão seria guiada pelo mercado de terras e pela busca por lucros, com o fazendeiro assumindo o protagonismo. O momento de ocupação de Marília é portanto anterior a este ponto de inflexão colocado pelo autor, mas não deixará de ser sentido ao longo do processo de urbanização.

Outro ponto evidente da leitura desse trecho e de outras obras que retratam a abertura da fazenda no local que depois se consolidou a cidade de Marília é que o governo do estado que teria encarregado o Coronel Antonio Carlos Ferraz de Sales (no trecho mais acima apenas Cel Carlos Ferraz), de abrir o “picadão”, isto é, a abertura de uma trilha ou passagem no meio da mata com golpes de facão ou outro instrumento que vai quebrando e afastando galhos do caminho.

Glycério Póvoas em seu livro sobre a cidade escrito para o Serviço de Estatísticas da Prefeitura mostra a continuidade dos fatos a partir da abertura do caminho, destacando não só a relação confusa entre público e privado naquele momento, quanto a sua própria relação pessoal com a história da cidade como um dos primeiros proprietários daquelas terras:

Este picadão foi o maior fator do desbravamento da região desde Presidente Pena. Ao abrir o Cel Ferraz Sales o picadão de Presidente a Planaltina, pela qual entraram os primeiros desbravadores do sertão, aquele coronel de saudosa memória, chamou o seu amigo dr. Cincinato Cezar da Silva Braga e mostrou-lhe as ricas terras que margeavam o picadão, aconselhando-o a comprá-las, o que ele fez adquirindo 3600 alqueires, que anos depois vendeu a mim e aos meus filhos, terras denominadas Cincinatina¹²⁴.

A esse respeito, como detalhado no capítulo anterior, Renato Fujicava explica que a abertura de novas ocupações na frente pioneira é um:

Processo que tem como pressupostos a monopolização pelo Estado da coerção social, sobretudo, por este se encarregar de garantir o uso privado e

¹²¹ Brasil, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. “CINCINATO CESAR DA SILVA BRAGA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil”. Disponível em <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cincinato-cesar-da-silva-braga> Acesso em 30 de novembro de 2023.

¹²² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócios falecidos brasileiros: Cincinato César da Silva Braga. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ccdsbraga.html> Acesso em 30 de novembro de 2023.

¹²³ Também no site da Câmara dos Deputados é possível encontrar a biografia de Cincinato Braga, com destaque para suas atividades legislativas. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/1788/biografia> Acesso em 30 de novembro de 2023.

¹²⁴ PÓVOAS, Glycério. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 22

inviolável da propriedade, passando, inclusive, a punir o uso da violência, criando as condições para um mercado de terras, ou seja, para um momento em que o acesso à terra se refira apenas a transações econômicas”¹²⁵.

Póvoas relata que o primeiro comprador das terras daquela região, Cincinato Braga, tinha o intuito de fazer uma grande criação de porcos, coisa que já tinha em outra parte do país. “*Para esse fim, mandou plantar 250 alqueires de pasto no lugar que denominou Cincinatina, construir casas, ranchos, etc. encarregando da administração o senhor major José Rodrigues de Oliveira Simões.*”¹²⁶ Mais adiante o autor explica que esse administrador deveria proteger a terra de possíveis invasões e fazia isso por meio da plantação de café. Assim surgiu a plantação de dez mil pés de café que é contada como o marco fundador da ocupação daquela região.

O autor relata que alguns desbravadores surgiram naquelas terras, com o intuito de se estabelecer naquele espigão, de forma que chegaram a formar outro cafezal, em um lugar chamado Bonfim. Dois desses desbravadores eram Antonio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva. Nas monografias do IBGE que tratam da parte histórica da ocupação de Marília há uma menção de que eles teriam comprado 120 hectares de terra em 1919. Observe:

Em 1919, Antonio Pereira da Silva toma posse, por compra, de 120 hectares de terra, nas vertentes do rio do Peixe e, três anos depois, com a colaboração de seu filho, José Pereira da Silva, iniciou a abertura do povoado Alto Cafezal.¹²⁷

No entanto, Póvoas conta essa passagem com mais detalhes, explicando que “Antonio Pereira da Silva foi encarregado de administrar a fazenda Cincinatina no ano de 1919. Mais tarde o velho fluminense tendo conhecimento de terras de primeira qualidade nas cabeceiras do Pombo, tratou de explorá-las e adquiri-las (...)”¹²⁸

A respeito de Antonio Pereira da Silva, Moreira e Lages¹²⁹ trazem seu perfil, como uma das pessoas centrais para a história de Marília. Era português, chegou no Brasil ainda novo, e trabalhou como servente de pedreiro em varios edifícios que possibilitaram acumular riquezas para adquirir terras e formar lavouras. Tinha relações com o coronel Ferraz Sales,

¹²⁵ FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013, p. 9.

¹²⁶ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 22.

¹²⁷ IBGE. Coleção de monografias. Rio de Janeiro, 1954-1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7113> Acesso em 30 de novembro de 2023, p.3

¹²⁸ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 23.

¹²⁹ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, p. 27.

descrito como um dos “paladinos da região”, que foi quem o indicou para o trabalho de administrador das terras de Cincinato Braga, quando se mudou para a região.

Como os autores descrevem, estava na região quando em uma propriedade próxima iniciaram-se trabalhos de demarcação e venda de terras, se aproximou das pessoas que trabalhavam neste negócio e foi quando decidiu adquirir uma gleba com o intuito de criar um patrimônio. Muitas famílias, como foi destacado no capítulo anterior, se valem desse momento de colonização como constituição de sua poupança, reforçando a possibilidade desse processo servir para a especulação imobiliária¹³⁰.

Essas famílias, ao disporem do título jurídico, nem sequer precisam ocupar a área e defenderem a sua posse. Porém, é comum a figura de um zelador, um administrador deste terreno. Fujicava, por exemplo, mostra como essas terras foram vendidas a muitos não-lavradores também, migrantes que com a ascensão do café converteram o excedente na compra de terras. É possível ainda identificar a figura de Antônio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva como sitiantes. Na literatura apresentada anteriormente os sitiantes são descritos como aqueles que se antecipam na compra de terras esperando alguma valorização posterior, fazendo com que a maioria das terras sejam compradas da Companhia e depois revendidas. Até chegar ao produtor, a terra passou por uma série de especulações, de modo que o café “antes mesmo de ser produzido, já deve pagar um lucro que foi antecipado pela valorização fundiária”¹³¹.

É possível ler a história destas famílias que chegam na região, se apropriam das terras ampliando a sua propriedade de terras e não chegam a ser os produtores diretos da terra, mas vão repartindo, incorporando e especulando até que chegue a ser efetivamente usufruída para a lavoura de café e posteriormente a construção das benfeitorias que vão dar início à urbanização. Embora não tenham sido encontrados registros da chegada deste terreno para o domínio das Companhias, há um registro feito sobre o tema que vale o destaque:

E o primeiro possuidor de terras, com seu título passado em escritura pública, foi Francisco de Paula Morais. Em 1877 ele registrou no cartório de Santa Cruz do Rio Pardo a compra de um terreno de um senhor conhecido como João Beraldo. Com essas terras que depois foi vendida para a Fazenda Piedades, por fim chegou em parte à Companhia Agrícola e Pecuária de Campos Novos¹³².

¹³⁰ FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013, p. 83.

¹³¹ Ibidem, p. 92.

¹³² MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 108.

Cidades e patrimônios

Ao lado das histórias dessas personalidades que são tratados nos livros sobre a cidade de Marília como figuras históricas, para ajudar a compreender como se deu a ocupação da cidade, foi realizada uma entrevista com o sr. Sérgio Lopes Sobrinho. Um senhor de 87 anos que é morador da região há 84 anos, teve uma trajetória comercial e política, além de ter sua vida pessoal e familiar conectada com este processo. Suas falas somam as memórias desse processo para informar a pesquisa. Um pouco mais adiante na linha do tempo, o Sr. Sérgio chegou na cidade ainda menino, no ano de 1940, acompanhado da sua família e vindo de outra cidade do interior paulista:

Eu nasci na cidade de Itajú, que é próximo a Bariri, perto de Jaú também, e eu estou aqui morando em Marília. Vim pra cá com três anos de idade, aproximadamente, junto com toda a minha família: meu pai, minhas irmãs, meus irmãos. Teve uns que nasceram aqui em Marília, tem outros que nasceram fora de Marília também.

E relata que morou em outras pequenas cidades nos arredores de Marília:

Então nós viemos morar numa cidade... Naquele tempo atrás ela chamava-se Água da Cobra, e hoje a cidade tem o nome de Avencas. É uma cidade toda asfaltada. O asfalto vai até lá, bonitinho, sem problema. É uma cidade bonitinha porque muitas coisas [se] desenvolveram na nossa região toda aqui em Marília.

A existência dessas cidades parece ser uma herança de uma ocupação que se deu por diversos pequenos patrimônios. Uma monografia, sem data, assinada por Waldemar da Rocha Barros reafirma essa posição dizendo que

Marília, que é um agrupamento de patrimônios que se desenvolveram muito rapidamente, cada um com o seu traçado próprio, sujeito aliás à fiscalização dos poderes públicos, muito embora não se tenha submetido até hoje a nenhum plano geral de urbanismo, se apresenta com todas as características de uma cidade moderna, que se amplia em todos os sentidos, sem inconvenientes para a sua estética ou para as condições de conforto dos seus habitantes nos diferentes bairros¹³³

Um dos primeiros patrimônios que se tem notícia na região foi denominado de Alto Cafezal, construído na gleba que foi comprada por Antônio Pereira da Silva e que se dividiu em datas, cortadas por ruas, onde começaram a construir as primeiras casas de madeira. Segundo Póvoas, esse crescimento foi muito rápido, não só a venda das terras como também a circulação de pessoas no patrimônio. O autor também conta¹³⁴ que no ano de 1926 estava surgindo ao lado outro patrimônio, Vila Barbosa, e mais um que estava sendo construído pelo

¹³³ BARROS, Waldemar da Rocha. Monografia. sem data, p. 11.

¹³⁴ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 24

senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal. E então, por meio de um decreto foi criado o Distrito Policial de “Alto Cafezal”.

Neste patrimônio que tomou igualmente grande impulso foram reservados os terrenos para as futuras instalações da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, igreja, Santa Casa, jardim, etc. As construções sucediam-se até que no decorrer de um ano se fundiram construindo uma única cidade. Pelo senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal, ainda nesse mesmo ano foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto criando o distrito de Lácio, projeto este convertido em Lei n. 2.161 de 22 de Dezembro de 1926 devidamente assinada pelo então Presidente Carlos de Campos.¹³⁵

Depois de constituído o patrimônio, muitos começaram a procurar adquirir terras nos arredores. O que antes custava em torno de cinquenta mil réis, alcançava até quinhentos contos de réis, se fosse um ponto mais central.

Longe está já de seus primeiros dias; no tempo não; no aspecto material; no progresso. Ao seu lado desenvolveu-se já um outro patrimônio; depois outro. A cidade já não é só a área primitiva de cinquenta alqueires; na sua incoercível expansão, atravessou as nascentes do Palmital, rumou para as vertentes dos Barbosas. Não é mais povoação que se inicia, inquietada por jagunços, agitada de incertezas; deu passos; é vila, é município, já é comarca. Pesa no conceito dos municípios do Estado e tem personalidade própria”¹³⁶

O caminho jurídico, burocrático e legislativo que levou Marília ao reconhecimento como município passou por diversas etapas. O princípio com os patrimônios que foram narrados acima, sendo reconhecidos como Distritos Policiais e depois, juntos, alçados à Distrito de Paz, ainda parte de um outro Município, denominado Cafelândia. E dois anos depois, em 24 de dezembro de 1928, a Lei n. 2.320 foi criado o município de Marília, abarcando um outro distrito de Paz, chamado de Pompeia.

Já Avencas é a sede de um distrito que levava o mesmo nome, assim como foi também nomeado um córrego na região. Foi criada como distrito de paz em 1934, e derivada anteriormente também de um patrimônio “pertencente o dr. Durval de Menezes e Benício Mendonça, foi aberto em 1929, sendo os primeiros moradores, João Batista Alves, José Antônio Marques, Carlos Mardegan, Antonio Ruiz Portilho e Francisco Rodrigues”.

Funcionava como um apêndice de Marília, Assis e Paraguaçu, com os quais eram ligadas por “por estrada regular trafegada por jardineiras diárias”. Segundo relatos de 1934, nessa vila havia duas escolas, uma loja, três armazéns, uma farmácia, dois açougues, um hotel e uma pensão, contando com um total de 600 habitantes.

¹³⁵ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 24

¹³⁶ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 17.

Exaltação e nacionalismo

Autores como Póvoas destacam como a criação do município não teria sido para a população apenas a publicação de uma lei ou decreto, e portanto algo meramente formal. Em seu texto fica evidente um romantismo e uma exaltação do progresso e desenvolvimento da região considerado a partir deste reconhecimento jurídico e de organização do espaço. “*A elevação de Marília a Município como era de se prever constituiu o fato mais auspicioso para a população que, empolgada de entusiasmo recebeu a alviçareira notícia, promovendo-se na ocasião solenes festividades*”¹³⁷. Da mesma forma, anos depois quando em 1933 é criada a Comarca de Marília o autor afirma que “*era uma das mais justas aspirações da sua população que recebeu a notícia do decreto com indescritível entusiasmo que culminou com o dia da instalação, pois, tratava-se de um acontecimento de máxima importância para a cidade*”¹³⁸.

Para entender a romantização desse momento, assim como identificar os grandes mitos fundadores, histórias e pessoas relevantes, é preciso entrar em um ponto que é essencial para compreender as dinâmicas que é a chegada da estrada de ferro.

Já antes referenciada, a coleção de monografias do IBGE resume muito bem este processo, embora traga as informações de forma objetiva, que serão mais adiante exploradas, observe:

Novas áreas são compradas para a intensificação da cultura cafeeira e, em 1926, o território do futuro Município é favorecido com a penetração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O nome de Marília deve-se ao senso de originalidade que norteou os dirigentes da ferrovia, no sentido de dar às novas estações o cunho de sequência alfabética na escolha de suas denominações. O Dr. Bento de Abreu Sampaio Vidal foi a pessoa indicada para sugerir o nome da nova estação. Marília - a inspiradora de Tomás Antônio Gonzaga - foi o nome escolhido. Imediatamente foi aceita a sugestão daquele pioneiro, cognominado o "Patriarca de Marília".

A esse tempo, registrou-se viva rivalidade entre os fundadores de Marília, circunstância que, longe de sustar-lhe o progresso, serviu para beneficiá-lo. Elevada a categoria de distrito em 1926, já em 1928, no governo Júlio Prestes, conquistava autonomia, ostentando o título de Município.¹³⁹

¹³⁷ Ibidem, p. 30

¹³⁸ Ibidem, p. 39

¹³⁹ IBGE. Coleção de monografias. Rio de Janeiro, 1954-1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7113> Acesso em 30 de novembro de 2023, p.3

Este processo de escolha do nome faz parte da história contada da cidade, nos livros, nas escolas e em cada geração. Como as cidades eram criadas ao longo dos trilhos do trem, cada uma correspondia a uma nova estação que era construída, antes ou depois do status de município. A partir disso surgiu a tradição de nomear as estações seguindo uma ordem alfabética, de modo que a estação anterior já havia sido nomeada de Lácio, e agora estavam encubidas de encontrar um nome que se iniciasse com a letra seguinte, “M”.

O patriarca, Sampaio Vidal, conta que teve esta ideia em uma viagem que fazia para a Europa, quando encontrou o livro. E Póvoas define a escolha destacando a mística fundadora da cidade: “*A obra de Gonzaga é um poema supremo do amor, assim como Marília é uma eterna e magnífica epopéia de trabalho e grandeza*”¹⁴⁰ E também na ata de instalação do município e da cerimônia de posse dos vereadores eleitor para a primeira Câmara da cidade:

É admirável, como todos que aqui vivem, são animados da mesma fé e do mesmo entusiasmo, pelo futuro grandioso que nos aguarda, de um dos mais ricos e civilizados centros do país. Marília que representa o sacrifício heróico da mulher brasileira, pelo amor e pela liberdade, será o nosso guia nessa cruzada nova, de elevar bem alto o nome brasileiro, na riqueza e na civilização, constituindo um dos grandes orgulhos da nossa nacionalidade. O progresso desta cidade sem éis um exemplo em todo o Brasil, é o resultado da riqueza das nossas terras, de coragem e de fé dos seus habitantes.¹⁴¹

Além da mística da escolha do nome, que carrega esta anedota também como mito fundador da cidade, outros aspectos são destacados a respeito da importância da ferrovia para o surgimento e desenvolvimento da cidade, que diz respeito especialmente à economia.

O seu desenvolvimento mais se acentuou com a chegada dos trilhos da estrada de ferro paulista em 1929, trazendo as primeiras composições verdadeiras levas de habitantes para o novo povoado. A lavoura cafeeira já necessitava de transportes para suas primeiras safras. O comércio já constituía um dos meios mais lucrativos para o emprego de capital¹⁴²

A devoção à Sampaio Vidal também é parte importante deste sentimento de romantização que enxerga e valoriza o progresso da cidade, como resultado de seu trabalho benfeitor, que teria espalhado “dádivas” em todos os serviços que se encontravam na cidade. É o patrono da cidade, e a escolha do nome tem um papel fundamental em contribuir para este entendimento. Observe o trecho a seguir que demonstra a visão que se tinha da importância e contribuição do patrono:

É o patrono da cidade. Deu-lhe o nome, esse bonito nome de Marília que tem na alma nacional a ressonância das canções de amor. Deu-lhe a terra, para onde se estende hoje metade da cidade quadriculada de avenidas. Deu-lhe o

¹⁴⁰ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 28

¹⁴¹ Ibidem, p. 31

¹⁴² Ibidem, p. 97.

templo; deu-lhe o chão para colégios, associações, escolas, clubes. Deu-lhe a todas as horas o seu apoio moral. E lhe deu, com isso, o afeto que só se consagra ao berço que nos embalou pequenino¹⁴³.

Antecedentes indígenas apagados

Como marca da colonização e do apagamento dos povos originários que já habitavam nosso país quando da chegada dos europeus, é esperado que um homem com estas características seja entendido e reverenciado como patrono da cidade. No entanto, a ocupação de Marília não se deu com ele, nem sequer com os primeiros sitiantes que abriram o picadão nessas terras. Há um antecedente importante de ser pontuado na ocupação da região que é a questão indígena.

A visão, no entanto, será informada por estes mesmos autores clássicos que cuidaram dos registros de memória quase institucional da cidade. Moreira e Magalhães relatam que

Não faz muito tempo, figurava nos mapas de São Paulo, a vasta zona compreendida entre o Peixe e o Aguapehy, como “terrenos pouco conhecidos”. Quando já a Noroeste rompera o vale do Tietê, e a Sorocabana, estirando-se pelo espigão Peixe-Paranapanema buscava o Paraná, ainda a região toda, situada a oeste do Lambari, era inteiramente despovoada. Vasta floresta, recobria o espigão. A selva virgem onde os últimos indígenas, em estado quase primitivo, se acertaram. Afastada dos rios navegados pelos bandeirantes, em suas descidas para as minas de Mato Grosso e da meta de seus raides, às reduções do Paranapanema, é possível que a região nunca fosse pervagadas, bem por aqueles nossos destemidos antepassados.¹⁴⁴

A ocupação da região pelos bandeirantes e o processo violento que expulsou os habitantes originários destas terras é descrito de forma natural mais adiante no texto. Embora não seja o objeto central desta pesquisa, é importante ressaltar que a colonização do oeste paulista, embora muitas vezes possa parecer distinta dos momentos iniciais do século XVI com a chegada dos portugueses na costa, não é em todo distinta já que se encontram descrições de que “(...) à medida que a ambição pela posse de terras aumentava no sertanejo, cresciam-lhe também desejos de empurrar para muito longe os ocupantes primitivos. Daí nasceu a crua guerra que estes sofreram sobretudo as que se desenrolaram na bacia do Rio do Peixe.”¹⁴⁵.

E que neste processo também é registrada a influência e o papel da catequização dos indígenas:

¹⁴³ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 46.

¹⁴⁴ Ibidem, pp. 169.

¹⁴⁵ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947

Até o alvorecer do século XX, eram os índios coroados os senhores da região encravada entre os rios do Peixe e Feio, atual território do Município de Marília, se bem que em 1890 tenha havido uma primeira tentativa de penetração logo seguida pela ação catequizadora dos frades capuchinhos.¹⁴⁶

Exceto esses curtos trechos, não foram encontrados outros registros do processo de expulsão ou sujeição dos indígenas à ocupação da região. Sendo assim, saltamos para o processo de urbanização de Marília, a respeito do qual existem mais registros.

Urbanização de Marília e a questão do trabalho

Segundo Póvoas, a cidade foi dividida em três zonas: uma residencial, uma comercial e uma industrial, sendo que na primeira delas estão localizadas diversas praças. O autor afirma que o desenvolvimento da cidade não se estagnou nos limites da estrada de ferro e isso seria visível pelo aumento no número de prédios construídos na cidade entre os anos de 1929 e 1946. Mesmo os aspectos urbanísticos são destacados em seu livro como exemplo de progresso, em uma visão romantizada da criação e do desenvolvimento da cidade.

Marília deveria tornar-se um ponto obrigatório de visitas não para estudantes, mas também, objeto de análise meticulosa para todos os homens de negócio. É costume afirmar-se que Nova-York é a capital dos homens de negócio, – diria que Marília é a capital do moderno esforço brasileiro. Visitando-a, não sabemos que mais admirar: se os seus bem cuidados cafezais, se a sua modelar lavoura de algodão, se as suas indústrias originadas da produção do próprio solo, como a do algodão e da seda. E tudo construído em dois lustros! Podemos afirmar que assim como Ouro Preto simboliza uma joia de tão caras tradições nacionais, Marília é a joia que encarna o futuro da nacionalidade.¹⁴⁷

Pelo texto é possível extrair que o apelo nacionalista que traz para a cidade tem menos relação com uma origem histórica e monumental da cidade e mais relacionada à modernidade e ao progresso. Isso porque se trata de uma cidade de criação recente em comparação com a história da colonização do país. De modo que a todo momento, como já se demonstrou neste capítulo, há um apelo ao bandeirantismo, como um exercício de ocupação de áreas supostamente desabitadas, considerando o que já foi apresentado quanto aos antecedentes indígenas, mas que tem um mito do desbravamento aliado ao pensamento já difundido do imperialismo estadunidense, em relação ao desenvolvimento econômico expresso inclusive na cidade.

¹⁴⁶ IBGE. Coleção de monografias. Rio de Janeiro, 1954-1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7113> Acesso em 30 de novembro de 2023, p.3

¹⁴⁷ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 120/121.

O crescimento e desenvolvimento da cidade é medido em números e em propriedades por autores que procuraram capturar este processo em dados:

A primeira escritura, passada no cartório, no valor de Rs. 99\$600, foi a referente à uma gleba de terras, adquirida por Aziz Atalah, à Guilherme Voss, na Fazenda Figueira. Desta data até hoje, foi enorme o trabalho do cartório. Ele indica perfeitamente com o seu movimento, o crescer tumultuoso da cidade. Foram passadas até agosto de 1935, 3.213 escrituras, sendo a maior de Rs. 500:000\$000, da Cia. Força e Luz. Foram registrados, a contar de dezembro de 1928, 4.269 óbitos, e 8.987, nascimentos¹⁴⁸

O texto de 1936 relata, portanto, os primeiros anos da ocupação de Marília, onde é fundamental reforçar o registro da propriedade da terra. Para visualizar como a questão jurídica tinha relevância já naquele momento inicial de formação, a tabela abaixo reúne informações sobre as demandas judiciais apresentadas na Comarca de Marília.

Tabela 1 - Movimento da Comarca de Marília nos dois anos

Movimento da Comarca de Marília nos dois anos	
Causas civis que foram distribuídas	474
Executivos fiscais	1.103
Processos criminais	174
Sessões realizadas pelo Tribunal do Juri	8
Réus que foram julgados	37
Julgamentos singulares	7
Valor das causas distribuídas	mais de 5.000:000\$000
Escrituras públicas lavradas	4.495
Registro de imóveis	2.154
Títulos protestados	289
Valor de títulos protestados	383:233\$780
Procurações nos dois ofícios desta cidade	2.377

¹⁴⁸ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 76.

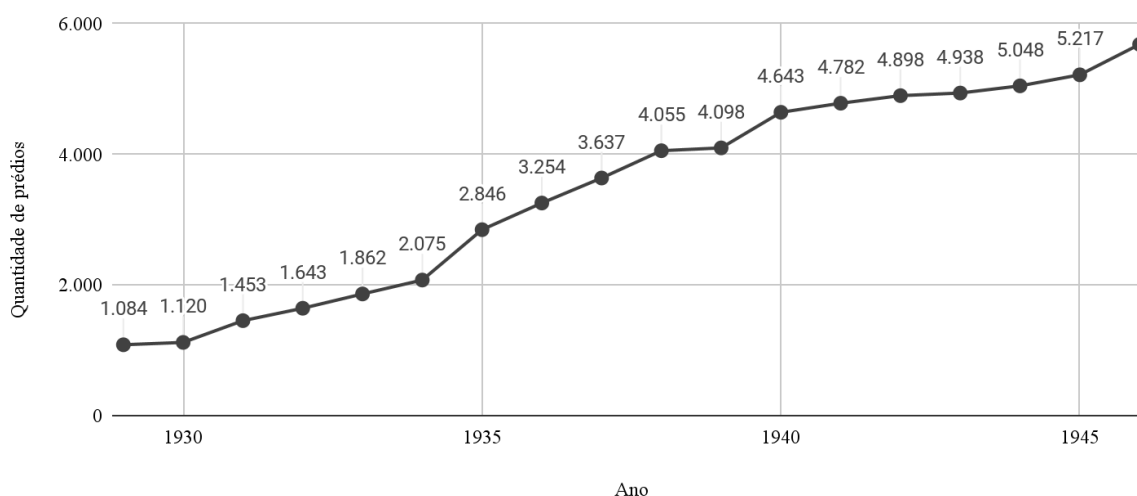
Elaboração própria. Dados: MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 86.

Embora seja difícil dimensionar a relevância dos números sem uma comparação possível e contemporânea, algumas proporções que emergem da leitura dos dados valem o registro. Por exemplo, o fato de que existem mais operações de registro de imóveis e escrituras públicas do que a própria execução fiscal de dívidas contraídas na Comarca. O que reforça que o motor central da cidade é também o mercado imobiliário. E que, por mais que o Estado seja colocado como um ente responsável por dirimir conflitos, os números de crimes, que poderiam ser um marcador da violência não superam as demandas cíveis.

Para aprofundar na leitura da estrutura urbanística da cidade, o gráfico abaixo mostra o crescimento do número de edificações na cidade, nos seus primeiros 15 anos.

Gráfico 1 - Número de prédios existentes em Marília desde 1929

Número de prédios existentes em Marília desde 1929

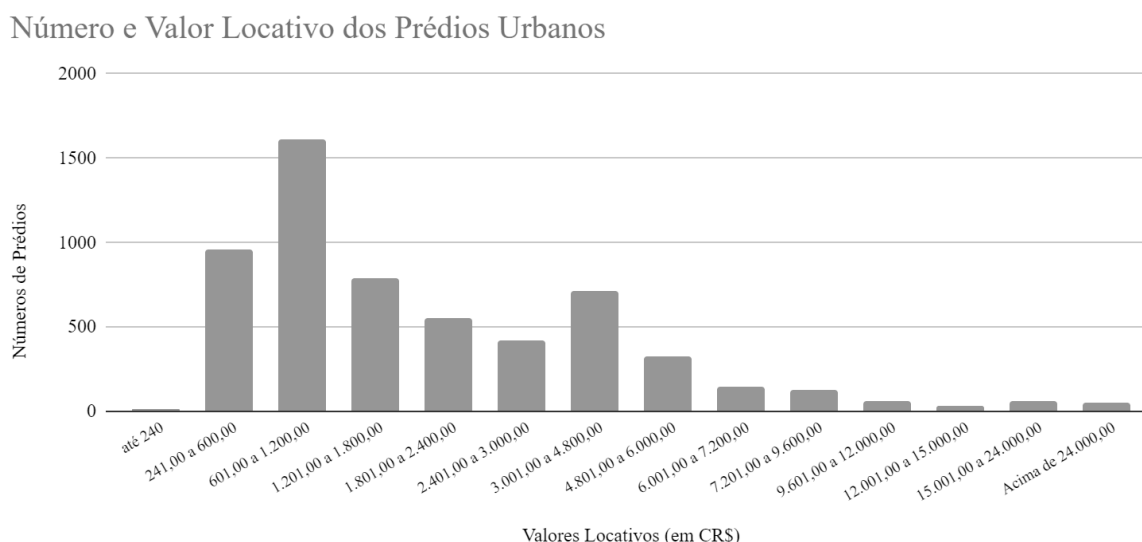


Elaboração própria. Dados: PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 121.

Entrevistado por esta pesquisa, o sr. Sérgio relata que sua família sempre morou em casas, foram diversas ao longo da vida, mas todas alugadas. O que se relaciona com o dado que veremos a seguir, apresentado pelos autores. No ano de 1945, quando o número total de prédios alcançava o patamar dos 5.217, o valor locativo total dos prédios urbanos chegava a

Cr\$ 12.329.852,00. No gráfico a seguir é possível observar como esses valores se distribuem em razão do número total de prédios.

Gráfico 2 - Número e Valor Locativo dos Prédios Urbanos



Elaboração própria. Dados: PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 121/122.

Há uma discussão que merece ser feita quanto ao motor desta urbanização. Segundo já extensamente destacado, quem fez Marília, foi o café. “De 1924 a 1928, quando o nosso principal produto galgou a culminância da cotação, houve o rush para as terras novas, da Alta Paulista. A estrada de ferro prometia o transporte certo e enquanto avançava, nada melhor do que ir à frente, substituindo a mata pelos cafezais.”¹⁴⁹

Os autores descrevem¹⁵⁰ como a necessidade por buscar terras mais férteis e em abundância para expandir a produção da lavoura, era a força motriz dessa expansão, de um esquema de colonização. Ao mesmo tempo, descreve como esse processo de ocupação da Alta Paulista privilegiou os pequenos produtores, ou melhor, pequenos proprietários de terras que tentavam deixar de serem colonos para se tornarem lavradores. Os lotes eram menores, vendidos a prestações e com uma certa concorrência. Na beira dos trilhos do trem estavam instaladas diversas agências de vendas de terras, e ali mesmo os lavradores faziam o negócio

¹⁴⁹ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 38.

¹⁵⁰ Ibidem, pp. 53.

que seria seu trabalho e também sua moradia. Trata-se de um êxodo das zonas velhas para a região da Alta Paulista, uma marcha para oeste, já bastante estudada e explorada.

Já tratando da estrutura fundiária da cidade, a literatura consultada afirma que predominavam as pequenas propriedades rurais. Se a princípio esta afirmação pode causar um estranhamento àquele que relaciona de imediato a formação de uma cidade conectada ao café com uma região onde predomina o latifúndio. É verdade, porém, que esta distribuição fundiária parece ser resultado de um processo de avanço da franja pioneira que se dá pela ação dos colonos e pequenos produtores. Além de, como se viu, estar muito relacionado com a política de apropriação, parcelamento e incorporação do solo que se deu desde o início da ocupação. E além, um processo em que transformar a expansão territorial em um negócio de formação de um mercado de terras para a apropriação da renda e valorização do valor.

Observe o trecho destacado a respeito:

Em Marília não existem latifúndios tão prejudiciais ao desenvolvimento de uma zona. Aqui impera o regime das pequenas propriedades e a ele deve o município o seu espantoso desenvolvimento agrícola. Das suas propriedades agrícolas apenas 2 são de área superior a 1.000 alqueires e 3 de mais de 500 alqueires, ao passo que 779 são de área inferior a 6 alqueires e 701 de 6 a 10 alqueires.¹⁵¹

Respondendo à questão sobre o motor desta urbanização, o autor afirma:

Atrás do lavrador, a cidade. Cresce para atender a lavoura que se derrama por todos os rincões. E estende a teia das estradas, por onde os caminhões vão e vem, roncando. O comércio, a indústria; a civilização chega e se instala. Marília, nasceu em função do café¹⁵².

Existe, no entanto uma problemática com a mão-de-obra no campo:

A falta de braços tem sido um dos mais sérios problemas com que a lavoura vem se debatendo no município, principalmente nas épocas de safras. Seduzidos pela urbanidade da capital e pelas vantagens oferecidas aos operários das fábricas gozando das assistências que lhes assegura a legislação trabalhista e melhorias de salários, um verdadeiro êxodo se verificou nestes últimos anos de trabalhadores rurais para aquele centro industrial, deixando as nossas lavouras despovoadas e os fazendeiros sem situação bastante precária¹⁵³

Esta leitura parece coincidir com a análise feita anteriormente de que esse processo de expansão exigia um grande contingente de trabalhadores e que encontrava dificuldades em

¹⁵¹ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 141.

¹⁵² MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 53.

¹⁵³ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 142.

garantir a exploração do trabalho em condições tão críticas, como a precariedade dos pagamentos, o que vai encontrar uma saída na fixação do homem à terra pela dívida na compra da terra.

Póvoas cita Caio Prado Júnior que em uma palestra destacou que antes de empreender em uma “marcha para oeste” seria necessário repovoar regiões que têm déficit de ocupação e aproveitamento em buracos no meio das áreas já habitadas. E com isso critica a “febre” de buscar colonizar áreas desertas em vez de reaplicar os rendimentos na própria lavoura¹⁵⁴. Por outro lado, o autor discorda e critica a fala de Pierre Monbeig sobre Marília, já que esse afirmou que a lavoura de café estaria em declínio no município que já está exportando gado. Póvoas defende que a lavoura segue tendo uma grande importância para a cidade e que embora a produção pecuária esteja em expansão, não chega a exportar, mas necessita importar do nordeste para consumo próprio.

A questão da industrialização, porém, é algo que merece ser posto em discussão. Como colocado nos capítulos iniciais, há uma construção de um pensamento segundo o qual a acumulação primitiva a partir do café teria fundamentado uma industrialização importante. Aqui os autores chegam até a se queixar da perda de mão de obra da lavoura para este trabalho urbano. No entanto, este é o panorama da industrialização e do desenvolvimento tecnológico da cidade de Marília:

Em 1934 havia em Marília 24 fábricas de diversos produtos: 1 de fogos, 4 de sabão, 4 de macarrão, 4 de veículos, 1 de fiação de seda, 4 de bebidas, 1 de gelo, 2 de mateiga, 1 de vinagre e 2 de mosaicos¹⁵⁵.

Cumpramos aqui a visão que Martins tem da industrialização brasileira, isto é, de que o café foi capaz de impulsionar a formação de uma indústria nacional, havendo uma indústria nos interstícios da sociedade cafeeira, destinada a produzir mercadorias para a realidade agrária. O café mobilizou uma indústria, o complexo cafeeiro mostrou naquela realidade e desenvolveu outras produções como a indústria, para aumentar e desenvolver a produção do café e não superá-lo. Essa indústria é uma oficina bem pequena, sem muita força de trabalho, vivo ou morto. Até 1937 não há entrelaçamento de ramos produtivos, tem o caráter de atender a demanda agrícola e não tem a condição de mobilizar um desdobramento para a industrialização nacional.

¹⁵⁴ Ibidem, pp. 142/143.

¹⁵⁵ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 105.

E isso fica claro ao confrontar os números e informações traduzida acima. uma manufatura de bens de consumo que facilitam a vida no campo. Apesar de não parecer necessário fazer esta afirmação, esta indústria nacional não tem capacidade de competir com o capitalismo internacional, pelo contrário, não basta aparecer como uma industrialização, seria necessário mobilizar uma reprodução ampliada. Neste caso, o capital internacional entraria nacionalizando, pois teria condições certas regras que não comprometa o desenvolvimento do capital nacional. Isso não aconteceu de forma nenhuma no Brasil.

A escassez de mão-de-obra enfrentada parece estar muito mais relacionada à precariedade no trabalho do campo e ao deslocamento dos trabalhadores para serviços e circulação. O sr. Sérgio relata na entrevista que seu pai, dentre outros trabalhos, atuou muito no setor de serviços, como comerciante na cidade, podendo ser um exemplo daqueles trabalhadores que foram seduzidos pelas oportunidades de trabalhos urbanos, ainda que não conectados com a indústria. Apesar do relato detalhado não foi possível identificar se o trabalho envolvia também a corretagem de imóveis:

E meu pai continuou morando ali há muito tempo. Ele foi corretor de... Ele é corretor, né, na cidade. Antigamente falava-se que ele era um homem que comprava, vendia, vendia, comprava, comprava, vendia. Então era um corretor de negócios e tal[sic], e fazia muito esse tipo de negócios. Mas nunca teve escola também, nunca foi alfabetizado, passou por muita dificuldade.

E mais adiante afirma que o seu trabalho principal teria sido na compra e venda de terrenos. O que parece contrastar com a informação sobre a sua falta de educação formal e as dificuldades financeiras. Mas por outro lado, reforçam a centralidade da propriedade de terras na expansão da franja pioneira.

Mas o transporte rodoviário também aparece relacionado com o mundo do trabalho. Em especial porque seu pai trabalhou como motorista de caminhão transportando cargas. No relato são identificadas algumas regiões, em especial do norte do Paraná, que se relaciona com o mesmo processo e período histórico de colonização.

Nós viemos pra Marília porque Marília se tornou uma cidade que vinha se desenvolvendo bastante, crescendo bastante, meu pai trabalhava com caminhão naquela época, ele transportava bastante coisas para outras cidades também. Para o Paraná, principalmente. Ele levava muita mercadoria. Eu ia muitas vezes junto com ele, lá para a Pucarana, Maringá, Paraná, Bahia. Eu ia muito com ele para esses lugares, quando eu era até garotão ainda, molecão ainda.

Sérgio completa dizendo que seu pai era proprietário de um pequeno caminhão Ford branco e que ele trabalhava acompanhado de um motorista particular.

Embora já tenha ficado claro que o transporte que garantiu a colonização da Alta Paulista, a fundação da Marília, e tudo mais que vem sendo tratado nesta pesquisa foi o trem. Há um componente muito importante para compreender os fluxos diários que a população local fazia, desde o princípio desta ocupação, e que não está ligado com a estrada de ferro. Moreira e Lages descrevem em tom poético:

Com o nascer do povoado e a abertura de novas lavouras, surgiram os primeiros caminhos. Dizemos caminhos, porque não eram bem estradas. A civilização veio à Alta Paulista, de caminhão. Os homens de jardineiras. À jardineira e ao caminhão, que arrostar os mil tropeços das picadas recém abertas, estriadas de raízes e em zigue-zague nas matas, deve a zona, os seus primeiros progressos.¹⁵⁶

Hoje em dia espalhadas por cidades turísticas como meio de locomoção para passeios romantizados e fetichizados como uma viagem de volta a um passado. As jardineiras tinham um sentido de coordenação estratégica do transporte coletivo, tratando de capilarizar a distribuição de mercadorias e trabalhadores. Como por exemplo:

A Estrada de Ferro Paulista faz o serviço de transporte de passageiros, cargas e malas postais para fora do município e no interior deste, com exceção do transporte de malas postais para os distritos de Lácio e Padre Nóbrega, a condução destas, bem como a de passageiros e cargas é feito por intermédio de jardineiras¹⁵⁷

E sobre o termo “jardineira” utilizado para descrever este meio de transporte rodoviário e coletivo, em uma nota de rodapé, o autor explica:

A origem da palavra jardineira é assim explicada pelo dr. J. B. Meiller em seu notável trabalho sobre “A Torre e o Valo do Rio do Peixe”. Na última década do século passado, nasceu, em Paris, uma metáfora: o apelido de “jardineiras” aos veículos de dois andares, sendo o superior geralmente florido de elegantes e alegres “midinetter”. É esta metáfora empregada com relação aos veículos a motor que transitam em todo o interior do E. de São Paulo.¹⁵⁸

Segundo dados levantados pelo autor, em 1945 a cidade contaria com 18 linhas de jardineiras, 33 ônibus, 223 carros particulares, 76 carros de aluguel, 175 caminhões particulares e 227 caminhões de aluguel. É curioso que dados anteriores mostram um cenário aparentemente distinto em 1934:

Havia em Marília em fins de 1934, 750 automóveis, sendo 499 de carga e 231 de passageiros, mais 20 jardineiras. Dos de carga, 58 eram particulares e 441 de aluguel. Dos de passageiros, 135 eram particulares e 96 de aluguel.

¹⁵⁶ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 101/102.

¹⁵⁷ PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947, p. 148.

¹⁵⁸ Idem.

Mas a presença e importância das jardineiras é notada desde antes. Lages e Moreira destacaram que ainda quando na região havia patrimônios como o do Alto Cafezal, iniciou-se um aumento da circulação de pessoas que passavam pelos trilhos do trem e usavam outros meios de transporte para chegar a seu destino, que cada vez mais passou a ser a região, e não só uma passagem. E relatam: “(...) Novos armazens, novas lojas, novos hotéis. Especialmente hotéis; por estradas novas que vão encontrar a ponta dos trilhos, da Paulista, em Duartina, depois em Galia, Garça, caminhões e jardineiras, às centenas despejam na povoação, centenas de pessoas.”¹⁵⁹ .

As jardineiras são uma memória forte no relato do sr. Sérgio, entrevistado para esta pesquisa, relatando que ela fazia o caminho da cidade até as lavouras onde as pessoas iam trabalhar

Quando nós mudamos para cá, a Rua Coronel Galdino, que é uma Rua principal do comércio hoje... Ela chamava Barão do Bananal. Ali, nós tínhamos um armazém em uma esquina, nós tínhamos a Casa Solto na outra, nós tínhamos um barzinho na outra esquina onde a jardineira levava o pessoal. Naquele tempo era jardineira que era aberta, não era fechada, era uma jardineira, entendeu? Ela é aberta e o pessoal comprava os ingressos, comprava a passagem e tal [sic] e ia embora para Avenças, para Paraguaçu Paulista, para aquela região ali porque o pessoal ia trabalhar muito para fora. Porque tinha muito sítio lá fora, tinha muita fazenda lá fora.

Os relatos do Sr. Sérgio aponta contradições e limitações sentidas pelos sujeitos na época. Embora não tenha ele mesmo experienciado o trabalho no campo, nem seu pai. Traz o relato das pessoas que se deslocavam para lá em caminhões jardineiras que complementaram o transporte ferroviário. Por outro lado, trabalharam no mercado de terras, comprando e vendendo terrenos, o que só se fez possível por um processo anterior de apropriação das terras, incorporação e loteamento que deu início à ocupação. E que ainda trouxe respostas sobre as queixas de falta de mão de obra que não parecem ter sido exclusivamente deslocadas para as indústrias, visto que tratam-se de uma industrialização precária e limitada a apoiar a lavoura de café e não de superá-la.

¹⁵⁹ MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936, pp. 17.

Considerações finais

Esta pesquisa foi iniciada pensando em investigar de maneira crítica como se deu a formação social e econômica do capitalismo brasileiro, informado pelo método materialista histórico dialético. Dois eram os dois pontos centrais que se colocavam para a pesquisa, de maneira abstrata: investigar como a propriedade privada da terra se relacionava com esse processo e investigar como a formação dos trabalho assalariado e sua consolidação também guiavam esse processo.

Havia um caminho claro para a aproximação desses dois elementos com a realidade brasileira que é a aprovação da Lei de Terras em 1850. Esse assunto foi extensamente investigado por autores como José de Souza Martins que compreendeu que a legislação foi responsável por transferir o cativeiro do trabalho, que fazia também das pessoas escravizadas a principal hipoteca naquele contexto, no cativeiro da terra. A possibilidade de apropriação privada da terra sendo colocada como a nova hipoteca e a maneira de valorização do valor.

Ocorre que a pesquisa caminhou para revelar que esses dois elementos são realmente centrais para esse processo, mas de uma forma distinta. A colonização e o escravismo colonial correspondem a um momento de acumulação primitiva do capital que conecta a realidade periférica do capitalismo vivenciada no Brasil, com a centralidade do mesmo modo de produção na Europa e posteriormente nos Estados Unidos. E isso faz com que o desenvolvimento do capitalismo aqui se dê na forma da negatividade, da crítica e da dívida.

A colônia se relaciona com a metrópole para fornecer a ela as riquezas que possam impulsionar lá o desenvolvimento das forças produtivas, que nunca se darão de modo satisfatório e completo. A criticidade da realidade periférica impõe que qualquer acumulação de capital protagonizada pela colônia não permaneça aqui, nem constitua forma de impulso para o desenvolvimento das forças produtivas, em especial para a industrialização. O contexto histórico da crise de 1929 coloca a necessidade de expansão da produtividade do capital na periferia que encontra um cenário de baixo desenvolvimento das forças produtivas e não tem outra opção senão a expansão do capital pelo próprio território brasileiro.

Nesse sentido, a escolha do estudo da colonização do oeste paulista tem o intuito de trazer à tona o momento e o local em que essas contradições estão colocadas e precisam se resolver. Se por um lado, falamos do avanço da modernização no território, este processo é marcado pela dívida, pela precariedade e pela necessidade de uso da violência extra econômica. Não se trata de um processo linear no tempo, e o momento de realização das categorias se confunde com os diferentes níveis do seu amadurecimento.

O que fica evidente da análise deste processo é que ele só é possível a partir da mediação do Estado e da forma jurídica, como garantidores da valorização do capital privado, possibilitando que companhias desenvolvam essa atividade, ainda que pautada no déficit e na dívida. A propriedade da terra, a constituição de um mercado de incorporações, por meio dos loteamentos e o impulso que a franja pioneira avance com a lavoura de café, e sobretudo com a especulação imobiliária que alimenta, por meio da dívida, a acumulação de capital.

Ao escolher o caso de Marília como exemplo concreto a ser explorado, foi possível enxergar elementos como a romantização da sua ocupação, a partir do viés da modernização, a constituição de um mercado de terras operado por distintos atores e com predominância nos anos iniciais desde a sua fundação. E ao final, visualizar na prática que, embora o café seja a motivação para a abertura de novos picões de terra que se transformam em cidades, a produção desta não é a superação da condição agrária, resultado do acúmulo de riquezas da lavoura. Pelo contrário, o apropriação e acúmulo de riqueza propiciado pelo café será necessário para a criação das condições para que a lavoura possa continuar a existir, e aí se insere o caráter da industrialização e da urbanização que ocorre na franja pioneira.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, J. C. de. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento: um estudo sobre a obra Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo . Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 52, p. 43-68, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i52p43-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34668>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ALFREDO, Anselmo. O Vale do Canpam, tese de doutorado de Henri Lefebvre. [Orelha de livro]. O Vale do Campan: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Alfredo_A_2_2837423_OValeDoCanpamTeseDeDoutoradoDeHenriLefebvre.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023. , 2011

ALFREDO, Anselmo. Crítica à economia do desenvolvimento e do espaço. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-08012014-150729. Acesso em: 2023-11-28.

LEFEBVRE, Henri. O Vale do Canpam. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 111.

LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas. 4ªEd. São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura, 1990.

LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2017.tde-08032017-150605. Acesso em: 2023-11-26.

MARTINS, José de Souza, O Cativo da Terra, SP, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

SODRÉ, Néelson Werneck. Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015

Dutra Alves, Flamarion; Rente Ferreira, Enéas HISTÓRIA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: Pierre Monbeig e Leo Waibel Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 10, núm. 22, mayo-agosto, 2011, pp. 87-102 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil

FERRI, G. Resenha de: O japonês na frente de expansão paulista. Revista de História, [S. l.], v. 48, n. 98, p. 589-597, 1974. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132402. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132402>. Acesso em: 30 nov. 2023.

D'incao, Maria Angela. Notas sobre o capitalismo agrário no Brasil. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 8, 1985. URI: <http://hdl.handle.net/11449/108259>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Delicato, Cláudio Travassos. Sobre lugares e trilhos: relações de sociabilidade durante a formação de uma cidade do novo oeste paulista. URI: <http://hdl.handle.net/11449/100994> Acesso em: 30 nov. 2023.

NARDOQUE, Sedeval. Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP. 2002. xi, 304 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

NAVES, Márcio Bilharino. Marxismo e Direito – Um Estudo sobre Pachukanis. Tese (doutorado em filosofia) apresentada à Universidade de Campinas, 1996.

PACHUKANIS, Evgeni. A teoria geral do direito e marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929). São Paulo: Sundermann, 2017.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. Terra e poder: formação histórica de Marília. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília: Comissão Permanente de Publicação, 2005.

PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947.

SEADE. Região de Marília: capitalizações do campo e expulsão da população, 1940-1980. Fundação SEADE: São Paulo, 1983

MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, "cidade nova e bonita". s.l. 1936.

Anexo 1 - transcrição da entrevista

Roteiro de entrevistas

Entrevistadora: Pode informar seu nome, se quiser divulgar, sua idade, a cidade onde mora atualmente e também a cidade onde nasceu?

Entrevistado: Oi, Letícia. Boa noite, tudo bem com você? Olha, vou começar esse bate-papo com você. O meu nome é Sérgio Lopes Sobrinho. Eu tenho 87 anos de idade. Sou casado há 64 anos. Temos oito anos de namoro e noivado, então soma 72 anos de união conjugal com a minha esposa Terezinha, que eu amo tanto.

Eu nasci na cidade de Itajú, que é próximo a Bariri, perto de Jaú também, e eu estou aqui morando em Marília. Vim pra cá com três anos de idade, aproximadamente, junto com toda a minha família: meu pai, minhas irmãs, meus irmãos. Teve uns que nasceram aqui em Marília, tem outros que nasceram fora de Marília também, e tenho, e assim foi.

Então nós viemos morar numa cidade... Naquele tempo atrás ela chamava-se Água da Cobra, e hoje a cidade tem o nome de Abencas. É uma cidade toda asfaltada. O asfalto vai até lá, bonitinho, sem problema. É uma cidade bonitinha porque muitas coisas [se] desenvolveram na nossa região toda aqui em Marília, entendeu, filha? E assim é a nossa vida aqui na cidade de Marília.

Entrevistadora: Quando a sua família chegou em Marília? Em que ano? Quem foi a primeira pessoa a morar lá? Você sabe o que motivou a mudança para Marília?

Entrevistado: Então, conforme eu estava comentando com você, Letícia, eu vim aqui para Marília... Eu vim aqui para a nossa cidade com a média de 3, 4 anos de idade. Eu estava mais ou menos... Hoje eu estou com 87, então estava com 4, 3 anos de idade quando nós fomos morar em Avencas, que é o nome da cidade hoje, antigamente era a Água da Cobra.

Vieram comigo: a minha irmã Adalgisa, que já tinha nascido ela... nasceu primeiro que eu; Depois tem eu que sou o Sérgio, sou o número 2; Depois tem a minha irmã Marquita, Maria Patrícia Lopes, que faleceu nos Estados Unidos e está sepultada aqui em Marília; Tem o meu irmão João Lopes, que é médico em São Paulo e também já está aposentado, já está com 80 anos; Eu tenho também um irmãozinho, o Ataíde, também ele nasceu aqui em Marília e

quando fazia um ano ele morreu, faltava dois dias para completar um ano, então ele também nasceu aqui em Marília. E assim por diante.

Então nós só moramos lá em Avenças, onde é a Água da Cobra. E daí, passou algum tempo, nós viemos mudar, mudamos aqui para Marília e ficamos aqui. E aqui nós estamos até hoje, graças a Deus. Aí meu pai também morou aqui em Marília muito tempo, moramos em diversas casas, tudo casas alugadas. Aí meu pai, quando a minha mãe faleceu também aqui em Marília, ela tinha mais ou menos 70 anos. Aí meu pai também foi para Sorocaba, onde hoje mora meu irmão, o Zé Norberto. Mora lá em Sorocaba. Eu tenho meus sobrinhos lá, minha irmã também mora lá, Adalgisa, que é minha irmã primeira, tá?

E meu pai acabou falecendo também lá em Sorocaba. Eu fui buscar ele de avião, saindo pra Marília pra sepultar aqui. Marília é ele, é minha mãe, a minha irmã Maria Balecida Lopes da Quinta, o meu irmãozinho Ataíde, e uma tia minha que é irmã da minha mãe Azira, e assim é nossa vida, minha filha. Nós vamos levando pra lá e pra cá e estamos tocando. Nós viemos pra Marília porque Marília se tornou uma cidade que vinha se desenvolvendo bastante, crescendo bastante, meu pai trabalhava com caminhão naquela época, ele transportava bastante coisas para outras cidades também. Para o Paraná, principalmente.

Ele levava muita mercadoria. Eu ia muitas vezes junto com ele, lá para a Pucarana, Maringá, Paraná, Bahia. Eu ia muito com ele para esses lugares, quando eu era até garotão ainda, molecão ainda. E é por esses motivos. E meu pai continuou morando ali há muito tempo. Ele foi corretor de... Ele é corretor, né, na cidade. Ele concedia (?) antigamente e falava-se que ele era um homem que comprava, vendia, vendia, comprava, comprava, vendia. Então era um corretor de negócios e tal, e fazia muito esse tipo de negócios. Mas nunca teve escola também, nunca foi alfabetizado, passou por muita dificuldade.

E assim foi a nossa vida, minha filha. Hoje, graças a Deus, estamos com a família estabilizada, todo mundo certinho. Meus irmãos estão tudo bem, uma parte em Sorocaba, uma parte aqui em Marília e outra parte em São Paulo. Em São Paulo eu tenho o Ary que mora lá, tem o meu irmão, o dr. João, também que é médico aposentado. E em Sorocaba está a Adalgisa, está a minha irmã que era professora. Foi professora no Júlio Mesquita... Diretora de escola. E também o meu irmão, o... é... Norberto que está morando lá, o meu sobrinho Marcelo também mora lá, que é filho da Adalgisa. A Márcia também, que é filha da Adalgisa. Eles moram lá em São Paulo, eles moram praticamente num prédio onde tem um apartamento pra ele e um apartamento pra ela, para a minha irmã Adalgisa e para a Márcia. E assim a gente vai tudo bem graças a Deus, lá também está meu sobrinho Marcelo, que tem uma belíssima empresa lá em Sorocaba. E nós trocamos ideias por telefone, conversamos e tal.

Entrevistadora: Quando essa pessoa chegou (?), ela foi trabalhar com o quê? No campo, na cidade? Como era esse trabalho?

Você falou que a sua família veio pra cá porque Marília era uma cidade que tava crescendo, né? Mais ou menos nessa época, 1939, 1940 e tal, e que seu pai veio pra cá pra trabalhar viajando de caminhão, né? Vendendo coisas. Mas ele trabalhava sozinho? Ele trabalhava? Ele era contratado? Ele trabalhava com outras pessoas, tipo numa sociedade, numa cooperativa?

Entrevistado: Não, ele comprou um caminhão dele. Um caminhãozinho Ford branco. Eu lembro desse caminhãozinho branco, bonitinho, caminhãozinho... E ele tinha uma motorista particular, tinha uma motorista que trabalhava com ele, né, tinha uma pessoa que trabalhava com ele. Ele não trabalhava... nunca trabalhava sozinho.

Quando eu fui fazer uma viagem com ele, aí fomos nós dois, eu e ele. Já aconteceu um fato muito interessante: Eu era garotão de tudo e o meu pai subindo a serra lá pra chegar em Avencas naquele tempo, tinha uma serra pesada e o caminhão não aguentou subir aquela serra e tal, e quase que o caminhão voltou! Eu fui pular da gabine, correndo, e coloquei uma pedra no pneu atrás, pra segurar o caminhão...

Nossa! Foi, todas essas coisas assim... já aconteceu na nossa vida

Entrevistadora: E você sabe por que eles foram? Por que vocês foram morar em Avencas e não em Marília?

Moramos em Avencas porque era uma cidade também onde não tinha mais condições de vida. É uma cidade menor que Marília na época, até hoje ela é bem pequenininha, não é uma cidade grande. Mas é uma cidadezinha atualizada e tal... Tem escolas, tem grupo escolar, tem postos médicos. É uma cidade normalzinha, né? É, devia ser mais barato morar em Avencas, né? É muito mais barato morar em Avencas. Hoje lá pertinho de Avencas.

Hoje tem mosteiros... Mosteiro muito grande, onde os monges tomam contas. É muito bem conhecido, é bem frequentado, lotam lá as missas que eles fazem. Tem que chegar com bastante antecedência para pegar lugar. Assim foi a nossa corrida de vida, para cá e tal. E hoje, com 87 anos, eu estou aqui.

Sempre também trabalhei. Meu trabalho maior foi trabalhar como representante comercial. Na primeira viagem que eu fiz para São Paulo, meu pai pesou comigo para me arrumar um emprego lá, porque eu não conhecia nada de São Paulo, mas eu fui trabalhar com uma empresa lá chamada Auto Regen, que era uma empresa de peças de automóveis. Eu trabalhava lá e trabalhei bastante. Trocando de empresa, pegando outros, pegando mais conhecimento, relacionamento e tal. E o último emprego, a última empresa que eu trabalhei foi aqui na cidade de Marília, foi no Pacifício Marília, chamado aqui naquela época. Eu trabalhei lá de 15 a 18 anos praticamente. Eu fazia região da Noroeste. A gente vendia macarrão. Naquele tempo era macarrão, depois passou a ser massas. Macarrão, em vez de ser pimenta... Não... Vendo Massas. Raineri... Passou a ser Pacifício Raineri, deixou de ser Pacifício Marília e passou a ser Pacifício Raineri, que era[m] os proprietários da empresa, os Raineri.

E assim foi até quando eu saí de lá. Eu conversei muito com o Sr. Romildo. Foi uma pessoa que foi o segundo pai para mim, pode [-se] dizer. Ele me deu muita força, me deu muita coragem, me entusiasmou bastante para mim trabalhar com ele. Ele falou: “Você vai lá amanhã, conversa com o Santo e ele vai te arrumar um lugar para você trabalhar.” Assim eu fui trabalhar na Noroeste, na Região Noroeste do Estado. Pegava ali desde Pirajuí [e] eu ia até Três Lagoas. E vendia bastante macarrão, até na primeira semana que eu fiz, eu fui até Três Lagoas e consegui uma venda bem alta, até falei quando eu cheguei no escritório.

Ele perguntou quanto eu tinha vendido, [e] eles não acreditaram, porque eu vendi umas três vezes mais do que o nosso antecessor que vendia! Hoje eu tenho aquele... Aquela imagem da Nossa Senhora que eu tenho no meu quarto aqui... Eu ganhei um amigo meu lá de Três Lagoas chamado Valter Magrini e eu até que ele coloquei... Criei uma faixa e quando o caminhão saía daqui carregado lotadinho ele ia dizer assim: “Macarrão Raineri para Três Lagoas. Valter Magrini” no nome dele, um dos exemplos né.

Depois aconteceu(?) em Araçatuba, acontece (?) em Birigui, em diversos lugares e assim por diante, até eu sair de lá quando eu montei a Maricopos, que é uma empresa de artigos de festa que eu montei junto com o Padre Tívio Bravo [e] com a minha comadre Scheila, que já faleceu também, e foi o nosso começo de vida. Quando eu saí do Raineri, ele disse: “As portas estão abertas para você. Você não ia sair, mas ele precisa sair porque eu vou contar um negócio para você, que Deus te abençoe, que você seja muito feliz e que tudo corra bem. Mas se você precisar estamos aqui à disposição”. E assim foi, montamos uma loja bacaninha.

Começamos a vender copos descartáveis naquela época, né? Aqueles copinho[s] de plástico onde [o] pessoal toma cerveja. Hoje parece um papelzinho, mas naquele tempo não era assim,

entendeu? Então minha primeira visita foi na Antártica de São José do Rio Preto, onde eu consegui vender 100 mil copos daquele, porque o próprio [?] já vinha impresso e o cara não acreditava né... Eu lembro o nome do cidadão até hoje. E assim foi a nossa vida, até a hora que eu transformei a nossa empresa na Transportadora Sabiá. A Maricopos virou Transportadora Sabiá. Nós já tínhamos alguns caminhões, algumas coisas, e aí montamos nossa empresa. E hoje temos a Sabiá que é uma empresa grande. Faz São Paulo, faz Marília... Faz toda a região aqui do interior: São Carlos, Campinas, Piracicaba.

Entrevistadora: Você sabe se ela era dona da casa/sítio em que ela morava?

O senhor falou como era o trabalho do seu pai quando ele chegou aqui. Mas e a sua mãe? Ela trabalhava fora de casa, ou ela era só dona de casa?

Entrevistado: Não. Minha mãe nunca trabalhou fora de casa. Ela era dona de casa. Minha mãe sempre foi dona de casa. Sempre cuidou muito bem de nós, da nossa família toda. Minha mãe nunca teve esse negócio de trabalhar fora de casa.

Entrevistadora: E vocês estavam em Avencas? Então e aí, como vocês faziam pra vir pra Marília?

Entrevistado: Não, quando nós viemos pra Marília, veio todo mundo.

Entrevistadora: Mas então vocês moravam em Avencas... Mas teve algum momento que vocês mudaram pra Marília?

Entrevistado: Mudamos pra Marília.

Entrevistadora: Quando que foi, você lembra?

Entrevistado: Ai, minha filha... Eu era tão pequeno... Eu só lembro de umas coisas, né... Que o meu pai trouxe aqui as nossas mudanças. E naquele tempo tinha a mania de desmanchar o fogão e levar aquela chapa que tinha em cima do fogão... Trazia só a chapa. A chapa do fogão de barra era solta. Então desmanchava e carregava só a chapa aí. E botou tudo que tinha em cima do caminhão e nós veio embora. Eu nem lembro onde... Eu não sou [de]

lembrar, principalmente aqui na casa... Mas, se não me engano, foi na Coronel José Brás, número 354. Ali nós tínhamos a garagem do Brambilha (?). Tinha oficina.

Entrevistadora: E nessas casas que vocês moraram em Marília, eram todas casas alugadas então?

Entrevistado: Todas as casas de alugueis.

Entrevistadora: Entendi.

Entrevistado: Essa última casa [em] que morou meu pai e minha mãe. Ali na Toro Mário Mascaro, no ano 60? Não... A casa era nossa...

Entrevistadora: Entendi. E aí você já era casado quando eles mudaram pra essa casa que eles compraram?

Entrevistado: Nós casamos e moramos um tempo lá na casa do meu pai, que morava naquela época na rua Piratininga... Morava na rua Piratininga. Nós moramos um tempo na casa do meu pai. Depois, nós tínhamos morado ali na rua Araraquara, que era a casa do meu sogro... A casa do pai da Terezinha. Que ela tava alugada, e aí quando saiu, a gente entrou. Daí eles mudaram pra São Paulo também. Foi quando o Orlando foi embora. Aí nós começamos uma vida. E ali nós começamos, foi quando nasceu a Cibele (W) e também nasceu ali. Aham. Começou a andar ali.

Entrevistadora: Então, quando você tinha uns vinte anos, os seus pais já tinham uma casa própria.

Entrevistado: Já.

Entrevistadora: Entendi.

Entrevistado: Eu tinha uns 20 anos, 18 a 20 anos. Eu estava fazendo o Tiro de Guerra, né? O Tiro de Guerra fazia dezoito, naquele tempo eu fazia com 18 anos agora também. Então foi

assim que nós construímos a nossa vida. E grande parte está aqui que eu contei pra você como que foi, que efeito que foi.

Entrevistadora: Aham.

Entrevistado: Aonde que nós morávamos... Aonde... Eu trabalhei um pouco também ali na Sorocabana. Aí meu tio tinha uma empresa... Que era [do] irmão do meu pai. Ele tinha uma empresa grande ali chamada Andorinha. Uma empresa de ônibus, e eu quando ia pra Prudente eu ficava na casa dele. Por isso que eu me chamo Sérgio Lopes Sobrinho. E meu tio [se] chamava Sérgio Lopes. E ali era bom porque eu viajava, e ele me dava uma carteirinha, um passaporte, que eu não pagava passagem e ficava hospedado na casa dele.

Foi bacana minha história de vida... Muito boa. Não posso me queixar de nada não, já passei muita dificuldade, [passei] por muito aperto, mas quando eu entrei no Pacífico Marília eu salvei minha vida, foi tudo resolvido da melhor maneira possível. Comprei um carro para mim trabalhar, sem ter dinheiro nenhum, a própria empresa falou “não perguntei se você tem dinheiro, falei pra você comprar”, e eu fui lá e comprei. E assim por diante.

Entrevistadora: Como a cidade mudou desde que você se lembra, ou ouviu falar e agora? Havia muitas fazendas nos arredores da cidade?

Entrevistado: Marília, por exemplo... Quando nós mudamos para cá, a Rua Coronel Galdino, que é uma Rua principal do comércio hoje... Ela chamava Barão do Bananal. Ali, nós tínhamos um armazém em uma esquina, nós tínhamos a Casa Solto na outra, nós tínhamos um barzinho na outra esquina onde a jardineira levava o pessoal.

Naquele tempo era jardineira que era aberta, [e] não era fechada, era uma jardineira, entendeu? Por isso que chama “Jardineira”. Ela é aberta e o pessoal comprava os ingressos, comprava a passagem e tal e ia embora para Bencas, para Paraguaçu Paulista, para aquela região ali porque o pessoal ia trabalhar muito para fora. Porque tinha muito sítio para fora, tinha muita fazenda para fora. Então pessoal eu trabalhava muito para fora.

Entrevistadora: Então as pessoas que moravam em Marília e iam trabalhar nas fazendas, nos sítios, é isso?

Entrevistado: É, muita gente ia para lá.

Entrevistadora: E o que é uma jardineira?

Entrevistado: Não é um carro. Ela é bem maior do que um carro, entendeu? Vamos supor... É um caminhão sem carroceria e com bancos repartidos onde o pessoal... Não era caminhãozinho não, era um caminhão que levava muita gente, né? Era por isso que [ch]amava jardineira. Se eu ver alguma foto por aí, eu posso mostrar para você o que que era uma jardineira... Mas a jardineira era assim... Então levando muita gente e tal aí as pessoas e aí vão trabalhar nas fazendas em volta.

Entrevistadora: Marília também cresceu muito, né?

Entrevistado: Marília hoje é uma cidade que tem 85 anos... 86 anos, mais ou menos. Tá com 250 mil habitantes. Uma cidade que cresceu muito, desenvolveu... Tem muitas indústrias. Temos três universidades aqui: a Unimar que é muito conhecida, nós temos a Unesp que é muito conhecida e temos a Univem... E tem a Famema também. Então Faculdade de Medicina, na verdade, nós temos duas que é Unimar e a Famema, entendeu? Que tem muitos alunos, minha nora inclusive que se formou lá, ela veio de Taquaritinga estudar aqui em Marília, estudou aqui, se formou aqui, casou tudo lá.

Nós fomos tudo para lá para Taquaritinga onde eles se casaram. E hoje já tem a Isadora que é médica também, tem a Sofia que já tá no sexto ano de medicina. E assim a vida deles agora, a Isadora tá em Londrina, ela fez psiquiatria e ele tá trabalhando na UTI lá em Maringá lá.

Entrevistadora: E você sabe essas fazendas que tinham então na região e as pessoas iam trabalhar nessa jardineira?

Entrevistado: Não, eles iam de jardineira.

Entrevistadora: Ah sim, saía de Marília e ia trabalhar

Entrevistado: Isso, iam trabalhar nas fazendas, levava enxada, os enxadões, levava pá.

Entrevistadora: E as fazendas eram do quê? Você sabe com o que as pessoas trabalharam?

Entrevistado: A maior parte era café.

Entrevistadora: Nessa época você era jovem, tinha só uns 15, 20 anos mais ou menos?

Entrevistado: Ah eu era molecão de tudo ainda.

Entrevistadora: E quando foi isso?

Entrevistado: Foi mais ou menos no ano de [19]41, [19]42, [19]43... Eu era criancinha, mas eu lembro de tudo. Depois quando foi [que] criei a minha maturidade que meu pai já tava trabalhando em outras coisas já começou, [n]aquele tempo chamava-se picareta, que é aquele que compra as coisas e vende. Hoje você fala “corretor de imóveis”. Como um representante comercial. Mas hoje tem que ser registrado no Creci, e naquele tempo não. Naquele tempo o que que era? Era um picareta, comprava e vendia, vendia terreno, comprava um terreno, pedia terreiro, entendeu? Ajeitava um negócio com outra pessoa, fazia se virava desse jeito. Então era um picareta.

Naquele tempo se chamava picareta, até acertar a vidinha dele tá? [Meu Pai] que morreu com 97 anos. A minha mãe morreu com 70 anos. Ela teve um problema muito grande na perna, foi quando meu irmão Ataíde morreu, que faltava[m] dois dias para ele fazer 1 ano. É... Minha mãe... Ela tinha tomado um negócio forte. Um remédio, né? Remédio não, um xarope... Xarope... Se não me engano naquela época era um xarope, e ela tomou chuva e afetou o joelho dela, e aí ela ficou paralisada. E eu levava ela para muito[s] lugar[es] naquele tempo: dentista... O que ela precisava. E eu levava ela de charrete. Minha vida é um livro, né?

Entrevistadora: Você não lembra quem que tinha fazenda aqui na região de Marília?”

Entrevistado: Eu não lembro [de] mais nada. Mas tinha muita gente, tinha os Maldonado, que tinha propriedades por aí, era café, algodão, entendeu? Eram muitas famílias que tinham fazenda. Como aquela Fazenda Cascata que tem atrás ali do Cristo Rei... Sim... Hoje tá tudo sendo loteado praticamente. O pessoal tá construindo casa, estão loteando... Abre as ruas [e] faz tudo. Hoje é uma cidade que desenvolveu muito. Ela cresceu muito muito, muito, né? Tenho dúvida nenhuma [de] que a cidade progrediu e deslanchou. Desenvolveu, né? Ela oferece qualidade de vida, tem muitas pessoas que vem de fora para estudar aqui na cidade de Marília e ficam por aqui também.

Entrevistadora: Então... Isso que você falou, de que a cidade foi loteada, né... Essa fazenda Cascata foi loteada só mais recentemente? Eles venderam uma parte pra prefeitura e virou uma alça assim de transporte na cidade. Quando é que essas fazendas começaram a ser loteadas e a cidade começou a crescer? Você lembra?"

Entrevistado: Então, essa área que você tá falando, que chama cascata, ali não foi não é da prefeitura. Ali foi feita uma praça, foi naquela época que eu era vice-prefeito de Marília. Então a cidade desenvolveu bastante e tem muita gente que comprou lote nesses lugares. Por exemplo, o pessoal da Marilan... Essa bela indústria aqui de Marília que gera mais de 10.000 empregos aqui em Marília, praticamente.

Eles fizeram bastante loteamentos. Estão fazendo loteamentos aí... Que a mulher dele toma conta da mulher do lugar. Tem também a família que gerencia uma empresa de Boticário... Rem a franquias, a mulher do Zé. Tem outra parte também que já está tudo loteado também. Nessa avenida que sai do Cascata e atravessa, vai parar lá na Santa Isabel, lá também já estão abrindo ruas que já saem nessa Avenida.

Entrevistadora: Você lembra quando? Porque assim, isso é mais recente, né? Mas quando você era jovem. Tinha mais fazenda né? Então tinha essas fazendas de café e tal você lembra quando essas fazendas começaram a ser loteadas?"

Entrevistado: As fazendas que estão aqui dentro da cidade praticamente estão sendo loteadas agora. As que estão fora da cidade não. Assim, por exemplo, a fazenda do Marconato, que é aqui perto, uma fazenda grande, não tá sendo lotada de forma nenhuma. Então tá tudo normal.

Entrevistadora: Entendi. Mas teve algum momento em que as fazendas existiam quando você era jovem que as pessoas iam trabalhar de jardineira? Elas acabaram e foram sendo loteadas e viraram parte da cidade? Isso aconteceu?"

Entrevistado: Isso não, não lembro disso não. Mas aquela época em que eu falei para você que tinha jardineira, acabou jardineira, não tinha mais jardineira. Então... Mas as fazendas que tinha naquela época, continuaram.

Entrevistadora: Você lembra mais ou menos quando acabou essa coisa das jardineiras?

Entrevistado:Faz muito tempo, eu era molecão ainda. Eu tinha uns 15 anos. E as pessoas ainda iam trabalhar nas fazendas, mas o próprio proprietário é que levava.

Entrevistadora: Ah, tá... Eu queria saber até quando mais ou menos você acha que teve esse esse fluxo de pessoas saindo de Marília indo trabalhar nessas fazendas.

Entrevistado:Até hoje tem. Até hoje, porque a gente vai trabalhar nas fazendas. O meu sogro, por exemplo, o seu Zé Batista, que Deus o tenha. Sempre bom lugar que Eu gostava muito dele mesmo. E ele também gostava muito de mim, o pai da Terezinha. Ele trabalhou muito tempo na fazenda do Montolar, ficou muito amigo deles, trabalhou muito tempo lá. Sempre teve café lá, a maior parte. Aquele tempo Marília era isso.